

**POLÍTICA CIENTÍFICA & TECNOLÓGICA
NO BRASIL NO GOVERNO FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO (1995-1998)**

Paulo Gomes Lima

**POLÍTICA CIENTÍFICA & TECNOLÓGICA
NO BRASIL NO GOVERNO FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO (1995-1998)**

Dourados - MS
Editora UFGD
2011

Universidade Federal da Grande Dourados

Reitor: Damião Duque de Farias

Vice-Reitor: Wedson Desidério Fernandes

COED

Coordenador Editorial da UFGD: Edvaldo Cesar Moretti

Técnico de Apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

Redatora: Raquel Correia de Oliveira

Programadora Visual: Marise Massen Frainer

e-mail: editora@ufgd.edu.br

Conselho Editorial da UFGD - 2009/ 2010

Edvaldo Cesar Moretti | Presidente

Wedson Desidério Fernandes | Vice-Reitor

Paulo Roberto Cimó Queiroz

Flaviana Gasparotti Nunes

Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti

Rozanna Marques Muzzi

Fábio Edir dos Santos Costa

Revisão: Raquel Correia de Oliveira

Capa: Marise Frainer

Impressão: Gráfica Triunfal | Assis | SP

Diagramação: Alex Sandro Junior de Oliveira

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD

509.81

L732p

Lima, Paulo Gomes.

Política científica & tecnológica no Brasil no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). / Paulo Gomes Lima. Dourados, MS : Editora da UFGD, 2011.

154 p.

ISBN 978-85-61228-89-7

1. Ciência e Estado – Brasil – 1995- 1998. 2. Tecnologia e Estado – Brasil – 1995 – 1998. 3. Políticas públicas em Ciência e Tecnologia – Brasil – 1995 – 1998. I. Título.

Sumário

Prefácio

Ciência e Tecnologia no país do futuro..... 07

Introdução..... 17

Parte I

Para compreender a C&T no Plano de Governo FHC 21

1.1. Dados da C&T no Brasil no governo FHC 23

1.2. Com o olhar no novelo: alguns ditos de FHC
sobre PCT 32

1.3. Propostas de FHC para o setor de C&T 55

1.3.1. A política industrial e de comércio exterior e o
setor de C&T.....56

1.3.2. A política externa e o setor de C&T..... 61

1.3.3 Propostas de FHC para o setor de C&T 63

Parte II

Ciência e Tecnologia no Governo FHC (1995-1998)..... 69

2.1. C&T na primeira gestão do governo FHC (1995-
1998): entre o dito e o feito 71

2.1.1. O quadro da PCT brasileira pós-Itamar 77

2.1.2. Políticas públicas para o setor de C&T 92

2.1.3. Fontes de financiamentos e gastos para C&T
na primeira gestão FHC 99

2.1.4. Para compreender o quadro da C&T na primeira
gestão FHC 126

Considerações Finais..... 135

Referências..... 141

Posfácio 149

Prefácio

Ciência e Tecnologia no país do futuro

Antonio Bosco de Lima¹

Também o prefácio é um sutil medidor de livros. Por isso os mais espertos costumam agora deixar de lado esse traiçoeiro indicador de conteúdos, e os comodistas o fazem porque um bom prefácio é mais difícil que o livro. [...] O prefácio é ao mesmo tempo a raiz e o quadrado do livro e, por conseguinte, acrescento eu, nada outro, senão sua genuína resenha. (NOVALIS, 1798).²

¹ Doutor em Educação pela PUC/SP. Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia/UFU. Coordenador da Linha de Políticas e Gestão da Educação do PPGEd e do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia e Educação (GPEDE) da UFU. É colaborador do Grupo História, Educação e Formação Humana (UFU) e pesquisador FAPEMIG. E-mail: bosdag@terra.com.br.

² GIANNETTI, E. O livro das citações. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Prefaciando uma obra estabelece um laço de proximidade elogiosa com o autor e ao mesmo tempo de criteriosidade na leitura avaliativa. Não deixa de ser, portanto, o crivo de uma avaliação crítica e as boas vindas a uma obra que intenta contribuir com o conhecimento e o desenvolvimento intelectual e social.

Prefaciando indica dar uma pré face ao texto. Indica um cartão de visitas que abre as páginas de nossas casas para que o leitor adentre e saboreie o que há de melhor, e exerça é claro, considerações sobre aquilo que não o agradou. Desta forma, não é porque é a minha casa que aqueles que adentram nela não irão buscar inferências e referências de análise.

Como podem ver um prefácio é como se fosse um capacho. Ele dá um visto, uma cor, uma grandeza ao nosso lar. Sejam bem vindos, Welcome, Entrem com Deus, etc. Daí a necessidade deste assessorio, que também pode cair na inutilidade como aponta a epígrafe, ou como pondera Manuel Bandeira (1954)

Quem organiza uma antologia escreve sempre um prefácio em que declara o critério adotado. O que sucede de ordinário é que a maioria dos leitores não faz caso do prefácio. Agora sei que os prefácios são inúteis, e entre apanhar e apanhar, antes apanhar sem prefácio.³

O período de que trata o autor são os anos mais turbulentos da história da ciência, da tecnologia e da educação, somente comparados ao período de 1960 e 1970, uma vez que em “[...] nenhum período da História da Educação no Brasil as iniciativas governamentais desenvolvidas no campo educacional foram tão intensas quanto na última década (1965 a 1975)”. (FREITAG, 1986, p. 13) ⁴.

São os anos de chumbo que retornam como sempre ameaçadores, como uma onda que vai devastando tudo, como um fantasma incorporado em Presidente que ronda aquilo que é público, construindo um caminho de sucateamento e de precarização. Estes são os anos da (des)era Fernando Henrique Cardoso.

3 Idem, *ibidem*.

4 FREITAG, B. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Moraes, 1986.

Esta era é marcada no Brasil, e na América Latina pela dependência tecnológica. Conforme Paulo Lima, sobre a Política de Ciência e Tecnologia, “A América latina desenvolve uma PCT que é conveniente para os produtores de tecnologia, pois se trata de um mercado consumidor profícuo, que importa tecnologia e exporta matéria-prima”. Nos anos dourados de FHC o país esteve na contramão daquilo que as Universidades, maiores produtoras de Ciência e Tecnologia do país, haviam construído às duras penas desde os anos de 1980. As IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) sofreram sua pior crise, foram os tempos de precarização e de sucateamento. Tal retrocesso nos colocou na miríade de consumidores, de importadores, daí a idéia das Universidades Centro de Excelência e Faculdades que formariam executores e executivos para determinados serviços. Ou seja, centros de pesquisa e locais de produção e reprodução.

Portanto, o que importa é investigar e identificar a essência do modelo e da aplicabilidade da Ciência e Tecnologia (C&T) do país. É isto que Paulo Lima vai fazer neste livro. Afinal, a produção intelectual se revigora por governos que aplicam insistentemente nas políticas públicas, enquanto política de Estado. O que importa destacar é que, apesar dos governos e do modelo de investimento ou de (des)investimento os pesquisadores brasileiros aprenderam a se auto-sustentar, a se auto-financiar. Ou seja, se tomarmos como exemplo dados sobre “Dissertações, Teses e Artigos” produzidos entre 1996 e 2002 com referência a Educação e Tecnologia iremos apreciar o enorme aumento de produção. Dados do Documento “Série Estado do conhecimento”, Educação e Tecnologia (1996 – 2002), mostra que a produção de pesquisa na área de Educação e Tecnologia, no período de 1996 e 2002, no campo específico “incorporação educacional das tecnologias”, tiveram uma ampliação de 10 pontos percentuais em 1996 para cerca de 60 em 2002⁵.

Outro dado importante, diz respeito às investigações no campo da educação, no Brasil, nas últimas décadas, passaram por uma ampliação quantitativa e qualitativa. Para se ter uma noção, em 1996, os programas de pós-graduação em educação somavam-se 44, sendo 25 mestrados

5 Interpretação livre sobre dados apresentados na Série Estado do Conhecimento no. 9, publicado pelo INEP em 2006, p. 9.

e 19 doutorados. Em 2000 estes programas totalizavam 50, sendo 29 mestrados e 21 doutorados. Os dados recentes apresentam índices que implicam em cerca de cem por cento de aumento destes programas, visto que, em 2006 foram credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) 81 programas, dos quais 48 são programas de mestrado e 33 de doutorado.

Ora, o que podemos perceber é que há um aumento substancial no que diz respeito à ampliação da Pós-graduação e da produção de ciência no nosso país. O que nos falta é interpretar como isto tem impactado no contexto social, na qualidade da Educação Básica, por exemplo, na saúde e em outras esferas sociais.

Outra margem interpretativa diz respeito à busca de parceria implantada sob o governo de FHC e continuada no Governo Lula. Hoje não temos uma perspectiva genuína no que diz respeito ao espaço público. Universidade, docentes, tem procurado cada um a seu critério estabelecer parcerias com organizações variadas (públicas ou privadas) para desenvolverem seus projetos. As Instituições de Ensino Superior (IES) têm, também, buscado recursos além da cota governamental.

Segundo o autor deste livro “não significa que os créditos do crescimento ou não em C&T no Brasil devam-se isoladamente ao governo FHC, a ponto de se afirmar que o que não se fez em quase meio século foi desenvolvido nesta gestão”.

A tese aqui proposta é a de uma autonomia relativa para o exercício de parcerias entre o Público e o Privado em projetos que quase sempre ganham a alcunha de “inovadores”. Para Paulo Lima “a aproximação entre investimentos em P&D no período a iniciativa privada começa a participar mais da articulação entre empresa-universidade [...], embora seja do poder público o maior investimento”.

Parece que os pesquisadores constroem uma autonomia no que diz respeito à manutenção de suas pesquisas. Se localizarmos a C&T como objeto de políticas públicas poderemos destacar também certa autonomia presente na elaboração e manutenção das Políticas Sociais, visto que estas são afastadas cada vez mais do crivo público (Políticas Públicas) e situam-se no campo das políticas sociais emanadas/ofertadas dos setores privados e, em geral, com os subsídios públicos.

A questão emergente presente nesta relação (Políticas Sociais e C&T) consiste em que a administração dos danos causados pelo capitalismo cabe ao próprio capitalismo via seus representantes no poder estabelecido, os poderes constituídos que legislam, julgam e executam. Mas, isto não significa que o capitalismo combata os danos provocados pelo modo de produção capitalista: ao meio ambiente, às relações sociais, à organização familiar; o que resulta em poluição, na desagregação familiar, nas violências, nas dependências de drogas, etc. Não, ele apenas abranda, pois estes “danos” irão subsidiar novos campos para o mercado, ou, para as políticas sociais. Ciência e Tecnologia, neste sentido, estão fortemente condicionadas à lógica do mercado.

As Políticas Sociais, em suma, é uma irmã gêmea do mercado. Uma irmã rejeitada. O menino (Mercado) com sucesso, brilhante, com potencialidades e poder tem sua gênese numa química empreendedora, criativa, mutável. A menina, desagregada, perturbada, conservadora, indisciplinada, refém dos governos e dos movimentos populares; a desajeitada Política Social, anda à reboque do mercado. Segue seus passos, suas orientações, enfim, serve ao mercado quando o mercado está impossibilitado de atender aos seus “clientes”.

A discussão sobre se determinadas ações de um governo é Política Social ou é programa social, se é política afirmativa ou política focalizada é, pois, uma discussão secundária, de pouca relevância social para os sujeitos que se sujeitam a tais políticas/programas. Tal discussão tem um mérito na academia e não no mundo real.

A questão é discutir se estamos tratando de generalizações paliativas ou estamos falando de distribuição de rendas. Se estamos falando em ciência para socialização dos bens produzidos ou para o acúmulo do capital.

A questão central é focar a Política Social como um atenuador, como um elemento do próprio capitalismo, que por assim ser, tem uma natureza de criar e recriar as condições de desigualdade social. As políticas/programas sociais funcionam como amortecedores, como pelegos, como equalizadores de ruídos, portanto, como formas de controle social.

A Política Social não iguala os indivíduos, pois seu modelo de equiparação é uma pseudo-distribuição de rendas, pode-se ampliar ao extremo a Política Social que não haverá distribuição de rendas igualitárias.

A distribuição de rendas ocorre por distribuição de salários, ou seja, de poder aquisitivo, no qual o sujeito faz suas escolhas e adquire os seus bens, sejam materiais, intelectuais ou espirituais.

É, portanto, falaciosa a idéia de que a Política Social ou os programas de governo fazem distribuição de rendas. Fazem uma pseudo-distribuição de rendas, pois mantém a natureza de diferenciação e de poder de conquistas desiguais. Isto é, da natureza do modelo liberal de condução do capital. O capital não é de todos, tampouco é para todos. Ele, assim como os bens por ele gerados são para alguns, e por isto mesmo transforma a maior parte dos potenciais possuidores em desapropriados, em massa urbana, em massa rural, em donos de prole e donos de força de trabalho. Assim, a educação não é para todos, tampouco o conhecimento, diga-se lá a ciência...

Ora, podemos, a partir destas idéias traçar a essência de constituição das Políticas de C&T na sua uniformidade auto-determinada, ou seja, volta-se ao próprio acúmulo de capital, independente, já que a máquina estatal está cada vez menos pública. A C&T move-se determinada pelo movimento do capital, e não pelo movimento do social.

Dados de sucesso e insucesso cada vez menos se referem ao cumprimento de metas estabelecidas pelos governos federais, estaduais e municipais. Registro aqui “governos municipais” para forçar um pouco a barra, visto, conforme afirmamos anteriormente, o próprio desinteresse dos governos federais.

Concluo esta pré face ao texto de Paulo Lima com um instigante desafio: a necessidade de investigação no Governo de Luiz Ignácio Lula da Silva sobre as Políticas Sociais de Ciência e Tecnologia principalmente no que diz respeito a duas questões colocadas no seu e Programa de Governo⁶.

A primeira diz respeito à cooperação entre os ministérios “Articular C&T como importante instrumento para revolucionar a qualidade da educação em todos os níveis, promovendo iniciativa do MEC, MCT e instituições científicas, como a Olimpíada da Matemática.” (2007, p. 17).

A segunda diz respeito a considerações muito simplistas e ao

6 PARTIDO DOS TRABALHADORES. Lula Presidente: programa de governo 2007-2010. Cartilha. 2007. Mimeografado.

mesmo tempo muito densas, ao averiguarmos o atraso cultural, social, educativo e político que o povo brasileiro se encontra: “Utilizar a tecnologia da informação como elemento estratégico para a ampliação das ações de inclusão digital, a modernização do Estado, a melhoria da qualidade do gasto público e o controle social democrático”. (2007, p. 17).

Finalmente os estudos de Paulo Lima, registrado neste livro corroboram a concepção de buscar superar a idéia de um país do futuro, de termos uma educação digna no futuro, de projetarmos um país para o futuro, enfim da divisão do bolo no futuro.

Para usar um dos temas desenvolvidos por Paulo Lima, relacionando C&T, emprego e tecnologia futura, recorro a um texto, para variar, irônico, de um articulista da Folha de São Paulo e cronista consagrado, Carlos Heitor Cony, (2000, p. 116)⁷. Escreve o autor em “O burro, o rei e o judeu”

Li nas folhas que o ministro Malan “fixa o ano de 2015 para o país reduzir a miséria”. A declaração foi manchete Num jornal aqui do Rio e de pronto me lembro uma história do burro, do rei e do judeu que contarei logo adiante. [...] Deu-se que o rei tinha um burro de estimação – o que não era uma raridade, geralmente os reis costuma estimar muito os burros. Querendo melhorar o lado performático do animal, o rei baixou edital prometendo dar mil moedas de ouro àquele que ensinasse o burro a falar. Caso não conseguisse o pretendente seria enforcado. Somente um judeu apresentou-se, mas com uma condição: precisaria de dez anos para fazer o burro falar. O rei topou, deu-lhe metade do prêmio. Quem não topou foi a mulher do judeu. “Você está maluco? Devolva este dinheiro, do contrário será enforcado daqui a dez anos!” O judeu explicou: “Mulher, daqui a dez anos ou morre o rei, ou morre o burro ou morro eu”.

Moral da história: daqui a dez anos ainda não seremos o país do futuro. O bolo não será comido por todos, a educação, prometida para o ano 2020, não será para todos. Os dados que Paulo Lima apresenta mos-

7 ANGELI e CONY. C. H. O presidente que sabia javanês. São Paulo: Boitempo, 2000.

tram esta disparidade, o abismo que ainda não conseguimos superar entre ricos e pobres, entre intelectuais e homens do povo, entre cultura clássica e cultura de massas, entre IES públicas e instituições privadas, que, na sua maioria tem formado os emigrados do povo, os trabalhadores do povo, enfim, os professores do povo, reproduzindo as coisas tal qual elas tem sido historicamente.

Uberlândia/MG; verão de 2011.

Introdução

O movimento dialético requer a localização circunstancializada de todos os eventos e intervenções possíveis acerca do objeto, assim é possível entender de forma contextualizada as realidades que foram construídas ao longo de sua constituição; conseqüentemente, o objeto é conhecido e suas tramas são desanuviadas quando tais cuidados são encaminhados e trabalhados criteriosamente. (LIMA, 2005)

Em obra anterior “Política Científica e Tecnológica: países desenvolvidos, América Latina e Brasil” lançada em 2009 pela EDUFGD observamos que as formas históricas de apoio a C&T nem sempre foram tarefas do Estado, tendo em vista os interesses e prioridades que os mesmos traçavam para as suas realidades históricas, desdobrando-se da proteção familiar e sacerdotal, passando pelo mecenato privado e institucional até a constituição de políticas públicas de Ciência Tecnologia e Inovação [CT&I] como conhecemos hoje no século XXI. Nos países desenvolvidos tal integração foi acentuada pela vinculação da pesquisa universitária básica e aplicada (década de 1950/60), pela inauguração da articulação sistematizada universidade-indústria (1970/80), ainda que de forma introdutória e por fim pela ratificação e investimentos nos vínculos universidade-empresa com forte ênfase em pesquisas estratégicas nas universidades (1980 até os dias atuais) e o setor de Pesquisa e Desenvolvimento [P&D] foi sendo incorporado com políticas específicas de parcerias constantes com as universidades, de maneira a constituir laboratórios e investimentos diversos na articulação universidade-empresa.

Em relação aos países da América Latina destacamos que há um atraso histórico no desenvolvimento do setor de C&T, pois como produtores primários em larga escala, acompanham acanhadamente e geram, de forma insuficiente, a produção de tecnologias de ponta. A América latina desenvolve uma PCT que é conveniente para os produtores de tecnologia, pois se trata de um mercado consumidor profícuo, que importa tecnologia e exporta matéria-prima, sendo este o caso da Política Científica e Tecnológica desenvolvida no Brasil, iniciada no governo no governo Castelo Branco (1964-1967) desdobrando-se de acordo com os interesses das oligarquias e agências multilaterais até o governo Itamar Franco (1993-1994).

O governo que viria depois (Fernando Henrique Cardoso) em sua primeira gestão advogou um planejamento prioritário para as políticas de ciência e tecnologia no Brasil em nome do crescimento com equidade e promovendo a inserção do país na competitividade internacional. Ao final de seu governo afirmou que o Brasil nunca recebera tanto investimento em C&T como no seu governo, bem como a universidade fora privilegiada com o crescimento da produção científica, patentes e produção de doutores. A partir deste quadro, este trabalho discute a PCT na

primeira gestão do governo Fernando Henrique Cardoso, atentando para as contradições de seu dito ideário “social-democrata”, das implicações e conseqüências decorrentes da incorporação das orientações do mercado internacional às diretrizes da política interna da economia brasileira, especificamente para este setor.

Por meio de pressupostos dialéticos concebe-se o objeto de estudo numa dinâmica de constante recorrência, ancorado e problematizado num movimento interno da contradição. Assim, o objeto é desvelado por uma outra lógica que refuta o determinismo e o conceito de autoridade sobre a realidade e verdade acerca deste objeto em sua totalidade, bem como das relações que desenvolve com o mundo. Este olhar processual prima pela passagem da quantidade à qualidade, dos dados aos seus condicionantes sociais, políticos, econômicos e culturais, não somente em si, ou de per si, mas numa convergência tal que, sejam consideradas as relações materiais e/ou espirituais em que o fenômeno foi gestado, bem como as conseqüências e implicações que se processaram a partir desta interveniência. Nesta diretriz, em consonância com o método escolhido, o investigador partiu inicialmente da exploração de dados disponibilizados por veículos oficiais, de índole quantitativa, para o conhecimento e problematização da realidade pela via dialética que se contrapõe na luta dos contrários, a um olhar cadenciado e linear.

Numa tentativa de desdobrar o “novo” que marcou as Políticas de Ciência e Tecnologia no governo FHC em sua primeira gestão, organizamos este livro em duas partes. A primeira parte percorre a trajetória explicitada do discurso de FHC sobre a C&T, planejamento e ações de PCTs afinadas com o mercado. A segunda parte corresponde a uma imersão às políticas de C&T no governo FHC, trazendo à luz o quadro de PCT pós-Itamar Franco, as políticas públicas para o setor de C&T, as fontes de financiamento e gastos para C&T na primeira gestão FHC bem como e o quadro da C&T que se projetaria na segunda gestão de seu governo.

Este trabalho é um convite para problematização da Política de C&T na atualidade que deve ser planejada tendo em vista a totalidade social e econômica do país, sem minorizar a sua finalidade: promover o acesso e universalização de seus benefícios a todos os cidadãos, âmbito tão defendido e tão marginalizado na sociedade brasileira.

Parte I

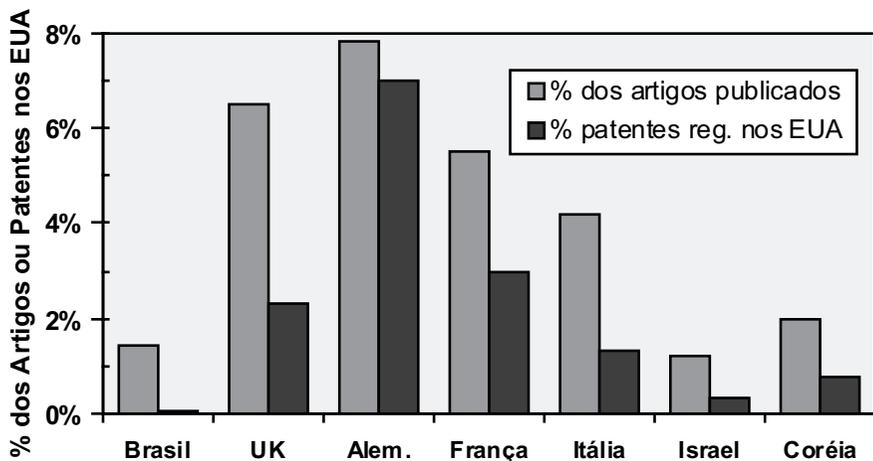
Para compreender a C&T no Plano de Governo FHC

Para entender um objeto de estudo a partir de uma delimitação adequada, é necessária a contextualização de elementos pontuais, na medida em que a prática da abordagem da realidade forneça os elementos necessários e clarificadores do caminho do pensamento gestado historicamente. Por essa via, o desvelamento do objeto de estudo solicita o desdobramento de elementos pontuais de caráter conceitual que são transversais e recorrentes na totalidade da investigação científica e que se passa a denominar de categorias. (LIMA, 2009)

1.1. Dados da C&T no Brasil no governo FHC

A despeito de um quadro de descontinuidade, a ciência brasileira tem tido no decorrer dos anos uma presença significativa no contexto mundial em nível de produção do conhecimento. Em 1973 o Brasil detinha 0,02% (cerca de 373) da produção mundial de artigos completos publicados em periódicos indexados, alcançando mais de 10.000 no ano de 1999 – um crescimento de 27 vezes e mais de dez vezes se comparado ao crescimento da produção mundial que foi 2,4 no período. Isto significa que até o ano 2000, o Brasil produzia mais de 1,2% da produção mundial (ver gráfico 1).

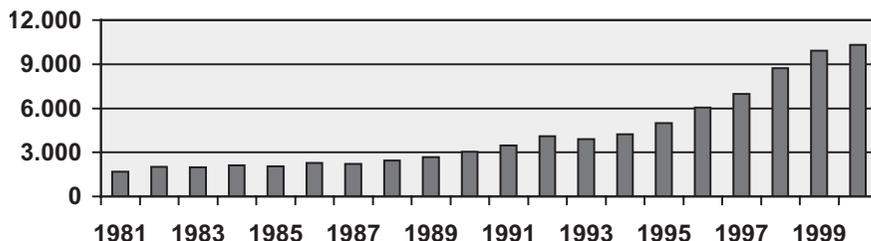
GRÁFICO 1
ARTIGOS E PATENTES REGISTRADAS NOS EUA



FONTE: Cruz (2004)

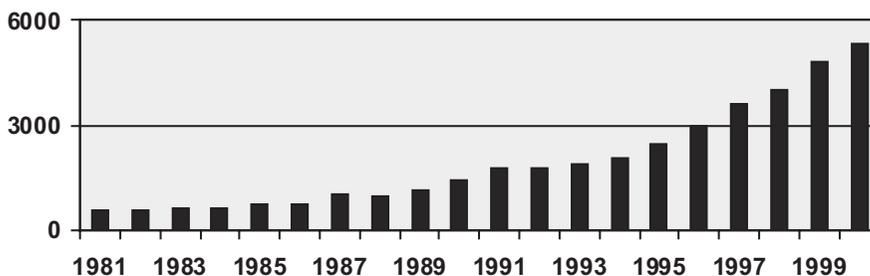
O progresso da produção científica a partir da década de 1980 até o final da década de 1990 também demonstrou crescimento significativo, a despeito da tateação governamental em nível de política econômica, mantendo um índice de crescimento considerável (gráfico 1 e 2), bem como havendo um aumento do número de doutores formados no mesmo período (gráfico 3).

GRÁFICO 2
ARTIGOS CIENTÍFICOS



FONTE: Cruz (2004)

GRÁFICO 3
DOUTORES FORMADOS



FONTE: Cruz (2004)

Vale destacar o crescimento da produção científica por área do conhecimento, com destaque para as ciências agrárias que produziu 3,07% de artigos na relação Brasil /Mundo, seguida pela física (2,04%). Notadamente da década de 1980 até o ano 2000 observou-se que as áreas que reuniam o maior número de publicação foram: a física (17% do número total de publicações brasileiras), a clínica médica (14,6% e a química (13,5%), totalizando 490% de crescimento como se pode observar no quadro a seguir.

QUADRO 1
TOTAL DE ARTIGOS BRASILEIROS INDEXADOS SEGUNDO A
ÁREA DO CONHECIMENTO: BASE DO ISI, 1981, 1990 e 2000.

	Total de artigos			Relação Brasil/mundo, %			Var. % 1981-2000
	1981	1990	2000	1981	1990	2000	
Biologia e bioquímica	192	368	816	0,47	0,75	1,55	329,8
Biologia molecular e genética	86	143	297	1,00	0,99	1,31	131,0
Ciência da Computação	10	20	54	0,37	0,38	0,62	167,6
Ciência dos Materiais	27	52	335	0,23	0,29	1,28	556,5
Ciências Agrárias	117	390	504	0,73	2,56	3,07	420,5
Ciências dos animais e plantas	230	200	837	0,67	0,48	1,87	279,1
Ciências espaciais	43	86	180	0,84	1,38	1,95	232,1
Ciências Sociais	45	102	187	0,26	0,53	0,74	284,6
Clínica Médica	319	818	1514	0,34	0,64	0,89	261,8
Direito	1	1	0	0,06	0,05	0,00	-
Ecologia e meio ambiente	20	53	263	0,23	0,45	1,45	630,4
Economia e negócios	6	6	31	0,09	0,07	0,31	344,4
Educação	4	4	8	0,15	0,15	0,30	200,0
Engenharia	81	151	551	0,32	0,42	1,08	337,5
Farmacologia	53	85	259	0,44	0,58	1,67	379,5
Física	310	569	1784	0,69	0,88	2,04	295,7
Geociências	42	88	246	0,39	0,63	1,18	302,6
Imunologia	15	32	145	0,24	0,35	1,20	500,0
Matemática	51	89	185	0,61	0,98	1,42	232,8
Microbiologia	52	97	297	0,50	0,71	1,89	378,0
Multidisciplinar	113	35	116	1,13	0,36	1,05	92,9
Neurociência e c. do comportamento	40	93	287	0,29	0,46	1,01	348,3
Psicologia e psiquiatria	21	26	76	0,15	0,16	0,38	253,3
Química	174	273	1406	0,29	0,35	1,42	489,7

FONTE: Dados obtidos do Institute for Scientific Information (ISI), National Science Indicators e elaborados por Leta & Cruz (2003, p.139)

Um ano antes do término da segunda gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso (2001) por meio de um instrumento impresso oficial e também disponível via eletrônica, denominado Livro Verde, registravam-se dados com expressões muito interessantes enfatizando as iniciativas de FHC, a começar pelo título que denominaram o ca-

pítulo 19, que trata sobre C&T, a saber: “Ciência e Tecnologia para o bem-estar”.

Tal título, se proposital ou não, parece bem próximo do Welfare State e de fato discursivamente foi o que se defendeu até o final do período desse governo. Merece atenção o início do capítulo destacando em caixa alta a “grande prioridade” de incentivo e investimento do governo para o setor, levando-se sempre em conta, o quadro antes do governo FHC e o quadro depois de FHC, como se o “grande pai” fosse diretamente o responsável pelo progresso inaudito de C&T no Brasil. Acompanhe-se esta expressão:

NUNCA O SETOR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA RECEBEU tanto incentivo. As ações do governo vêm sendo orientadas para fazer do conhecimento aplicado um fator de avanços econômicos e sociais. Duas visões fundamentais somaram-se: a de que o conhecimento deve ter papel central como gerador de progresso e bem-estar, e a de que a capacidade de inovação é fundamental para a competitividade das empresas e para a economia. (SILVA & MELO, 2001, p.221)

Para sustentar a afirmação acima apresentou-se um conjunto de dados via MEC e CAPES que passa-se a destacar a seguir, tendo em vista o critério enfático, e por que não dizer ideológico do antes e depois de FHC. A ênfase inicial dos dados apresentados está na formação de contingente de mestres e doutores tal qual nunca houve antes.

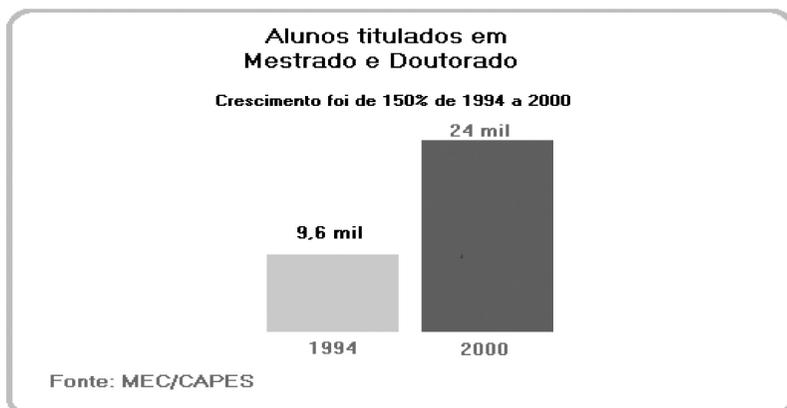
Aqui a preocupação não é a de refutar dados (mesmo reconhecendo que o tratamento dos mesmos pode sofrer inclinações diversas), mas de tão somente situar a apologia que se faz dos resultados, que desconsidera ou ignora propositalmente, ao que parece, os conflitos processuais por meio do que o desenvolvimento histórico do país se deflagra, situando a ação isolada de um sujeito e sua equipe ministerial como responsáveis pelo “milagre brasileiro em C&T”.

Ora, de fato isso não é novidade em termos de história do desenvolvimento econômico do Brasil, assim torna-se necessário descortinar-se-á o assunto, tornando-o compreensível à luz de um processo histórico per-

tinente e real, considerando as teias relacionais que totalizavam o quadro de PCT no Brasil e investimentos respectivos por essa época. Os quadros a seguir explicitam a afirmação que se efetuou anteriormente:

Matrículas na Pós-Graduação		
	Mestrado	Doutorado
Antes: 1994	40 mil	17,4 mil
Depois: 2000	63,6 mil	33 mil
Aumento	59%	90%
Só Instituições Federais		
	Mestrado	Doutorado
Antes: 1994	23,3 mil	6,9 mil
Depois: 2000	45,4 mil	17 mil
Aumento	95%	146%
Fonte: MEC/ CAPES		

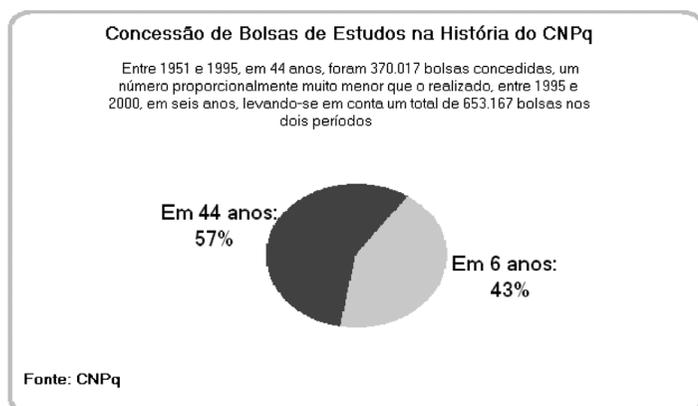
O livro destaca o número total de titulados pela pós-graduação em nível de mestrado e doutorado no Brasil, acentuando um crescimento de 150% do total de profissionais formados no ano 2000, em comparação com dados de 1994, expressando um aumento de 134% nos titulados de mestrado e de 188% em doutorado, como se passa a conferir no gráfico a seguir.



O volume da produção científica brasileira atingiu a marca de 1,4% do volume total da produção científica internacional. O número de artigos de pesquisadores brasileiros alcançou cerca de 97% de crescimento em periódicos internacionais, tomando por base o ano de 1994, portanto anterior ao governo FHC, como se pode observar no gráfico abaixo.



Outro índice que chama a atenção é o número de concessão de bolsas de estudo para os pesquisadores brasileiros em nível da História do CNPq, passando de um crescimento de 57 % em 44 anos para um crescimento de 43% em seis anos:



Esse quadro de crescimento da C&T no Brasil foi justificado por uma “revolução pra valer” na gestão de C&T com a criação de 14 Fun-

dos Setoriais de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, reunindo assim fontes estáveis de financiamento e novo modelo de gerenciamento, compreendendo quatro pontos principais:

- **Gestão compartilhada e transparente:** Instituída por meio de Comitês Gestores formados por representantes do governo, agências reguladoras, comunidade científica e setor empresarial, assegura maior eficácia na aplicação dos recursos e na avaliação de resultados.
- **Estabilidade das Fontes de Financiamento:** Constituídos por fontes de recursos diversificadas, não-fiscais e contínuas, os Fundos Setoriais permitem a adoção de políticas de C&T de médios e longos prazos.
- **Incentivo à inovação tecnológica:** Estímulo ao investimento privado em Pesquisa e Desenvolvimento para aplicação do conhecimento na geração de produtos e processos inovadores.
- **Desconcentração regional:** No mínimo, 30% dos recursos destinam-se a projetos desenvolvidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Em relação à aproximação entre investimentos em P&D⁸ no período a iniciativa privada começa a participar mais da articulação entre empresa-universidade como mostra o gráfico abaixo, embora seja do poder público o maior investimento.



⁸ Pesquisa e desenvolvimento (P&D) é definida pela Manual Frascati como o trabalho criativo realizado em bases sistemáticas a fim de ampliar o estoque de conhecimento, inclusive sobre o homem, a cultura e a sociedade, e o usos desse estoque de conhecimento para desenvolver novas aplicações.” (OECD, 1993, p.29)

Refutar planilhas, desprezar relatórios elaborados certamente por pesquisadores de renome nacional não é o nosso objetivo neste trabalho, mesmo porque os dados estatísticos em si enfocam precisamente o resultado dos levantamentos do trabalho e investimentos empregados tomando em específico o setor de C&T, a não ser, é claro, que tais dados sejam concretamente passíveis de tais contestações.

Por outro lado, também isto não significa que os créditos do crescimento ou não em C&T no Brasil devam-se isoladamente ao governo FHC, a ponto de se afirmar que o que não se fez em quase meio século foi desenvolvido nesta gestão.

Deve-se chamar a atenção para a apologia que o relatório apresenta sobre o crescimento da C&T no Brasil por meio do crescimento do número de mestres e doutores e do aumento de publicações científicas. A tendenciosidade do relatório é indubitavelmente ideológica, desprezando conseqüentemente o desdobramento histórico para o setor, em que muitas vozes (acadêmicos, pesquisadores, empresários...) se levantaram reivindicando planificações em C&T, investimentos setoriais, elaboração de PCTs explícitas e conseqüente continuidade, em que os discursos fossem materializados e a relação de políticas nacionais fosse canalizada como prioridade para o setor, também sob o respaldo de grupos da iniciativa privada.

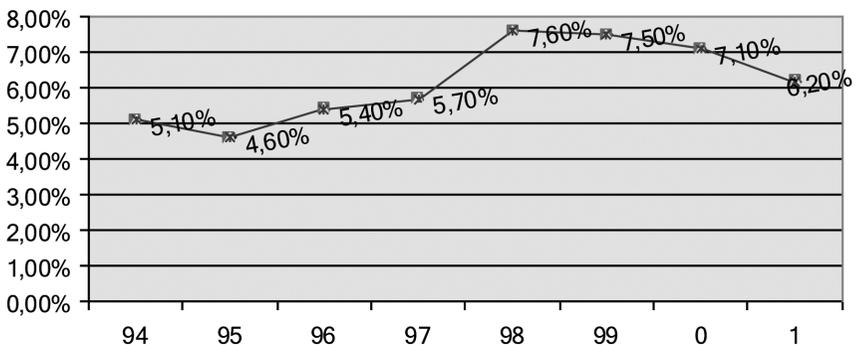
Embora da passagem do governo Itamar para a primeira gestão de FHC solicitasse continuidade e implementação mais sólida da política econômica, cujo objetivo declarado era trazer novamente o Brasil para a recuperação de seu crescimento, o curso que esta linha governamental trouxe resultou num custo não muito razoável, quando se toma em conta o “bem estar social” da população, tendo em vista o deflagrado preço que o brasileiro teria que pagar e ainda continua pagando pela reestruturação econômica que, em certa medida consolidou conquistas neoliberais, diminuiu consideravelmente oportunidades de trabalho formal e o poder aquisitivo do cidadão foi em muito minimizado.

Nesse sentido Oliveira (2003) diz que havia um aparente paradoxo no caso citado, isto é, enquanto o Brasil enfrentava uma das mais altas taxas de desemprego de sua história, o candidato à reeleição (FHC) prometia que iria acabar com o desemprego. Mas o desemprego que ele prometia acabar, tinha sido deflagrado na primeira gestão de seu governo

e o interessante é que a máquina administrativa na sua totalidade foi utilizada para pintar um quadro diferencial da situação, mostrando que isto era apenas um período de transição, de ajuste para que o Plano Real se consolidasse na segunda gestão.

Mas a verdade é que entre o final de seu primeiro mandato e começo do segundo, o Brasil registrou o Recorde histórico de falta de emprego. Desta forma, o discurso declarado foi tão bem articulado e veiculado pela equipe governamental e pela mídia que Fernando Henrique Cardoso, com tudo isso, conseguiu reeleger-se com 53,06% dos votos no primeiro turno. Por meio do gráfico a seguir pode-se notar o crescimento do índice de desemprego no Brasil na era FHC:

GRÁFICO 4
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (1994-2001)



FONTE: Oliveira (2003, p.100)

Desconsiderar ou ignorar este processo é querer começar outra história ou contar uma história diferente utilizando-se uns óculos de lentes cor-de-rosa, é afirmar “inocentemente” que um gato que brinca com um novelo de lã não o tornará emaranhado.

O olhar que se lançou sob o objeto de pesquisa escolhido utiliza-se de um crivo crítico que procura estabelecer as relações proximais entre resultados publicados, proposições governamentais, discursos e ações sobre C&T nos governos FHC e como tais vertentes tratam as implicações e conseqüências da política de ciência e tecnologia no Brasil no referido

período, com especial atenção ao fomento para este setor em específico. Esta não é uma tarefa obviamente fácil, requerendo do pesquisador elementos denunciadores da problemática que se coloca e estes reunidos por meio de dados e de textos especializados que têm o tema destacado como seu objeto de estudo.

Dentre os textos que foram mencionados, selecionou-se algumas bibliografias escritas por Fernando Henrique Cardoso sobre o crescimento econômico do Brasil e da América Latina, bem como suas principais idéias e propostas sobre C&T ao longo de seu percurso político até a retomada do ponto de partida, quando teve início este texto. Além desse material, foram selecionadas algumas bibliografias acerca de seu governo de autores nacionais e internacionais, destacando o posicionamento de alguns autores frente ao desenrolar das duas gestões de governo de Fernando Henrique no Brasil.

1.2. Com o olhar no novo: alguns ditos de FHC sobre PCT

Um livro de Goertzel (2002), professor de sociologia e administração pública da Rutgers University nos EUA – lançando no Brasil pela Editora Saraiva, embora muito tendencioso ao fazer destaques e apologias ao itinerário político de Fernando Henrique Cardoso, traz alguns ditos significativos para se destacar como suporte ao desvelamento de nosso objeto de estudo. Por exemplo, enfatizando as raízes política e elitista de FHC como razões para o seu despertar político vai trazendo a tona alguns de seus discursos defendidos sobre vários setores da vida social e política brasileira (é particularmente interessante que o destaque efetuado sobre sua vida, é sua origem familiar que tem orientação militar e elitista e que “Fernando” procura não seguir, dado a sua inclinação para a vida política).

Entretanto, o livro de Goertzel não destaca as contradições internas e posteriores aos mesmos quando empossado de mandatos políticos e nem percebe ou não quer perceber que muitas das denúncias efetuadas por FHC como causas de exploração e empobrecimento da população, tornam-se seu ponto de partida e chegada na defesa não de sua denúncia, mas dos interesses de segmentos sociais privilegiados.

Vale argumentar uma das frases destacadas por Goertzel (2002, p.10), quando FHC pretensamente defendia a conformidade com a doutrina marxista, pleiteando a não-exploração do trabalhador e denunciando o enriquecimento ilícito de oligarquias por meio da exploração da força de trabalho daqueles.

Precisamente a sua fala denuncia a economia capitalista e a estrutura social do país: “... o capital só se forma pela exploração da força de trabalho da maioria da população em benefício de uns poucos e à custa do empobrecimento geral”. Sem dúvida alguma a denúncia de um professor universitário frente ao momento político caracterizado por desigualdades era bem vinda.

Com o passar do tempo entretanto, tomando-se partido em benefício desses “poucos” ocorre à negação das premissas idealistas e a incorporação e materialização dos pressupostos do Príncipe de Maquiavel, como direitos inalienáveis do governante. Isto inclusive para a área da Ciência e Tecnologia no Brasil. Ora, a mudança de discurso do antes e depois é deixada de largo no livro de Goertzel, a começar pelo título heróico do livro: “Fernando Henrique Cardoso e a reconstrução da democracia no Brasil”.

É interessante se observar que pelo menos o título é coerente com a realidade sócio-econômica do país do autor⁹ e sobre o objeto de interesse do mesmo, cuja incorporação da visão neoliberal em suas gestões não pode ser objetada frente à explicitação difundida pelo próprio governo e partidários, como o grande momento do Brasil, como verdadeiro marco do milagre brasileiro. Nesse sentido há que se entender melhor o governo FHC por ele mesmo, isto é, a partir de seu próprio discurso, especificamente acerca das principais linhas de ação para o setor de PCTs para o Brasil e formas de fomento.

Inicialmente serão destacados alguns ditos de FHC num Seminário realizado em Campinas/SP na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) no período de 9 a 11 de dezembro de 1977. A temática central

9 Para se ter idéia da apologética que Goertzel apresenta esta frase é denunciativa: “... a vida foi tranqüila no Palácio Alvorada. Brisas mornas e suaves ventilavam pelos corredores e Fernando Henrique Cardoso toda manhã saía revitalizado após nadar na piscina olímpica.” (Goertzel, 2002, 261) E enquanto isso o povo brasileiro era enredado pelos ventos discursivos de controle inflacionário, sofrendo e pagando a deflagração do mesmo.

era sobre “Ciência, Tecnologia e independência”. Neste evento estavam presentes grandes estudiosos de renome nacional e internacional na área como por exemplo, dentre outros: Jorge Sabato, Amílcar Herrera, Hélio Jaguaribe, Zeferino Vaz e Fernando Henrique Cardoso.

O Seminário centrava quatro módulos como de intensiva relevância para o debate de questões que despertassem encaminhamentos para a C&T dos países subdesenvolvidos e de forma especial do Brasil. No primeiro módulo no qual FHC participou, discutiu-se o panorama da Ciência, Tecnologia e Relações Internacionais destacando-se a evolução das posições governamentais sobre C&T, as relações de dependência para o crescimento industrial e bem estar dos povos, dentre outros. No segundo módulo Foi destacada a articulação entre Ciência, Tecnologia e Sociedade. No terceiro módulo: Ciência, Tecnologia e Crise Internacional e no quarto e último módulo: Ciência, Tecnologia e Modelo de Desenvolvimento.

A Comissão Organizadora do Seminário foi composta por Eduardo Machado, Paulo Sérgio Pinheiro e Renato Peixoto Dagnino- estudiosos da área de C&T, foi editado por Severo Fagundes Gomes e Rogério C. Cerqueira Leite e publicado pela Livraria Duas Cidades. Para efeitos de registro de informação bibliográfica a citação considerará os nomes de Gomes & Leite (1978) tomando por base somente o primeiro módulo para se localizar o nível de discussão de então e mais precisamente as contribuições de FHC sobre a realidade de C&T no Brasil no seminário e algumas considerações do livro Desenvolvimento e Dependência na América Latina de Cardoso & Faletto (2004). Partiu-se destes documentos e não de outros por se tratarem de registros históricos de fácil acesso e por especificar o tema de estudo deste trabalho.

Na abertura da programação feita pelo Magnífico Reitor Zeferino Vaz no Seminário de 1977 em Campinas, merece destaque a denúncia quanto ao quadro insatisfatório da C&T da época e a destinação de políticas específicas para encaminhar a ciência e a tecnologia em benefício do homem, uma vez que o aporte explícito de então se centrava no desenvolvimento econômico do país ao preço da industrialização, como se o cidadão fosse dissociado do processo de crescimento e da inversão do que se produzia e investia em C&T. Vaz apontava que a despeito do crescimento econômico que estava se dando no Brasil, as contradições internas

eram deflagradoras de uma economia frágil e por conseguinte o setor de C&T mantinha-se num estado de profunda dependência científica e tecnológica. E apontava que

Tecnologia que só se pode desenvolver quando alicerçada na investigação científica básica. Mas o objetivo perseguido não é apenas a investigação científica e, conseqüentemente a criação de Know-how tecnológico. Temos bem a consciência, todos quantos estamos aqui reunidos, de que ciência e tecnologia só merecem dignidade quando buscam a promoção do bem-estar físico, social e espiritual da comunidade, do homem comum, o homem como meio e o homem como fim. Aqui não acreditamos em ciência pela ciência, em arte pela arte. Acreditamos que, ou as ciências e artes são praticadas e desenvolvidas, buscando o grande objetivo que é a promoção do bem-estar do homem, ou seja, da justiça social, ou não merecem dignidade, ao menos nessa Universidade. (Gomes & Leite, 1978, p.17)

Interessante o fato de que, enquanto assuntos como a dívida externa, crescimento econômico e investimentos em setores estratégicos como no caso da C&T eram fervorosamente debatidos entre os palestrantes convidados, o professor Fernando Henrique Cardoso trouxe a tona à discussão sobre a necessidade do desenvolvimento de uma revisão política que integrasse a temática anteriormente citada, não apenas no benefício da população em nível de redistribuição de renda, pois segundo FHC a espiral inflacionária “comeria” essa redistribuição em pouco tempo, mas no desenvolvimento igualitário da função produtiva. Esse desenvolvimento igualitário, a partir da revisão política, levaria em conta também as questões ideológicas da produção: sobre o conjunto de interesses e ideologias de empresas, consumidores, estado, grupos, etc... (Idem, p. 41-43).

Há um destaque considerável acerca desta revisão política por sua parte e em nenhum momento ele se posiciona como liberal ou como conservador. Muito pelo contrário, a divisa de seu discurso aponta para uma preocupação na integração entre o setor político, econômico e o setor social em defesa de mudanças sociais para a coletividade levando o país para um processo de autonomização da economia, afrontando e livrando-

-se do estigma da teoria da dependência econômica que fora largamente debatida no universo acadêmico e político nas décadas de 1960-1980.

Chama-se a atenção para o conteúdo de seus discursos como professor e militante político muito próximo nesse momento de inclinações socialistas, o que na metade da década de 1990 não constará de forma explícita e implícita na formulação de suas políticas públicas no desenvolvimento de suas duas gestões. Mas, já na década de 1980, para FHC a questão da dependência científica e tecnológica deveria ser analisada por meio do foco político que levasse em consideração o quadro da pobreza do país e as formas de encaminhamento para sua superação, pois segundo ele, numa palestra proferida na Associação dos Sociólogos de Brasília no mês de maio de 1983 e depois transformada num livreto lançado pela Editora Papyrus em 1985, com o título “A democracia necessária”:

A pobreza não é componente da vida política brasileira. Nunca discutimos politicamente com pobres. Basta olhar aqui. Não é um elemento ativo da vida política brasileira. A pobreza é presença um pouco no horizonte, um pouco perdida, como uma espécie de pesadelo, ou como pés de chumbo da nossa sociedade – quando o Brasil vai se levantando, percebe que não pode levantar muito porque existe uma massa imensa que não foi incorporada, que não tem trabalho, que não tem comida, que tem doenças, que não sabe ler nem escrever, ou o sabe precariamente. Mas toda essa presença existe lá no horizonte, no limite. Choca mais ao estrangeiro que chega aqui do que ao político brasileiro que convive com tudo isso e que não transforma esse dado dramático num dado real da vida política. (Cardoso, 1985, p. 18)

A lucidez quanto ao desenvolvimento acanhado no aspecto econômico e social estava plenamente explícita no discurso do sociólogo e senador Fernando Henrique Cardoso. A consciência da marginalização das classes desfavorecidas e sua conseqüente exclusão no plano participativo, no plano de integração era parte de sua verdade declarada, como se vê no texto acima, mas como se sabe entre o discurso e a operacionalização existe um abismo considerável, mesmo porque os discursos tomam

outros rumos, quando outros interesses estão latentes, principalmente quando se assume o lugar da “vidraça”. De forma explícita a denúncia de FHC centrava-se naquele seminário em apontar as causas dos desajustes estruturais no setor de C&T, condicionados pela ausência de uma política específica e pela pobreza generalizada.

Os pressupostos comuns entre os debatedores a partir da abertura de Zeferino Vaz tomavam corpo não somente na denúncia de uma sociedade divididas em classes e desigual, mas também em torno dos interesses da classe dominante sobre as demais.

Desta forma, algumas questões colocadas enfaticamente por FHC indicaram naquele momento sua indignação sobre a forma da consecução de políticas apropriadas de C&T para o Brasil especificamente neste ponto.

As discussões comuns veiculadas pelos governantes apontavam investimentos em tecnologia de ponta e importação de tecnologias (tecnologias apropriadas) para o desenvolvimento dos pólos industriais do Brasil em larga escala e na América latina como um todo. A isto FHC ponderou alguns condicionantes afirmando que qualquer tentativa de se desenvolver uma “tecnologia apropriada” sem levar em conta a relação entre tecnologia e sistema produtivo, a formulação de objetivos claros, a análise dos recursos e instrumentos disponíveis; era totalmente equivocada, ao que complementa:

Ora, quando se diz isso, a noção mesmo de tecnologia apropriada torna-se (...) extremamente discutível. Apropriada para quê ? para quem ? em que momento ? Não se trata simplesmente, portanto, de pensar que a tecnologia é simplesmente um liame racional, que otimiza fatores; é isso, por certo, mas em função de objetivos determinados. (...) Existem tentativas de elaboração de uma política tecnológica, existem alguns instrumentos, existem algumas linhas pelas quais essa política se define; entretanto, (...) tudo isso está embutido num contexto que assume automaticamente que as questões relativas à pergunta “apropriada para quem” ? estão definidas em termos dos interesses da grande unidade moderna de produção, que é basicamente a grande empresa multinacional e eventualmente a empresa estatal. (Gomes & Leite, 1978, p.78-79)

A defesa de seu discurso naquele Seminário de 1977 trazia inúmeros elementos defensivos ao mercado interno, a importação de tecnologia para posterior autonomização dos pólos científicos e tecnológicos do Brasil, a percepção e tomadas de decisão frente ao tipo de sociedade imposta pela classe dominante e as múltiplas formas de encaminhamentos para que o Brasil tivesse um desenvolvimento econômico sustentável a partir de metas bem explícitas. Dentre os pontos listados por FHC (Ibid, p.78-84), segundo a sua própria fala, estão:

1. Quando “o para quem ?” começa a orientar-se para responder à demanda de outros tipos de sujeitos, quando a política econômica inclui, por exemplo uma política tecnológica, que toma em consideração que num país como o Brasil é preciso ampliar a margem de participação econômica e social, que é preciso não só ampliar, mas mesmo reverter as ênfases, a questão se complica sumamente. Complica-se no plano político, porque se se quiser desenhar um futuro que tome em consideração, para dizer de maneira branda, o fortalecimento do mercado interno e procure ampliar a distribuição de renda para as camadas menos privilegiadas da população, será preciso ter uma função de produção diferente, posto que o que se vai produzir visará um mercado diferente.
2. A grande questão não é a tecnologia em si, mas, sim, a de saber realmente qual é o tipo de sociedade que se quer montar, tendo em vista a favorecer a que setores da sociedade, tendo em vista estabelecer que pauta de distribuição de recursos etc. Uma vez existindo uma política para responder a essas alternativas, a questão do como se compõe o mix tecnológico, em função da liberdade relativa de sua composição torna-se uma questão pertinente.
3. A importação de tecnologia em si, não é um mal; ocorre que atualmente se importa tecnologia embutida numa política de desenvolvimento que vai reforçar a continuidade de novas importações para assegurar o crescimento de um certo tipo de empresa. E isto é feito evitando-se o debate sobre se é esse tipo

- de empresa que realmente se necessita para o desenvolvimento não “do país”, mas da população do país.
4. Não acredito que, no caso de países subdesenvolvidos como o nosso, o encaminhamento adequado das questões de capacitação científica possam ser pensados em termos restritivos que levem a imaginar que a criação de “centros de excelência” resolva a questão tecnológica.
 5. Mas é preciso entender que as economias contemporâneas dos países capitalistas periféricos estão estruturadas, bem ou mal, em termos de um conjunto de forças dominantes e de forças dominadas. Existem tensões entre aspirações nacionais e interesses empresariais, para não falar das tensões que existem por cima dessas, entre as nações.
 6. (...) não será possível encaminhar a questão do desenvolvimento tecnológico sem resolver a questão do padrão de desenvolvimento; isto implica o ordenamento da sociedade e do estado, as quais são, até a medula, questões políticas.
 7. (...) como é que se favorece o povo ? E a primeira dúvida seria: importamos tecnologia ou não ? A minha resposta seria não, pelo mesmo motivo pelo qual sou favorável a fabricar as coisas aqui. Mesmo que importar seja mais barato e, otimizando abstratamente, seja melhor, a única maneira de trazer de fato, uma certa dinâmica interna, aumentar o grau de cultura, as expectativas, as demandas etc., é tentar refazer aqui de toda maneira.

É explícita a preocupação discursiva sobre a integração entre o aporte econômico, político e social de FHC com o desenvolvimento científico e tecnológico. Volta-se a reiterar que nesse sentido, percebe-se também que o encampamento de idéias socialistas era uma prática comum na academia desde a década de 60. É claro que de forma comedida, por causa do governo militar no caso brasileiro, mas o era. E a defesa de seus fundamentos era exatamente a assunção dos opositores às políticas econômicas do governo verticalizado de então.

Nota-se que não é somente um discurso de FHC que está sendo colocado no centro das discussões. É o discurso de uma época, é a busca

de encaminhamentos para problemas concretos que encampados, não só por aquele, revela a emergência de medidas explícitas em nível de políticas públicas para C&T e, conseqüentemente para o desenvolvimento econômico sustentável do país. Nesse sentido torna-se necessário uma revisitação as contribuições de Amílcar Herrera no capítulo anterior que trabalha profundamente nessa direção.

Ora, desde o final da II Guerra Mundial com a abertura e expansão da internacionalização do mercado, a industrialização toma maior configuração nos países centrais, porque detentores do capital e, portanto, dos centros tecnológicos mais avançados do mundo e nos países periféricos estabelece-se uma nova relação de dependência econômica, científica e tecnológica. Não que a dependência em si possa explicar o subdesenvolvimento dos países periféricos, mas justamente como se observou no capítulo anterior, ela é condicionada por planejamentos econômicos, políticos, etc., que resvalam, não raras vezes em interesses de grupos oligárquicos e influências externas, fazendo com que as políticas explícitas sejam estabelecidas em conformidade com esse ideário.

Certamente, ao observar-se o livro de Cardoso & Falleto (2004, p.8-9) com as primeiras edições publicadas em 1966, 1967 (*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*), verificar-se-á que a frase anterior vai de encontro à sua declarada “visão dialética, histórico-estrutural”, rompendo com a disseminada Teoria da Dependência em si, atentando entretanto, para condicionantes internos dos países periféricos, em especial os da América Latina, que historicamente apresentavam características similares quando ao desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, como se segue:

Precisamente o conceito de dependência (...), pretende outorgar significado a uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente em um momento dado, e busca-se estabelecer, por seu intermédio, as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos. Mas, o externo nessa perspectiva, expressa-se também como um modo particular de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas.

É precisamente por isso que tem validade centrar a análise da dependência em sua manifestação interna, posto que o conceito de dependência se utiliza como um tipo específico de conceito “causal-significante”-implicações determinadas por um modo de relação historicamente dado – e não como conceito meramente “mecânico-causal”, que enfatiza a determinação externa, anterior, que posteriormente produziria “conseqüências internas. (Cardoso & Falleto, 2004, p.35)

Nesse sentido, a obviedade do afirmado era um dado sabido e discutido por inúmeros estudiosos da época, como por exemplo Sabato, Herrera, dentre outros. Entretanto, como se pode observar no Brasil e em demais países da América Latina, as determinações externas e a internacionalização do mercado estabeleciam uma lógica própria do que a posteriori se denominaria globalização, dessa forma o condicionamento das economias mundiais seguiam necessariamente a lógica do capital, os meios de produção e das relações de trabalho externa e internamente.

Isso impunha aos países periféricos uma adequação de conformidade com o momento histórico dado, mesmo porque suas frágeis economias não eram auto-sustentáveis, nem mesmo sua perspectiva de desenvolvimento científico-tecnológico apresentava condições de materialização. Dessa maneira, a própria visão “dialética, histórico-estrutural” afirmada por FHC, perde-se num determinismo histórico que, certamente seria a inauguração de seus pressupostos neoliberais não declarados.

Nos pressupostos declarados como professor universitário, como candidato ao senado em 1978 por São Paulo, como senador Suplente com mais de 1,3 milhões de votos e como senador a partir de 1983 assumindo a vaga de Franco Montoro, está a defesa de uma política que convirja para o crescimento econômico atrelado as necessidades da população, de forma clara, democrática e justa, onde segundo sua proposta a população deveria ser consultada sobre as prioridades de investimentos para o Brasil.

A sua denúncia era a de que “(...) no Brasil, nunca ninguém é consultado para saber se deve ser construída uma usina atômica ou não, e quando o Presidente desativa o processo, também não consulta ninguém. Haverá razão de ordem técnica, estratégica. Só que a razão ou as razões

não são levadas ao conhecimento público. Então as grandes decisões da sociedade contemporânea brotam de maneira muito fechada.” (Cardoso, 1985, p.57). Arelado a esse discurso há uma defesa sobre a importância e o papel da participação do povo quando a informação do que se faz, como se faz e por que se faz determinados empreendimentos. Dessa forma FHC, destaca que:

O problema inicial para evoluir na direção da participação é aumentar a informação. E a informação não é uma coisa de que se possa ter uma teoria geral, se se tratar de como é que se vai fazer para que a comunidade, uma comunidade qualquer, participe de um empreendimento. Suponha-se que se decida ou se discuta sobre a possibilidade ou a viabilidade de se fazer uma fábrica de papel num bairro qualquer de São Paulo. Fábrica de papel acarreta mil problemas. Mas é preciso fazer papel, e onde senão numa fábrica? A primeira questão é informar quais são as consequências dessa decisão sobre o nível de emprego, os custos do empreendimento, os efeitos sobre a comunidade a médios e longos prazos. É preciso reunir uma massa de informações para que se possa, depois, começar a propor o debate. Se pusermos o carro adiante dos bois, vamos fazer uma espécie de participação irreal, vulgar, pois se não temos os elementos de informação, como é que se vai decidir? E é o que o Estado faz, não dá uma idéia de informação. É o que o empresário faz. Também não oferece a informação. Nem dentro da fábrica gera informações a todos, pois acha que perde poder. Assim, o primeiro requisito para uma participação real é a perda de poder dos núcleos centrais, graças aos mecanismos de informação. Isso não vai ser feito de graça, uma vez que ninguém perde o poder porque quer. Que eu saiba só há um jeito de ganhar poder: tomando-o. (Cardoso, 1985, p.65 – sublinhado meu)

Notadamente é paradoxal essa argumentação, quando se toma por base um decreto de FHC na segunda gestão de seu governo (Decreto Federal 4.553 de 2002), proibindo que alguns documentos de “interesse da nação” sobre o movimento de 1964 fossem abertos prontamente aos

meios de comunicação e a população como um todo. Esse decreto amplia o período em que documentos públicos “sigilosos ficam inacessíveis”, aumentando a burocracia para e períodos para as respectivas consultas.

E o interessante é que, por ocasião do empossamento do governo Lula, não houve revogação do referido Decreto, ao que o brasilianista James Green, da Universidade do Estado da Califórnia-EUA, disse: “Fiquei surpreso com o governo do PT, que sofreu com a ditadura, manter esse decreto, que é antidemocrático e inconstitucional” (JC e-mail 2492, de 26 de Março de 2004). É interessante que aos poucos a conformação de sua ideologia implícita num discurso pretensamente democrático se descortina. É claro que aqui há que se ressaltar que FHC, fazia uma leitura conforme o ideário do seu partido da época (PMDB) afirmando que : “O número dos que são lúcidos na política, por sorte, não é tão grande. E não sendo tão grande a política fica mais uma paixão e um prazer...” (Cardoso, 1985, p.45).

E sua “profecia” se cumpriu. Tomar-se-á por base sua proposta de governo enquanto candidato à Presidência do Brasil, a sua preocupação seria investimentos intensificados na saúde, educação e infra-estrutura para a população brasileira. Na sua proposta de governo de 1994 havia uma ênfase muito difundida e protagonizada pelo Plano Real iniciada no governo Itamar Franco que contribuiria para “afrontar e resolver” o problema da desigualdade e pobreza, expressa em alguns parágrafos na apresentação do referido programa, que por uma questão didática, numerou-se em cinco pontos básicos. Embora se tenha seccionado as ênfases de forma ordenada, manteve-se textualmente a fidelidade do texto escrito, como segue (Cardoso, 1994, p. 6-7):

1. Para sermos donos do nosso nariz e do nosso futuro, temos que ser capazes de definir com clareza o que queremos ser como sociedade, como nação e como democracia, e como vamos realizar o que queremos.
2. Queremos uma sociedade mais solidária e justa, livre das inseguranças econômicas e sociais que a têm infelicitado.
3. Queremos uma nação unida para trabalhar , crescer e eliminar as brutais desigualdades sociais e regionais, com cidadãos ap-

tos a resolver seus próprios problemas e ajudar a resolver os do país. E queremos uma nação soberana, com fronteiras seguras e uma política externa competente para defender os interesses do Brasil em benefício de seu povo.

4. Queremos uma democracia consolidada, em que todos os brasileiros exerçam plenamente sua cidadania, sem tutela do Estado sobre a sociedade, com dirigentes e partidos capazes de exercer com firmeza e probidade a vontade política de que forem investidos.
5. O projeto de desenvolvimento que apresentamos aqui é a nossa resposta a esse desafio. Não uma resposta tecnocrática, fria e acabada. Mas sim, o resultado – aberto a novas contribuições – de um esforço coletivo de repensar o Brasil de um ângulo democrático e social, ouvindo a sociedade e procurando responder os seus anseios.

O aparente sucesso do Plano Real iniciado no governo anterior promovia todas as condições favoráveis para a eleição de FHC como Presidente do Brasil. Observa-se no primeiro e segundo tópicos seccionados de sua apresentação a denúncia de uma sociedade deteriorada, com deflagrado grau inflacionário e uma população que exigia providências políticas imediatas que pudessem minimizar o quadro pintado na gestão Collor.

Era exatamente o tipo de sociedade que FHC propunha, frente ao momento político e ao “sucesso” do Plano Real que necessitava de continuidade. Mas não pararia aí, em conformidade com o discurso aprendido ao longo da carreira como sociólogo e político, propõe a ruptura com as desigualdades sociais, ao trabalho de não medir esforços de cunho de políticas internas e externas para que se consolidasse o objetivo maior de seu governo no discurso: interesses do Brasil em benefício do povo, a defesa da cidadania plena e a garantia de um governo democrático, disposto a ouvir e encaminhar as problemáticas que assolavam a população.

Não deu outra. Foi seguramente eleito. Entretanto, os dados mostram que o processo de metamorfose neoliberal até então latente em seu discurso, começa a completar o seu ciclo, o novo começa a ser emaranhado, observando-se que, conforme Zaverucha (2000, p. 28):

Em 1995, o governo FHC investiu, em relação a 1994, menos 35,22% em educação e menos 28,29% em saúde. Graças a esta política, a educação deixou de ocupar a primeira posição no ranking de investimentos federais, caindo para a terceira posição. Saúde decresceu de quinto para sexto lugar. Os gastos com os militares, todavia, mantiveram-se estáveis no ranking de investimentos federais: segundo lugar (...) Esta posição foi mantida em 1996. Ou seja, os gastos com defesa foram superiores aos gastos com educação e saúde. Isto num país com um dos piores níveis educacionais e sanitários do mundo e que não luta uma guerra externa há mais de meio século.

A esse respeito vale destacar os montantes aplicados, conforme dados da Folha de São Paulo de 7 de setembro de 1995 no quadro abaixo:

QUADRO 2
PLANO PLURIANUAL –1995 (Em Bilhões de R\$)

	Investimento	Custeio	Total
Assistência Social	0	7.705	7.705
Saúde	4.454	36.335	40.789
Educação	4.988	6.921	11.909
Saneamento	5.097	223	5.330
Habitação	6.315	23	6.338
Defesa Nacional	5.651	4.735	10.386

FONTE: Zaverucha (2000, p.206)

Como se não bastasse, a falta de lucidez de muitos políticos, como tinha “profetizado” FHC, se transformava num obstáculo à percepção do que era prioridade no governo empossado e a legitimação do seu poder por meio de medidas neoliberais, fortaleceu os militares, preparando o caminho para o seu segundo mandato e o discurso inicial em benefício das classes desfavorecidas toma outra compleição, isto é, os esforços seriam desenvolvidos de acordo com um jargão muito utilizado no período regencial brasileiro, a saber: “interesses gerais da nação”. Uma vez atendidos os mesmos, todas as demais necessidades seriam resoluções conseqüentes o que não passou de uma forma de romper com “prioridade” destacada

inicialmente. Alguns factíveis exemplos nessa direção, enumerado por Zaverucha (2000, p. 29) são:

1. Enquanto Collor acabou com o Serviço Nacional de Informação (SNI) criou um departamento de inteligência civil incrustado na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), FHC remilitarizou tal departamento ao entregar seu controle, em abril de 1996, a um general da ativa que era o chefe da Casa Militar da Presidência da República.
2. Enquanto Collor patrocinou a Lei Complementar nº 69, estipulando que os militares federais só deveriam intervir em assuntos internos quando as forças policiais fossem incapazes de manter a ordem, Itamar e FHC violaram tal lei ao enviar tropas federais para conter manifestações públicas ou grevistas, sem antes acionar o aparato policial.
3. FHC, sem consultar o Congresso, desengavetou o projeto do reator nuclear do exército arquivado por Collor, violando, desse modo, a Constituição.
4. FHC proibiu que funcionários públicos civis se aposentassem com acréscimo salarial; no entanto, estendeu às viúvas de militares da ativa o adicional de inatividade, benefício que só era pago às pensionistas cujos maridos tivessem falecido depois de terem passado à reserva, e permitiu que, por exemplo, um coronel continuasse a ser promovido a general, em termos de vencimentos, quando de sua reforma.
5. FHC enviou um projeto de Emenda Constitucional sugerindo que a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), órgão subordinado ao Ministro do Exército, voltasse, tal qual durante o regime militar, a controlar a educação das polícias militares.
6. FHC nomeou um general da reserva para chefiar a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública, posteriormente transformada em Secretaria Nacional de Segurança Pública, outro general para dirigir o Departamento de Assuntos de Segurança Pública, um general da ativa para controlar a recém-criada Secretaria Nacional Antidrogas etc.

Notadamente há um distanciamento entre o discurso em benefício da coletividade por FHC, antes de sua projeção como candidato à Presidência da República do Brasil, como candidato, propriamente dito, aliando outros vozes e interesses de grupos políticos e empresariais ao seu discurso e enquanto presidente eleito nas duas gestões, reelaborando suas falas quanto às “prioridades” que o Brasil deveria destacar em “detrimento” de quaisquer outros “projetos” que “não contribuíssem” para o crescimento econômico sustentável do Brasil.

E de fato o quadro resultante desse tipo de aplicação é destacado com índices desassoladores do ponto de vista da política econômica, social e urbana e com o agravamento o nível de pobreza, dentre outros. Nesta diretriz, Caco de Paula (2002, p. 396-397), destaca que:

- Há apenas duas décadas 32,4% da população brasileira vivia na zona rural e 67,6% na zona urbana, segundo o Censo de 1980, do IBGE. Hoje essa proporção é de 18,8% e 81,2% respectivamente. Em 2000, dos 169.544.443 brasileiros, 137.679.439 moravam em áreas urbanas;
- Em 1996, enquanto aproximadamente 20% dos brasileiros viviam em cerca de 3.500 municípios com até 20.000 habitantes, outros 52% concentravam-se nos 13 maiores municípios e em outros 200 de sua área de influência. Essa rede de aglomerações urbanas é composta por duas metrópoles globais (São Paulo e Rio de Janeiro), sete metrópoles nacionais (Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Brasília, Curitiba, Recife e Porto Alegre) e quatro metrópoles regionais (Manaus, Belém, Goiânia e Campinas).
- Em 1995, segundo pesquisa da Fundação João Pinheiro, havia um déficit habitacional quantitativo de 4 milhões de unidades na área urbana e 1,6 milhões na área rural. O mesmo estudo mostra que o déficit qualitativo é ainda maior: 5,6 milhões de moradias sem infra-estrutura e outros 5 milhões com infra-estrutura inadequada; em muitos casos, abrigando um número excessivo de moradores.
- Juntos às aglomerações urbanas crescem as periferias pobres,

muitas vezes dentro da zona rural de grandes metrópoles, aumentando o número de brasileiros que moram em cidades mas não usufruem de serviços urbanos.

- Pelas contas do IBGE, entre 1991 e 2000, o número de favelas no Brasil cresceu de 3.188 para 3.905. Um salto de 22,5%.
- Os problemas são agravados pela carência nos sistemas de drenagem urbana, a crescente impermeabilização do solo e a ocupação desordenada das margens dos rios, que resultam em constantes enchentes, sobretudo em cidades do Sudeste e do Sul.
- A urbanização descontrolada se reflete nos problemas de trânsito, no aumento dos congestionamentos, nos transportes coletivos de má qualidade e na degradação ambiental. Um estudo feito em 1998 pelo IPEA e pela ANTP concluiu que os congestionamentos nas cidades brasileiras provocam perdas de aproximadamente 500 milhões de dólares por ano, gasto adicional de combustível de quase 200 milhões de dólares por ano e aumento nos custos de operação de ônibus em até 16%.
- Falta tratamento para cerca de 90% do esgoto coletado e não há destinação adequada para mais de dois terços do lixo.
- Ao acompanhar o itinerário do raciocínio do ideário de FHC, denunciando o descaso governamental com grupos menos favorecidos da sociedade, com o fechamento extremista do grau de participação do cidadão nas decisões que dizem respeito ao índice do desenvolvimento humano, ao tratamento pejorativo com o problema da pobreza dos brasileiros, realmente verifica-se que por sua parte há uma “reelaboração de conceitos” e formulações contrárias à sua fala quando da tentativa de consolidação do Plano Real, sem a devida vinculação com a realidade vivencial do país em todos os seus âmbitos, como se viu nos tópicos elaborados por Caco de Paula.

É claro que em sua defesa, os argumentos são necessariamente construídos para apologizar uma lógica governamental centrada na “salvação da pátria” por aquele momento, por meio de medidas austeras e controle inflacionário delineado.

Mas o que de fato se constatou foi uma negação, não “dialética”, mas totalmente autoritária no sentido positivista mais aprofundado, pois embora suas justificativas tentassem explicar o quadro de dissabor econômico e estrutural do país, suas ações denunciavam o oposto: beneficiamento de grupos empresariais, privatizações de estatais sem uma consulta mais acurada da população em nível de propósitos, retornos e investimentos a partir das verbas angariadas com as mesmas. O quadro acima é apenas uma pequena ponta do “iceberg” da condução desse governo, que mais do que nunca se caracterizaria desde o primeiro mandato com uma índole e prática neoliberal.

Aqui não está centrado um juízo pessoal do pesquisador, uma vez que os dados falam por si mesmos. Veja por exemplo a importação de tecnologia, que FHC defendia uma redução abrupta, pois, segundo ele o Brasil deveria ter autonomia em sua produção e distribuição para o mercado interno e até internacional. “Naturalmente”, encampando outros interesses, vê-se que nos primeiros anos de sua gestão há um crescimento vertiginoso para esse setor em detrimento dos investimentos em C&T no mesmo período como é demonstrado no Quadro 26:

QUADRO 3
DESPESAS COM IMPORTAÇÕES DE TECNOLOGIA (1990 – 1996)
 (em US\$ milhões)

Ano	Exploração de Marcas	Exploração de Patentes	Fornecimento de Cooperação Técnico-industrial	Fornecimento da Tecnologia Industrial	Implantação/ Instalação de Projeto	Marcas e Patentes, registro, depósito/manutenção	Serviços técnicos especializados	Total
1990	0	3.000	34.000	32.000	n.c	n.c	140.000	209.000
1991	0	2.000	9.000	26.000	n.c	n.c	136.000	173.000
1992	0	3.000	10.000	31.000	n.c	n.c	114.000	158.000
1993	648	41.260	14.409	40.373	1.253	n.c	129.649	227.000
1994	1.756	79.104	51.334	48.226	6.106	n.c	186.651	373.000
1995	5.022	138.602	26.593	222.199	3.684	3.544	283.937	683.581
1996	13.637	200.306	50.695	379.232	16.831	3.940	325.613	990.254

FONTE: Viana (2003, p. 142)

Com tudo isso uma análise linear e desavisada dos dados expostos logo no início desse capítulo poderia gerar conformidade e admiração quanto ao milagre (o que não aconteceu, segundo FHC, em 44 anos – desde a criação da CAPES – em nível de investimentos, mestres e doutores formados, aconteceu em apenas seis anos de seu governo) gestado no setor de C&T. É importante reiterar que a preocupação do pesquisador centra-se numa análise do contexto em que os dados foram gerados e isto vai além de uma leitura simplista de dados propriamente ditos. Nesse processo de estudo dialético materialista histórico, a ênfase é dada a compreensão do objeto de estudo em sua totalidade, isto é, do objeto em si e das teias relacionais que o condicionam em suas múltiplas determinações. Assim estudar C&T apenas mediante os dados apresentados seria lançar sobre os mesmos uma visão reducionista e linear, característica do posicionamento positivista, o que não se pretende com esse estudo, uma vez que a própria estruturação do objeto solicita olhares transversais .

Ao analisar o plano de governo de 1994 do candidato Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República do Brasil, observa-se que sua crítica sobre as dificuldades da economia brasileira e da desorganização do Estado centrava-se sobre o esgotamento do “modelo de desenvolvimento” histórico baseado na “industrialização protegida”. A sua proposta então, a partir de seu programa, é a inauguração de um novo modelo de desenvolvimento. Modelo este que teria uma tetra dimensão: a) combater a miséria, b) melhorar a distribuição de renda, c) assegurar a inserção “inteligente” da economia brasileira no mundo e d) reorganizar o Estado. E este novo modelo de desenvolvimento teria pelo menos elementos transversais , imprescindíveis à sua implementação, que se destacará ao longo deste trabalho: educação e C&T (a ênfase é dada a uma urgente reforma educacional em todos os seus âmbitos e estímulos à C&T para garantir geração de empregos, impulsionar transformações sociais e econômicas e elevar o Brasil ao processo de autonomização na geração de C&T).

Esse processo de consolidação do novo modelo, mediante estes elementos far-se-ia do estabelecimento de parcerias entre setor privado e governo, entre universidade e indústria, na gestão e financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico (Cardoso,

1994, p. 14-15). Desta forma, observa-se que o setor de C&T e também a educação aparecem inicialmente como as bases do novo modelo econômico do governo, que se eleito, seriam implementadas. Os recursos necessários para este programa deveriam ser provenientes de seis fontes principais, conforme Cardoso (1994, p. 17):

1. as verbas tradicionais do orçamento público, saneado e revigorado por uma reforma fiscal;
2. os fundos provenientes do processo de privatização;
3. a criação de um Fundo de Financiamento do Desenvolvimento, usando partes das reservas internacionais do país;
4. a participação nos mercados financeiros nacional e internacional, mediante a emissão de títulos de longo prazo, a partir da estabilização macroeconômica;
5. a definição de uma nova parceria com o setor privado na realização de investimentos públicos, na forma de concessões ou de associações com empresas nacionais e estrangeiras;
6. fontes usuais de financiamento externo.

Especificamente FHC em seu programa de governo afirmava que os empréstimos para o desenvolvimento da economia brasileira via Banco Mundial variavam entre R\$ 700 milhões e R\$ 1,5 bilhão ao ano, a sua previsão, a partir da estabilização da economia e controle inflacionário, era a de que houvesse uma captação de cerca de R\$ 5 bilhões no período de 1995-1998, de fontes bilaterais mais R\$ 5 bilhões no mesmo período e de fontes multilaterais mais R\$ 5 bilhões, totalizando R\$ 15 bilhões no período, dos quais R\$ 5 bilhões seriam utilizados nos programas sociais e R\$ 10 bilhões programas de infra-estrutura. Os recursos de contrapartida caberia à União, Estados e Municípios estipular. No total a estimativa de recursos a serem aplicados pra o desenvolvimento de seu programa estava orçada em R\$ 200 bilhões, conforme origem destacada no quadro abaixo:

QUADRO 4
ORIGEM DE RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO
DO PLANO DE GOVERNO FHC (1995-1998)

RECURSOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	R\$ BILHÕES
Recursos nacionais (A)	35
● Orçamento	15
● Fundo de Financiamento do Desenvolvimento	20
Recursos nacionais ou internacionais (B)	35
● Recursos privados	20
● Receita de privatização	15
Recursos externos (C)	30
● Mercado internacional de capitais	15
● Financiamento internacional	15
TOTAL (A+B+C)	100
RECURSOS PÚBLICOS OU PRIVADOS	R\$ BILHÕES
Recursos públicos (A)	50
● Orçamento	15
● Fundo de Financiamento do Desenvolvimento	20
● Financiamento internacional	15
Recursos privados (B)	50
● Investimento privado	20
● Mercado internacional de capitais	15
● Receita de privatização	15
TOTAL (A+B)	100

FONTE: Cardoso (1994, p. 28)

Notadamente há uma ênfase na consolidação da economia brasileira que deveria tornar-se altamente competitiva, alavancada pelos modos mais avançados de produção para a garantia da consecução das cinco metas prioritárias do seu programa de governo: 1. emprego, 2. educação, 3. saúde, 4. agricultura e 5. segurança. Na capa de seu programa de governo FHC colocou uma epígrafe, manuscrita, destacando estas cinco metas e formulando as orientações que seu governo deveria seguir:

As cinco metas de minha proposta de governo são os pontos fundamentais para resgatar a imensa dívida social do Brasil. É preciso combinar ações imediatas e reformas profundas. Tudo para garantir condições de vida digna para o mais humilde cidadão deste país. Mas será impossíveis garantir os avanços sociais se não formos capazes de definir e levar adiante um novo projeto para este país. Este projeto combina desenvolvimento com justiça social, crescimento com melhores salários, progresso com carteira assinada, saúde e crianças na escola. Chegou o momento de unir o Brasil, inaugurando um país melhor e mais justo. Colocando as pessoas em primeiro lugar. (Cardoso, 1994 – Sublinhado do pesquisador)

Os pontos destacados asseguravam compromissos que o governo, uma vez eleito, deveria se aplicar, mas como combinar isso com o índice de desemprego no patamar que foi apresentado no quadro 25, como garantir condições de vida digna se o próprio poder aquisitivo do brasileiro se compunha de maneira sofrível, aumentando-se o número de trabalhadores informais e um nível de justiça social sofrível? Sem dúvida ao longo do desenvolvimento do seu governo alguns antagonismos vão se explicitando sem maiores esforços, uma vez que a priorização governamental apontava para outra direção, não muito diferente do que acontecia no governo militar, onde em nome do desenvolvimento o Brasil tornava-se propriedade de interesses oligopólicos nacionais e internacionais. Em se tratando de seu plano de governo em 1994 as cinco metas destacadas anteriormente eram parte de um todo maior, isto é, para o seu cumprimento o programa deveria ser cumprido em sua totalidade, com ênfase para o capítulo II, que seria a base de sustentação, em nível de financiamento dos projetos do governo, conforme já se destacou. Tal programa necessitaria ser encaminhado quanto à sua natureza indissociável, constituído da seguinte forma, conforme o esboço que passa a ser transcrito:

MÃOS À OBRA,
BRASIL
Proposta de Governo
FERNANDO HENRIQUE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	CAPÍTULO IV A reforma do Estado
CAPÍTULO I Um novo modelo de desenvolvimento	4.1. REFORMA ADMINISTRATIVA 4.2. REFORMA FISCAL 4.3. PREVIDÊNCIA SOCIAL 4.4. PRIVATIZAÇÃO
CAPÍTULO II A construção do novo país	CAPÍTULO V A parceria Estado-Sociedade
2.1. FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO	5.1. CULTURA
2.2. INFRA-ESTRUTURA E INTEGRAÇÃO NACIONAL	5.2. MEIO AMBIENTE
2.3. O PROGRAMA SETORIAL DE INVESTIMENTOS	5.3. POBREZA E FOME
2.4. ENERGIA	5.4. CRIANÇA E ADOLESCENTE
2.5. TELECOMUNICAÇÕES	5.5. MULHER
2.6. TRANSPORTES	5.6. NEGROS
2.7. POLÍTICA INDUSTRIAL E COMÉRCIO EXTERIOR	5.7. ÍNDIOS
2.8. CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5.8. PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
2.9. POLÍTICA EXTERNA	5.9. TERCEIRA IDADE
CAPÍTULO III As cinco metas prioritárias e setores complementares	5.10. ESPORTE
3.1. AGRICULTURA	ANEXO I O real e o sonho
3.2. EDUCAÇÃO	ANEXO II Reforma e imaginação
3.3. EMPREGO	
3.4. SAÚDE	
3.5. SEGURANÇA	
3.6. HABITAÇÃO	
3.7. SANEAMENTO	
3.8. TURISMO	

1.3. Propostas de FHC para o setor de C&T

No plano de governo de FHC, ainda enquanto candidato à presidência do Brasil pela primeira vez, foram utilizados termos que garantiam maiores incentivos a política industrial nacional e medidas que estimulassem as exportações, minimizando as importações e procedessem a abertura da economia nacional de forma planejada e conseqüente. Para isso dever-se-ia adotar medidas de “reestruturação e atualização tecnológica e gerencial”, uma vez que no governo Itamar, esse projeto não dera resultado por falta de medidas indutoras da expansão do parque produtivo nas áreas tributária, tarifária, creditícia, no apoio ao desenvolvimento tecnológico e na expansão da infra-estrutura.

Como se observa quando o candidato FHC trata de Política e Comércio Exterior, necessariamente se reporta as contribuições da ciência e mais especificamente da tecnologia como setores estratégicos na condução de seu programa. Neste sentido declara ser necessário não desconsiderar o processo de globalização, a aceleração e a difusão do progresso de novos padrões tecnológicos e gerenciais e isto a partir da reorganização da máquina administrativa e de impactante reforma fiscal e tributária.

Neste sentido, a premissa que afastaria a idéia de postura neoliberal vem em seguida quando FHC diz que no modelo apresentado “não caberá mais ao Estado o papel de produtor exclusivo de bens e serviços, mas de normatizador e neutralizador das distorções, assim como de agente coordenador de investimentos.” (Cardoso, 1994, p. 73) Mas muito pelo contrário este dito trás implícitas exatamente as defesas neoliberais do começo ao fim do primeiro mandato, o que acontecerá também no segundo.

Dito de outra forma, FHC vai materializando sob os aplausos do empresariado nacional e estrangeiro e por meio das “bênçãos dos EUA”, o estado mínimo em seus mandatos que, longe de ser sua invenção, nunca presidente do Brasil algum encampou tão seriamente e seguiu tão fielmente a operacionalização do ideário neoliberal. Neste sentido, como se constata nas diretrizes estabelecidas para os setores destacados, as palavras de ordem de seu discurso apresentam faces dicotômicas entre o que a sociedade “precisa” ouvir (face explícita) e os interesses oligárquicos nacionais e internacionais (face implícita-explícita, conforme a conveniência).

Em primeiro lugar para que se possa ter uma confirmação fiel daquilo que se afirma, é oportuno destacar um dos capítulos (Capítulo II) do plano de governo de FHC, que se caracterizaria como a estrutura para a consecução do seu Plano em sua totalidade. Para efeitos de estudo do objeto elencado, de forma breve situar-se-á os tópicos 2.7 (Política industrial e de comércio exterior) e 2.9 (Política externa) e atenção especial sobre o tópico 2. 8 (Ciência e Tecnologia), por se tratar do assunto específico deste trabalho. Nestes tópicos são explicitadas as diretrizes gerais para cada setor específico, chamando-se a atenção para o fato de que questões de índole científica e tecnológicas estão presentes, com atenção para a tecnológica, como elementos que respaldarão a orientação do crescimento econômico do Brasil e, conseqüentemente, o alcance das prioridades estabelecidas no Programa de governo.

Desta forma, a ênfase sobre o ponto 2.8 requer um olhar sobre outros setores (2.7 e 2.9), que certamente condicionaram a preocupação com o mesmo em nível de planejamento. Daí a preocupação do pesquisador de antecipar os setores de Política industrial e de comércio exterior e de Política externa, uma vez que o setor de C&T seria mobilizado em prol do fortalecimento da capacidade e aprimoramento do setor industrial do Brasil, das relações que o país deveria estabelecer com países da América Latina e especialmente com os EUA e também da promoção das exportações e controle das importações.

1.3.1.A política industrial e de comércio exterior e o setor de C&T

A partir da estabilização econômica, por meio do Plano Real, o programa de governo de FHC em 1994, previa a recuperação dos instrumentos de crédito para o Brasil de médio e longo prazo, de fontes internas e internacionais por meio das quais se procederia ao financiamento de investimentos de capital fixo e capacitação tecnológica, com importante papel para o BNDES, que além de promover o financiamento de médio e longo prazo, ampliaria sua função para banco de comércio exterior.

A palavra de ordem no programa é promoção da “competitividade” industrial brasileira, com atenção especial para setores de alta tecnologia; os segmentos produtores de bens de consumo de massa e as micro, pe-

quenas e médias empresas, fortalecidos por meio de políticas setoriais e dimensionamento tripartite: governo, trabalhadores e empresários. A base de tudo isto seriam investimentos em C&T da parte do governo, como do setor privado. Dentre as diretrizes estabelecidas para se alcançar este patamar de economia competitiva, FHC (em relação ao tópico 2.7. Política industrial e de comércio exterior) propunha (1994, p. 75-76):

1. Fortalecer o papel do Estado como coordenador do processo de desenvolvimento industrial, com o reforço da função do planejamento.
2. Promover amplo programa de investimentos públicos e privados, com a participação de agentes nacionais e estrangeiros, na melhoria e expansão da infra-estrutura de transportes, comunicações e energia.
3. Estimular o desenvolvimento da capacidade tecnológica para inovação, com o aumento das atividades de pesquisa tecnológica e o desenvolvimento experimental em empresas e institutos de pesquisa.
4. Fortalecer o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – (PBQP).
5. Fomentar a criação do mercado de crédito de longo prazo, com participação significativa do setor financeiro privado, cabendo ao BNDES o papel de agente complementar e de suporte do sistema.
6. Fortalecer o papel do BNDES, garantindo o financiamento de médio e longo prazo para investimentos produtivos, capacitação tecnológica e exportação.
7. Desenvolver programa de estímulo às micro, pequenas e médias empresas que compreenda a simplificação das exigências burocráticas; a criação de linhas de crédito preferencial; acesso à tecnologia e participação na política de compras governamentais.
8. Efetuar esforço continuado na qualificação, certificação e divulgação de produtos, com vistas a consolidar a imagem “made in Brazil” no exterior.

9. Implantar políticas de compras governamentais.
10. Apresentar ao Congresso Nacional emenda constitucional concedendo imunidade tributária às exportações de produtos básicos e semi-elaborados, com compensação aos estados por eventuais perdas de receitas.
11. Reorientar o Programa de Financiamento às exportações – Proex, ampliando os recursos e a lista de produtos abrangidos.
12. Implantar o seguro de crédito à exportação.
13. Articular o setor privado, entidades de classe e outras entidades, com vistas à implantação de sistema de difusão de oportunidades comerciais, programas de formação e treinamento na área de comércio exterior.
14. Incentivar as exportações das pequenas e médias empresas, com a simplificação de procedimentos e estímulo a formação de consórcios e parcerias.
15. Consolidar a tarifa externa comum e a harmonização das políticas industrial, comercial e outras políticas setoriais, no âmbito do MERCOSUL.
16. Propor ao Congresso Nacional emenda à Constituição, criando os direitos “anti-dumping” e compensatórios, possibilitando sua imposição sobre importações, já desembaraçadas, nos termos da legislação doméstica e do GATT.
17. Aparelhar e capacitar os órgãos competentes para aprimorar os procedimentos de investigação de práticas desleais de comércio internacional – “dumping” e subsídios.
18. Implantar código de salvaguardas, nos termos do GATT, para proteger os produtos seriamente afetados pela concorrência externa, que demonstrem potencial de atingir competitividade em prazo relativamente curto.

Como já foi acentuado anteriormente o foco economicista de índole privatista se interpenetra em cada proposição efetuada do plano de governo de Fernando Henrique Cardoso. Assim, observa-se que a afirmação construída não acontece no âmbito da crítica sem sustentação. Muito pelo contrário, por meio da defesa de um discurso neoliberal (explícito-implí-

cito) antes do governo e a sua materialização na condução do governo propriamente dito.

Desta forma, reitera-se que a orientação que o governo FHC seguirá em seus mandatos tenderá a ser trabalhada de forma indutiva, fragmentada e fragmentária. Dito de outra forma, o ponto de partida de suas ações governamentais orienta-se por meio do plano econômico para os demais setores governamentais e não da análise propriamente dita e inversões para consecução de suas próprias cinco prioridades. Tomando-se por base dois pontos do setor da política industrial e de comércio exterior (pontos 10 e 16) percebe-se que houve uma “coerência” quanto às proposições de FHC na constituição de emendas, como nunca houve antes. Isto faz lembrar em muito os aparelhos repressivos do Estado utilizados largamente em defesa do ideário do governo militar de 1964 a 1969, quando o país passa a ser governado por meio de Atos Institucionais, Atos Complementares, Leis de Segurança Nacional e Decretos Secretos justificados e legitimados em nome de uma democracia segura e de desenvolvimento social e econômico do país. A este respeito Noronha (1994, p.225) denuncia que:

O esforço de orientação da economia em prol da obtenção de altas taxas de lucro e a contenção dos movimentos e anseios dos trabalhadores tiveram como apoio ideológico a Doutrina de Segurança Nacional. Esta procurava difundir os objetivos das elites como se fossem os da nação. Para atingir os objetivos da acumulação se empreendeu em seguida a reforma e a modernização institucional.

Ratifica-se no governo militar a expansão do imperialismo capitalista, em cujo discurso explícito se assentavam a assunção dos objetivos, mas implicitamente estava a defesa dos interesses da classe burguesa, que não havia se consolidado totalmente no período do nacional-desenvolvimentismo (1946-1964), mas que vê no golpe de 1964 a oportunidade adequada para a consolidação de seu ideário. Neste sentido, tanto militares, quanto a elite estão de braços dados, “inaugurando” uma “reestruturação democrática ideal” para a realidade brasileira.

Por sua vez FHC usa em larga escala medidas provisórias e processo legislativo. Para se ter uma idéia das relações entre executivo-legislativo neste período, de 1995 a 2001, 82 dos projetos aprovados no Congresso partiram do governo FHC, sendo que até maio de 2001 o Executivo editou 236 medidas provisórias originárias e reeditou o número de 2.346 outras. Deste total 167 foram convertidas em lei, votadas pelo Congresso. Abaixo, para efeitos de conhecimento e comprovação da afirmação anterior, compare-se a quantidade de medidas provisórias do governo José Sarney, Fernando Collor de Melo, Itamar Franco num bloco sinóptico e a quantidade de medidas provisórias editadas ou reeditadas por FHC:

QUADRO 5
MEDIDAS PROVISÓRIAS EDITADAS OU
REEDITADAS ATÉ 16 DE MAIO DE 2001

Governo	Sarney	Collor	Itamar	FHC 1º mandato	FHC 2º mandato	Total Geral
Originárias	125	87	141	160	76	589
Reeditadas	22	73	364	1.750 ¹	2.209 ²	5.254
Convertidas	109	66	121	82	85	463
Revogadas	2	5	5	11	5	28
Sem eficácia	5	5	15	3	1	29
Rejeitadas	9	11	-	1	1	22
Tramitando	-	-	-	38	7	45
Editadas	147	160	505	2.609	2.419	5.840
¹ 699 de governos anteriores						
² 137 de governos anteriores						

FONTE: Chagas (2002, p.344)

Chagas (2002, p.344) destaca que sem considerar as reedições o governo FHC, no período compreendido entre 1995 e 1997, alcançou a alta média de 3,5 medidas provisórias por mês, onde a maioria tratava da área econômica (55,46%) e o restante (36,7%) da área administrativa. Vê-se que em muito a perspectiva antidemocrática, com o discurso de democrática em nome “bem-estar social”, estava na condução do governo na deflagração de um projeto neoliberal.

1.3.2. A política externa e o setor de C&T

No seu plano de governo FHC explicitava que seria necessário diluir fronteiras de mercado no processo de internacionalização das economias e, conseqüentemente entre a política externa e a interna como forma de realizar os objetivos político-econômicos estratégicos do Brasil.

Neste sentido, a sua defesa estava na constituição de uma agenda diplomática internacional que garantisse ao Brasil a participação na oferta de seus produtos, na difusão do nome do Brasil como país economicamente viável para investimentos e aperfeiçoamentos no seu parque industrial e em ciência e tecnologia. Como se afirmou anteriormente o setor de C&T, está sempre presente na elaboração de setores estratégicos do plano de governo de FHC, como se pode perceber por meio da enumeração das diretrizes gerais para o setor de Política Industrial e de Comércio Exterior, apontados anteriormente. Isto volta a ocorrer também no planejamento para o setor de política externa, para o qual as diretrizes foram as seguintes (Cardoso, 1994, p.87-89):

1. Participar ativamente na resolução dos problemas internacionais, aprofundando o sentido universalista de nossa presença no mundo e, ao mesmo tempo, buscando sempre soluções diplomáticas compatíveis com a defesa de nossos interesses nacionais.
2. Ter presença atuante nos foros internacionais em que se discute a redefinição das regras de convívio entre os estados, defendendo o multilateralismo e uma maior abertura à participação no processo decisório internacional, particularmente no que se refere à ampliação do Conselho de Segurança da ONU.
3. Contribuir para a pacificação de conflitos, inclusive participando das operações de paz das Nações Unidas.
4. Desenvolver ações voltadas para proteção racional do meio ambiente, para o repúdio ao terrorismo e ao racismo, para o combate à pobreza, para a repressão do narcotráfico e para a condenação da violência em todas as suas formas e manifestações.

5. No plano bilateral: fortalecer as nossas relações com os nossos vizinhos da América Latina e particularmente da América do Sul; construir nas relações com os Estados Unidos uma agenda que não se limite ao contencioso, mas que abra caminho para uma política renovada de cooperação entre novas áreas; aprofundar novas relações com os países do Pacífico, notadamente com o Japão, ampliar o intercâmbio com a Rússia, a China e a Índia, que são também países de dimensões continentais; reforçar nossas relações com a África e o Oriente Médio.
6. Consolidar o processo de integração regional (MERCOSUL), impulsionar os estudos e as negociações para a criação da Área de Livre Comércio Sul-americana – ALCSA e se esforçar para que a integração regional ultrapasse a dimensão econômica, de modo a fortalecer as instituições democráticas e os mecanismos de cooperação nas áreas de proteção ambiental e do intercâmbio educacional e cultural.
7. Ampliar a participação do Brasil nas negociações sobre o sistema econômico multilateral no âmbito da nova Organização Mundial do Comércio – OMC, incentivar a cooperação com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE e fortalecer nossa presença nas agências financeiras multilaterais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.
8. Priorizar os estudos sobre as perspectivas para o Brasil e para a região com a eventual criação de zonas de livre comércio com as outras macro-regiões econômicas do globo, especialmente com a União Européia, os países do acordo de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA e a África Austral.
9. Ampliar as trocas com nossos parceiros tradicionais e conquistar novos mercados, orientando o Ministério das Relações Exteriores para incrementar e aperfeiçoar sua atuação em apoio a empresas brasileiras no exterior, visando a exploração de oportunidades comerciais nos países desenvolvidos.
10. Lutar contra as antigas e novas formas de protecionismo econômico e de monopólios do saber, que dificultem a participação

dos países em desenvolvimento nos fluxos internacionais de comércio, de capitais e de ciência e tecnologia.

11. Promover ampla difusão no exterior das manifestações culturais brasileiras nos campos da arte, da ciência e da cultura.

A ênfase da política externa é o fortalecimento da presença brasileira em todos os âmbitos; em termos de produção cultural, comercial, relações exteriores, ciência e tecnologia, etc.; no plano bilateral e multilateral: América Latina, EUA (com destaca ênfase não contenciosa para este “empreendedor” – relações bilaterais que se consolidariam de fato pela “aproximação” das perspectivas entre o governo de Fernando Henrique Cardoso e o governo de Bill Clinton) e OMC. Em artigo publicado pela Revista Época, Clinton afirmava que FHC além de ser seu amigo pessoal, era um homem que tinha visão quanto ao desdobramento e governança de seu país. E de fato, Clinton estava certo, mas a perspectiva de FHC a qual Clinton aplaudia, seguia os referenciais do imperialismo e porque não dizer dos interesses norte-americanos.

1.3.3 Propostas de FHC para o setor de C&T

A elaboração do plano de governo de FHC quanto ao setor de ciência e tecnologia declara que o seu ponto de partida é a crítica da incapacidade histórica do sistema brasileiro de C&T: por um lado, frente à formulação de projetos desqualificados a responder as demandas do setor produtivo e, por outro lado, investimentos insuficientes para o setor motivados pela crise fiscal, resultando na pulverização dos recursos em projetos desarticulados que poucos resultados trouxeram ao Brasil. Sem dúvida a leitura do quadro para o setor não estava equivocada, uma vez que era sabida, divulgada e denunciada através dos meios de comunicação. A sua proposta então, envolvia uma expressão muito determinista quanto ao encaminhamento para a resolução do problema. Segundo FHC, “em curto prazo” seria promovido, por ocasião de seu governo a reorganização e modernização tecnológica do setor industrial, por meio de políticas permanentes para o setor produtivo e este, por sua vez deveria se manter em processo constante de inovação incorporação de novas tecno-

logias, acompanhando proximalmente o progresso técnico da economia mundial. Segundo Cardoso (1994, p. 80-81) para que isto acontecesse:

(...), é fundamental que o Estado amplie seus investimentos em C&T, usando os recursos orçamentários e outras fontes como a privatização, o financiamento internacional e novas parcerias com o setor privado. A política científica e de formação de recursos humanos deve ter por objetivo dar estabilidade e condições de bom funcionamento aos melhores centros de pesquisas, grande parte dos quais localizados em universidades, dar condições para o surgimento de novos grupos de pesquisa nas diversas regiões do país; estabelecer vínculos mais estreitos entre a comunidade científica brasileira e a comunidade científica internacional; tornar a pesquisa acadêmica e institucional mais diretamente relevante para as necessidades econômicas, sociais e ambientais do país; e assegurar a qualidade do trabalho científico realizado em todos os níveis e instituições. A política de formação de recursos humanos de alto nível requer uma revisão aprofundada do atual sistema de pós-graduação, tornando os mestrados mais eficientes e voltados para o mercado de trabalho, reduzindo a duração e melhorando a qualidade dos doutorados e estimulando a duração de cursos intensivos e de especialização de diferentes formatos. Os programas de bolsa de estudo devem ser revistos, para garantir que os bolsistas concluam seus estudos em instituições de qualidade, no Brasil e no exterior, e tenham seus conhecimentos aproveitados pelas instituições do país. (Sublinhado do pesquisador)

A partir da análise do sublinhado, observa-se que os investimentos para o setor de Ciência & Tecnologia, assim como para os outros setores da organização administrativa do governo que se pretendia instalar, deveriam proceder de pelo menos 3 fontes bem definidas: privatização (a primeira), financiamento internacional (a segunda) e parcerias com o setor privado (a terceira).

A ênfase do plano de governo de FHC de índole economicista e neoliberal, de uma forma ou de outra, até por conta dos resultados do

Plano Real no governo Itamar Franco, situava-se no desenvolvimento do Brasil por meio de sua acentuada abertura ao mercado internacional, o que significaria a posteriori no governo empossado, o arrendamento do país a grupos oligárquicos e ao capital estrangeiro.

Fernando Henrique Cardoso, ainda enquanto sociólogo, afirmava que a capacitação da pesquisa científica e tecnológica do Brasil ao seria resolvida por meio da criação de “centros de excelência” nas universidades, mas quando da elaboração dos pressupostos para o seu plano de governo, seu discurso é outro, pois como se observa na passagem acima, há uma enfática defesa da capacitação de recursos humanos nos “melhores centros de pesquisas, grande parte dos quais localizados em universidades”.

É no mínimo interessante a volubilidade nas afirmações de FHC. É como se estivesse num jogo infantil chamado estátua, mas no seu caso, é como se dissesse “isto vale” “é urgente que aconteça” e momentos depois, por conta de “contingências diversas” dissesse “não vale mais”, “é muito simplista”, “pouco resultado trará”.

Aqui não se trata de um governo ser ou não flexível frente às proposições construídas num processo histórico, mas antes de qualquer outro entendimento, trata-se de direcionar interesses e ações fragmentárias em nome do desenvolvimento econômico negando todo um contexto em duas dimensões, a pessoal e nacional. A pessoal, pelo rompimento de sua trajetória e defesas históricas em prol da democracia e atendimento aos interesses populacionais. E nacionais, porque o grau de importância dado à realidade que se afrontava estava vinculado aos interesses do capital privado e da estruturação para que o mesmo se consolidasse sem maiores contingências. E foi exatamente o que ocorreu em suas duas gestões.

A partir dos pressupostos explicitados na passagem acima, FHC formula catorze medidas operacionais que deveriam ser materializados em recursos, investimentos, inversão e políticas para o setor de C&T. Tais medidas que se configuravam como seu plano de ação para o setor, preliminarmente para o período de 1995-1998, delineavam:

1. Implementar uma estratégia nacional de desenvolvimento científico e tecnológico condizente com a maior abertura e competitividade da economia articulada às estratégias de

- desenvolvimento do setor industrial, de serviços e de infraestrutura, e harmonizada à política educacional do país.
2. Estabelecer uma política de parcerias entre o governo federal, os governos estaduais (especialmente as fundações estaduais de amparo à pesquisa) e o setor produtivo público e privado, no apoio a programas específicos de pesquisa básica e tecnológica e projetos de formação de recursos humanos.
 3. Ampliar as fontes de financiamento para aplicação na geração e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, em especial com recursos provenientes privatização, da capacitação de recursos externos e do setor privado.
 4. Criar mecanismos que estimulem e facilitem o desenvolvimento de projetos de cooperação científica e tecnológica entre universidades, institutos governamentais e o setor privado.
 5. Fortalecer a presença e participação brasileira nos sistemas científico internacional, mediante programas de intercâmbio e cooperação internacional e aprimoramento dos programas de bolsa de estudo no exterior e de professores visitantes.
 6. Investir na integração brasileira às redes eletrônicas internacionais de comunicação de intercâmbio científico, facilitando o acesso a banco de dados internacionais e o acompanhamento de projetos cooperativos em tempo real.
 7. Institucionalizar uma rede nacional de laboratórios e centros de pesquisa de alto nível, credenciados pelo CNPq por procedimentos competitivos, e que tenham recursos assegurados para fixar, consolidar e reproduzir a competência científica do país.
 8. Manter programas especiais de apoio à melhoria da capacidade de inovação tecnológica da indústria, estimulando consórcios para o desenvolvimento de tecnologias pré-competitivas e criando mecanismos de apoio de projetos de capacitação industrial.
 9. Apoiar a tecnologia competitiva através de incentivos, financiamentos, participação no capital de risco, fundos de risco compartilhado, fundos de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos especializados, e financiamentos especiais

- para a construção e implantação de centros empresariais de pesquisa e desenvolvimento.
10. Fortalecer as instituições voltadas para a difusão, incorporação e certificação de padrões de qualidade no sistema produtivo.
 11. Dar condições para a proteção da propriedade intelectual e para difusão e comercialização de novas tecnologias, através de legislação adequada. (sic)
 12. Melhorar a eficiência e qualidade de desempenho das agências governamentais de ciência e tecnologia, pelo uso intensivo de informatização, simplificação dos procedimentos burocráticos e recurso sistemático aos mecanismos de avaliação por cientistas da área.
 13. Dotar os institutos e centros de pesquisa governamentais, universitários ou não, de estruturas organizacionais compatíveis com suas funções, baseadas no estímulo à competência, na flexibilidade de contratação e promoção por critério de mérito, em procedimentos de avaliação por pares, e autonomia gerencial e administrativa baseada em produtos e resultados identificados.
 14. Estimular o envolvimento dos centros de pesquisa em programas de desenvolvimento de materiais pedagógicos e formação de professores para o ensino técnico e médio na preparação de livros didáticos, programas computadorizados de treinamento, materiais para o ensino técnico e experimental, e envolvimento direto com o ensino de graduação.

O primeiro dos tópicos listados para o desenvolvimento do setor destaca uma estratégia nacional para o desenvolvimento da C&T no Brasil em harmonia, inclusive, com a política educacional brasileira e os demais tópicos propõem medidas para o fortalecimento, financiamento e políticas para o setor de C&T. Tomando-se por base o quadro delineado para a compreensão da problemática suscitada e destacando-se essas últimas proposições de FHC, situaremos como foram encaminhadas tais perspectivas e como se pautou a sua materialização entre o dito e o feito no setor de C&T no governo FHC em suas gestões enquanto presidente

do Brasil (1995-2002). Em nível de organização deste livro trataremos aqui apenas das políticas de C&T na primeira gestão de seu governo. Da segunda gestão trataremos no próximo livro, tendo em vista a necessidade de reportação a dados específicos em sua totalidade

Parte II

Ciência e Tecnologia no Governo FHC (1995-1998)

“[...] não há legitimidade em qualquer domínio da construção da teoria científica e nem mesmo valor lógico quando a intervenção direta do homem como sujeito do processo é negada, quando este não é colocado como centro da problemática a ser resolvida em todos os âmbitos, uma vez que quaisquer eventos que sejam constituídos o seu objeto de estudo dizem respeito às influências históricas que estão intrinsecamente ligadas à sua existência e a produção material da mesma, portanto, o despertar do interesse e a busca de soluções sobre a forma de entender o mundo e de interagir no e com o mesmo revelam-lhe o mundo, ao mesmo tempo em que revela a si mesmo como homem.” (LIMA, 2009, p.32)

2.1. C&T na primeira gestão do governo FHC (1995-1998): entre o dito e o feito

Um discurso pode assumir muitos sentidos e apresentar multifacetadas implícitas e explícitas, conforme a conveniência, com o objetivo de se defender uma mensagem, um conjunto de convicções ou não para determinado grupo ou população. Numa diretriz ampla o discurso tem um sentido comum, pois diz respeito aos interesses coletivos, consequentemente, centrado numa ideologia em sentido amplo. Nesse sentido, incluem-se as manifestações culturais dos grupos sociais, seu ideário difuso em nível de produção intelectual, política e econômica, bem como as perspectivas em nível de construção de metas e materialização de projetos convergentes ao bem comum.

Diz-se isto do que deveria acontecer numa sociedade democrática propriamente dita. Entretanto, o discurso, quando encampado por uma ideologia em sentido restrito, assume, necessariamente, o ideário de um segmento social sobre outro, determinando de forma implícita e/ou explícita os seus valores, convicções e interesses particulares.

Convém acentuar, entretanto, que os valores particularizados são legitimados por uma violência simbólica não perceptível ou se perceptível, não apontada como tal, uma vez que a sua proposição difunde-se como um processo de conceito universal, alcançando o homem como se este devesse defender o valor apontado (sendo isto o que geralmente ocorre) dentro de um rol de normalidade que se faz natural pelo silenciamento e não posicionamento dos grupos que sofrem com tais imposições.

Para este tipo específico de ideologia, o ponto nevrálgico é a conquista e manutenção do poder, uma vez que, nesta perspectiva, o poder não se compartilha universalmente, pelo contrário, deve ser gerenciado por aqueles que realmente “entendem” de determinado processo, daqueles que “são” capazes de gerenciá-lo de forma eficiente e eficaz e que “assumem” em si a missão explícita de favorecer “o crescimento geral da nação”, pois afinal de contas “possuem” o domínio das técnicas acertadas para fazer o mecanismo da máquina administrativa funcionar.

O conjunto ideológico desta perspectiva não é antagônico ao que ocorreu por ocasião da divisão social do trabalho, inaugurando segmentos

sociais diferenciados em conformidade com o trabalho produzido – classe dos executores e classe dos administradores.

Tal divisão objetivava inicialmente o bem comum produzindo-se mais e com melhor aproveitamento dos recursos disponíveis até que, os vários sentidos do poder num discurso meritocrático fizessem que fosse outorgada a supremacia do trabalho intelectual sobre o trabalho braçal, dos valores de um segmento social que trazia em si a resposta mágica dos deuses para todos os problemas do povo, sobre os valores assistemáticos que não se prestavam a um planejamento adequado em nível de manifestações produtivas propriamente ditas e até o seu deus submetia-se ao deus das classes dos administradores, perpetuando um imaginário social que não tinha nada de natural, mas que se fazia natural por uma violência oculta e lacunar.

Para consolidação desta visão foi necessário se estabelecer tipologias diferenciadas de educação para cada um dos segmentos surgidos: uma para os dominadores e outra para os dominados – estas tipologias refletirão ao longo do tempo a sistematização de uma educação específica para as classes burguesas e nenhuma ou uma educação conivente com os seus interesses de controle social para as classes menos favorecidas.

Este tipo de relação é reelaborado e defendido sob diferenciadas formas desde a divisão social do trabalho nas sociedades primitivas até a contemporaneidade e os discursos com o passar do tempo se caracterizaram muito mais numa perspectiva ideológica em sentido restrito do que numa ideologia em sentido amplo, velando-se os interesses de oligarquias por meio dos muitos sentidos que os seus argumentos discursivos apresentam.

A estruturação econômica nos países capitalistas assume essa lógica de polarização entre classes sociais, predominando um discurso neoliberal que, embora não seja tão explícito quanto aos seus objetivos reais (por conveniência), é coerente em relação à defesa de seu ideário, obviamente de forma velada.

Nesta diretriz, a geração das desigualdades, fome, desemprego, preconceitos tornam-se temas amplamente discutidos na sociedade mundial como fatores agravantes do desenvolvimento econômico, subtraindo possibilidades de uma sociedade que “deve” primar pela redistribuição de

renda e a promoção da justiça social. Este quadro de direção democrática e luta popular, oculta por meio de suas premissas pontos de inflexão de seu ideário que são defendidos com muitos estratagemas, fazendo valer muito mais o populismo do que o popular, muito mais o capital imperialista do que o social e seu desdobramento.

Este se tornou, a partir da década de 1990, o ponto nodal do discurso neoliberal, cuja viabilização se daria por conta da ruptura das economias nacionalistas, ratificando a internacionalização da mesma – mas entre os muitos sentidos dos discursos, cuja proposta neoliberal do capitalismo moderno explicita-se no combate a todas as formas de degradação da pessoa humana e sua respectiva valorização como cidadã do mundo, delineia-se o desvelamento de uma análise mais proximal deste quadro em, pelo menos, sete traços que denunciam esta lógica capitalista, cujos objetivos implícitos são perceptíveis na advocação de interesses particularizados, conforme enumera Chauí (2000, p.29-30):

1. O desemprego tornou-se estrutural, deixando de ser acidental ou expressão de uma crise conjuntural, porque a forma contemporânea do capitalismo, ao contrário de sua forma clássica, não opera por inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão. Essa exclusão se faz não só pela introdução da automação, mas também pela velocidade da rotatividade da mão-de-obra que se torna desqualificada e obsoleta muito rapidamente em decorrência da velocidade das mudanças tecnológicas. Como consequência, tem-se a perda de poder dos sindicatos e o aumento da pobreza absoluta (na América Latina há 196 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza (...))
2. O monetarismo e o capital financeiro tornaram-se o coração e o centro nervoso do capitalismo, ampliando a desvalorização do trabalho produtivo e privilegiando a mais abstrata e fetichizada das mercadorias, o dinheiro (em um dia a bolsa de valores de N.Y. ou de Londres é capaz de negociar montantes de dinheiro equivalente ao PIB anual do Brasil ou da Argentina). O poderio do capital financeiro determina, diaria-

mente, as políticas dos vários Estados porque estes, sobretudo, os do Terceiro Mundo, dependem da vontade dos bancos e financeiras de transferir periodicamente os recursos para um determinado país, abandonando outro.

3. A terceirização, isto é, o aumento do setor de serviços, tornou-se estrutural, deixando de ser um suplemento à produção visto que, agora, a produção não mais se realiza sob a antiga forma fordista das grandes plantas industriais que concentravam todas as etapas da produção – da aquisição da matéria-prima à distribuição dos produtos-, mas opera por fragmentação e dispersão de todas as esferas e etapas da produção, com a compra de serviços no mundo inteiro. Como consequência, desaparecem todos os referenciais materiais que permitiam à classe operária perceber-se como classe e lutar como classe social, enfraquecendo-se ao se dispersar nas pequenas unidades terceirizadas espalhadas pelo planeta.
4. A ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converter em agentes de acumulação. Conseqüentemente, mudou o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade uma vez que se tornaram agentes econômicos diretos, e a força e o poder capitalista encontram-se no monopólio dos conhecimentos e da informação.
5. Diferentemente da forma Keynesiana e social-democrata que, desde o pós-Segunda Guerra, havia definido o Estado como agente econômico para regulação do mercado e agente fiscal que emprega a tributação para promover investimentos nas políticas de direitos sociais, agora o capitalismo dispensa e rejeita a presença estatal não só no mercado, mas também nas políticas sociais, de sorte que a privatização tanto de empresas quanto de serviços públicos também se tornou estrutural. Disto resulta que a idéia de direitos sociais como pressuposto e garantia dos direitos civis ou políticos tende a desaparecer, porque o que era um direito converte-se num serviço privado regulado pelo mercado e,

portanto, torna-se uma mercadoria a que têm acesso apenas os que têm poder aquisitivo para adquiri-la.

6. A transnacionalização da economia torna desnecessária a figura do Estado Nacional como enclave territorial para o capital e dispensa as formas clássicas do imperialismo (colonialismo político-militar, geopolítica de áreas de influência, etc.), de sorte que o centro econômico, jurídico e político planetário encontra-se no FMI e no Banco Mundial. Estes operam com um único dogma, proposto pelo grupo fundador do neoliberalismo, qual seja: estabilidade econômica e corte do déficit público.
7. A distinção entre países de Primeiro e Terceiro Mundo tende a ser substituída pela existência, em cada país, de uma divisão entre bolsões de riqueza absoluta e de miséria absoluta, isto é, a polarização de classes aparece como polarização entre a opulência absoluta e a indigência absoluta. Há em cada país um “primeiro mundo” (...) A diferença está apenas no número de pessoas que, em cada um deles, pertence a um dos “mundos”, em função dos dispositivos sociais e legais de distribuição de renda, garantia de direitos sociais consolidados e da política tributária (o grosso do capital não vem do capital, mas do trabalho e do consumo).

Todo este conjunto ideológico tem sido operacionalizado como refrão para a solução das questões econômicas e sociais dos países capitalistas desenvolvidos ou em desenvolvimento, tendo como parâmetro, o controle ou extinção de mecanismos ou instituições que reivindicam melhorias salariais para os operários e seus interesses mediados por sindicatos em nome da retomada do crescimento econômico e controle inflacionário, sendo este conjunto efetivamente um norteamento do neoliberalismo desde a sua gênese.

Anderson (2000, p.12) lembra que; quase que unanimemente as primeiras diretrizes neoliberais operacionalizadas por Margaret Thatcher, a saber: elevação das taxas de juros, diminuição significativa sobre os rendimentos altos, abolição de controle sobre os fluxos financeiros, geração de níveis massivos de desemprego, sufocação de greves, imposição

de legislação anti-sindicais, corte de gastos sociais e por último, mas não menos importante, um acentuado programa de privatização; têm sido em maior ou menor intensidade o programa de governos neoliberais.

Neste sentido, embora os discursos explicitem até a preocupação com o bem estar social, o que vai predominar em tais economias é exatamente a ortodoxia neoliberal por meio do controle social, expansão do capital, mercado abundante de mão-de-obra (neutralizando as ações sindicais) e medidas que atenuem ou deixem de enfatizar o pleno emprego e concessões fiscais àqueles que detêm o capital financeiro.

É a partir desta perspectiva que se debruça o governo FHC, como se constata nos tópicos que serão apresentados a seguir. Entre as palavras e as ações pode ou não haver lacunas, pode ou não haver intenções implícitas e/ou explícitas; o fato é que em determinado momento o que está oculto pode desvelar-se e desvelando-se são iniciadas leituras distintas aproximando a comparação do discurso à sua operacionalização, o dito do desdito ou do interdito. Esta percepção deu-se acentuadamente no desenvolvimento da primeira gestão do governo FHC e esparramou-se ao longo da segunda de forma generalizada, onde os índices de avaliação positiva do presidente alcançaram em nível mínimo e máximo os piores scores de seu governo, em que o pior momento foi em setembro de 1999, com 8% de avaliação positiva e atingindo 29,7% de avaliação positiva em março/abril de 2001.

Tal índice iria corroborar para a perda de seu candidato (José Serra) e a vitória petista (Lula presidente) (Secco, 2001, p.52). No plano ideológico o discurso de incentivos e investimentos ao setor de C&T, compreendeu muito de intenções e de planejamentos que seriam até tangíveis em sua totalidade, mas que ficaram comprometidos com outras prioridades ou inversão para setores diversos, não havendo concretamente uma política operacionalizável para incentivos a diminuição de importação de tecnologias, à produção de tecnologias nacionais propriamente ditas pela minimização dos recursos federais e dentro desta dimensão pesquisadores e demais servidores do setor de C&T, não foram valorizados, em nível de reajustes das perdas salariais e aumento real de salário.

Ora, parece no mínimo contrastante estes relatos, tendo em vista os dados que foram apresentados no capítulo anterior em que mostravam

um crescimento **como nunca houve antes** a partir do livro verde quanto ao setor de C&T, especificados também nos indicadores do CNPq e CAPES. Mas, como já se apontou, isto é apenas a ponta do iceberg, como se analisará nos tópicos seguintes, de forma pontuada e didática para melhor compreensão do quadro de C&T no Brasil na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

2.1.1. O quadro da PCT brasileira pós-Itamar

Instabilidade e imprevisibilidade promovidas pelos governos anteriores a Itamar Franco e no seu governo propriamente dito, caracterizam o quadro da política governamental brasileira, mais especificamente para o setor de C&T na década de 1990. Para este setor, além da redução de recursos justificada pelo controle inflacionário, a própria assunção da pesquisa científica como mola propulsora para o desenvolvimento do país estava comprometida. Neste sentido, Schwartzman (1995b, p.27-28), observa que o panorama nesta década, para o setor de C&T não era muito animador, uma vez que:

- As agências federais de financiamento à ciência e tecnologia (FINEP e CNPq) estão muito limitadas em sua capacidade de prover recursos para projetos de pesquisa. A maior parte dos recursos do CNPq é usada para custear bolsas, enquanto a FINEP se especializa na concessão de empréstimos para projetos tecnológicos do setor privado. De outro lado, A Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo (FAPESP) foi preservada enquanto instituição eficiente e prestigiada, e teve inclusive aumentado o seu percentual da arrecadação fiscal do estado de 0,5% para 1%, na suposição de que deveria desenvolver novas modalidades de apoio à pesquisas aplicadas e desenvolvimento industrial. (...)
- A administração de algumas agências federais de C&T sofre os efeitos do gigantismo burocrático, dos baixos salários e da militância política de seus funcionários. Em outras, ao contrário, faltam quadros e condições de contratar pessoal adequado para

preencher suas funções. O CNPq tem sido particularmente afetado pela tensão freqüente entre os órgãos de representação da comunidade acadêmica. A maioria dos institutos de pesquisa federais, inclusive os institutos do CNPq, está paralisada pela falta de recursos e de incentivos.

- Não há consenso sobre o que fazer com os grandes projetos do passado, em grande parte paralisados por falta de recursos. A doutrina militar de desenvolvimento tecnológico dos anos 70 parece intacta nas Forças Armadas, apesar das limitações vigentes. Nenhum de seus projetos de grande porte foi interrompido – o submarino atômico, o programa espacial (inclusive o desenvolvimento de veículos lançadores de satélites) e a construção de aviões militares. (...)
- Uma legislação excessivamente benevolente permite a aposentadoria precoce com salário integral dos docentes universitários e funcionários públicos. Cerca de 30% das despesas correntes das universidades federais são gastos para pagar benefícios de aposentadorias, e esse percentual está subindo. Como não há informação disponível, é difícil saber como isso está afetando a massa crítica de pesquisadores ativos; se os aposentados continuam suas pesquisas em outras ou nas mesmas instituições, e como eles estão sendo substituídos. A impressão geral é que as vantagens da aposentadoria precoce, combinadas com a falta de perspectivas e de condições de trabalho da maioria das instituições de ensino e pesquisa, estão exaurindo a comunidade científica brasileira, tanto em tamanho quanto em qualidade. (...)

Somado a estes pontos estava o quadro de descontinuidade do financiamento para o setor de C&T como um todo e mesmo tendo como refrão os compromissos dos empréstimos internacionais e investimentos para a ciência e tecnologia via PADCT. Com tudo isto, houve defasagem em muitas áreas do conhecimento como falta de equipamentos, indisponibilidade de recursos, morosidade na análise de projetos de longa duração, enfim este foi o quadro que Itamar deixou de herança para a Era FHC, lembrando que por esta época FHC era co-participante do governo Itamar e José Israel

Vargas era ministro da C&T deste governo, desta forma, o quadro de “sua” herança era de seu pleno conhecimento e todas as suas ações governamentais deveriam contribuir, em primeira instância, para o encaminhamento, adequação, estrutura e funcionamento do setor de forma a corrigir ou minimizar as incongruências nas quais o mesmo estava inserido.

Com a vitória nas urnas de Fernando Henrique Cardoso em 1994 e o seu empossamento em 1995 como presidente do Brasil, veio a tona uma veemente cobrança acerca de um dos seus ditos sobre uma necessária e urgente reforma do Estado. Assim, o ponto nevrálgico que conduziria a arrumação da casa nos seus distintos setores estava na perspectiva desta reforma de cunho político, fiscal e institucional. Tal reforma apontada cria-se, contribuiria para a projeção do país como promissor em investimentos e adequado à nova ordem econômica mundial pautada pela globalização, tendo o desenvolvimento tecnológico como elemento desencadeador deste processo. (Betiol & Galvão, 1997, p. 21-22).

Na visão do governo tucano isto seria possível tangendo duas dimensões que se convergiam: a adequação às pressões externas da internacionalização das economias e dos mercados e o atendimento às demandas da sociedade. Segundo esta perspectiva havia que se mudar de modelo de administração, pois a defesa era a de que a administração pública brasileira, centrada em interesses particularistas, clientelistas e fisiológicos, desde a era Vargas pós-30 e consolidada nos governos posteriores era a principal causa apontada pelo atraso histórico do desenvolvimento do Brasil como potência econômica. Este modelo burocrático de administração centrava-se nos seguintes pressupostos weberianos (Weber, 1963, p. 264):

- I. Rege o princípio de áreas de jurisdição fixas e oficiais, ordenadas de acordo com regulamentos, ou seja, por leis ou normas administrativas, desta forma:
 1. As atividades regulares necessárias aos objetivos da estrutura governada burocraticamente são distribuídas de forma fixa como deveres oficiais.
 2. A autoridade de dar as ordens necessárias à execução desses deveres oficiais se distribui de forma estável, sendo rigorosa-

mente delimitada pelas normas relacionadas com os meios de coerção, físicos, sacerdotais ou outros, que possam ser colocados a disposição dos funcionários ou autoridades.

3. Tomam-se medidas metódicas para a realização regular e contínua desses deveres e para a execução dos direitos correspondentes; somente as pessoas que têm qualificações previstas por um regulamento geral são empregadas.

- II. Os princípios da hierarquia dos postos e dos níveis de autoridade significam um sistema firmemente ordenado de mando e subordinação, no qual há uma supervisão dos postos inferiores pelos superiores.
- III. A administração de um cargo moderno se baseia em documentos escritos ('os arquivos') preservados em sua forma original ou esboço.
- IV. A administração burocrática, pelo menos toda a administração especializada pressupõe um treinamento especializado e completo.
- V. Quando o cargo está plenamente desenvolvido, a atividade oficial exige a plena capacidade de trabalho do funcionário, a despeito do fato de ser rigorosamente delimitado o tempo de permanência na repartição que lhe é exigido.
- VI. O desempenho do cargo segue regras gerais, mais ou menos estáveis, mais ou menos exaustivas e que podem ser aprendidas.

A lógica era a de que o próprio governo deveria acompanhar as novas formas de produção e organização de trabalho em nível mundial rompendo com os pressupostos weberianos de administração burocrática e com os tradicionais modelos taylorista/fordista, provendo a requalificação do trabalho e do trabalhador sob uma perspectiva que acompanhasse a nova dinâmica econômica e social. Segundo Bresser Pereira (1996) a reforma de Estado proposta pelo governo FHC não era neoliberal, muito pelo contrário, era a de uma social democracia, pois não tinha o objetivo de tirar o Estado da economia, mas o de favorecer a sua governança mediante recursos financeiros e administrativos, rompendo com a crise do Estado deflagrada desde o governo militar.

Por meio da criação do MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado), propunha-se uma administração gerencial pautada pela eficiência e eficácia dos serviços públicos e com isto, toda a dinâmica estatal seria beneficiada, uma vez que todos os esforços culminariam para aproximações mais afinçadas entre o público-privado, projetando o Brasil como país de economia sustentável no mundo globalizado. Bresser Pereira (1998) apontava que esta reforma deveria ser orientada pela flexibilização do estatuto da estabilidade dos servidores públicos e pela transformação da administração pública brasileira em gerencial.

A oposição à primeira proposta logo foi sentida de forma negativa por meio de funcionários, intelectuais e imprensa, mas à medida que foi sendo debatida e negociada tornou-se temas de questões nacionais. A este respeito Bresser Pereira (1998, p.23-24) assegurava que:

A reforma provavelmente significará reduzir o Estado, limitar suas funções como produtor de bens e serviços e, em menor extensão, como regulador, mas implicará também ampliar suas funções no financiamento de atividades que envolvam externalidades ou direitos humanos básicos e na promoção da competitividade internacional das indústrias locais. (...) Mas igualmente importante é uma reforma administrativa que torne o serviço público mais coerente com o capitalismo contemporâneo, que permita aos governos corrigir falhas de mercado sem incorrer em falhas maiores. (...) Os cidadãos exigem do Estado muito mais do que o Estado pode oferecer. (...) Nesse caso, a função de uma administração pública eficiente passa a ter valor estratégico, ao reduzir a lacuna que separa a demanda social e a satisfação dessa demanda.

Por meio desta abrangência do serviço público, o projeto de reforma de Estado de Bresser Pereira, compreendia quatro grandes dimensões que deveriam se integrar, a saber (1) o núcleo estratégico do Estado, (2) as atividades exclusivas do Estado, (3) os serviços não exclusivos ou competitivos e (4) a produção de bens e serviços para o mercado. E o próprio Bresser (1996, p.25-26) caracteriza estas dimensões da seguinte maneira:

1. **o núcleo estratégico do Estado** – define as leis e políticas públicas. É um setor relativamente pequeno, formado no Brasil, a nível federal, pelo Presidente da República, pelos ministros de Estado e a cúpula dos ministérios, responsáveis pela definição das políticas públicas, pelos tribunais federais encabeçados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Ministério Público. A nível estadual e municipal existem correspondentes núcleos estratégicos.
2. **as atividades exclusivas do Estado** – são aquelas em que o “poder de Estado”, ou seja, o poder de legislar e tributar, é exercido. Inclui a polícia, as forças armadas, os órgãos de fiscalização e de regulamentação, e os órgãos responsáveis pela transferência de recursos, como o Sistema Unificado de Saúde, o sistema de auxílio desemprego, etc.
3. **os serviços não exclusivos ou competitivos** – são aqueles que, embora não envolvendo poder de Estado, o Estado realiza e/ou subsidia porque os considera de alta relevância para os direitos humanos, ou porque envolvem economias externas, não podendo ser adequadamente recompensados no mercado através da cobrança dos serviços.
4. **a produção de bens e serviços para o mercado** – é realizada pelo Estado através das empresas de economia mista, que opera em setores de serviços públicos e/ou em setores considerados estratégicos.

Veja estes setores de Estado distribuídos, segundo formas de propriedade e de administração.

QUADRO 6
SETORES DE ESTADO, FORMAS DE
PROPRIEDADE E DE ADMINISTRAÇÃO.

	Forma de Propriedade			Forma de Administração	
	Estatal	Pública não-Estatal	Privada	Burocrática	Gerencial
NÚCLEO ESTRATÉGICO Legislativo, Judiciário, Presidência, Cúpula dos Ministros	●				●
ATIVIDADES EXCLUSIVAS Polícia, Regulamentação, Fiscalização, Fomento, Seguridade Social Básica	●				●
SERVIÇOS NÃO-EXCLUSIVOS Universidades, Hospitais, Centros de Pesquisa, Museus	Publicização →	●			●
PRODUÇÃO PARA O MERCADO Empresas Estatais	Publicização →		●		●

FONTE: Bresser Pereira (1996, p. 26)

Dentro das atividades não exclusivas do Estado estão aquelas que reúnem áreas como educações, saúde, atividades culturais e sociais, dentre outras que embora necessitem de subsídios do Estado, não precisam necessariamente ser executadas pelo mesmo, conseqüentemente a proposta de Bresser Pereira para a reforma administrativa era adotar para este tipo de atividade a propriedade pública não estatal, habilitando-as como organizações sociais. Estas organizações teriam que adotar um modelo de administração semelhante ao das empresas privadas, mas sem buscar lucros, alcançando flexibilidade, eficiência e interação com o mercado a partir de um estatuto regulatório adequado. Salles Filho (2000, p. 35). É interessante que uma das palavras mais sentidas no processo de constituição da reforma foi a privatização e minimização da interferência do

Estado quanto ao mercado. É certo que isto desvela a intencionalidade por trás desta reforma, caso viesse a vingar, mas como se observou na fala de Bresser isto se tratava de uma direção social-democrata, de uma solidificação da infra-estrutura de um país em vias de desenvolvimento.

Tudo já estava muito propício para isto: as oposições quanto às propostas tinham sido “explicadas” e com isto o governo havia angariado “simpatias” de setores políticos e sociais, o mercado estava aberto receber o beneplácito da intervenção mínima do Estado e a compleição do relatório final alcançava sua totalidade para ser votado.

E, por último, mas não menos importante, por meio destes quatro setores, a administração pública deveria primar pela eficiência (maior agilidade na condução dos trabalhos e processos mais dinâmicos no atendimento às diferentes demandas) e eficácia (resultados), contra o patrimonialismo e contra o ranço de um modelo arcaico que não prestava aos interesses do Estado, desta forma, a administração gerencial mostrava-se como o caminho mais viável para se atingir a contento e em tempo relativamente curto, as propostas de reforma da gestão FHC na época, recém-inaugurada. Veja a seguir a comparação entre os dois modelos de administração.

QUADRO 7
A ADMINISTRAÇÃO BRASILEIRA BUROCRÁTICA
E A ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL

ORGANIZAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA	NOVA ORGANIZAÇÃO
1. Atuação inflexível.	1. Capacidade de detectar mudanças ambientais e de adaptar-se a elas.
2. Padronização de rotinas e processos de trabalhos.	2. Despadronização de rotinas e processos de trabalho.
3. Estruturas de grande porte, setorializadas, centralizadas e marcadas pela divisão rígido do trabalho.	3. Células de produção com gestão autônoma.
4. Ausência de planejamento.	4. Processo contínuo de planejamento.
5. Padronização do serviço prestado.	5. 'Customização'
6. Práticas clientelistas e corporativistas.	6. Práticas centradas no interesse do cliente.
7. Estruturas só alteráveis por lei ou decreto.	7. Estrutura flexível.
8. Relações essencialmente verticais.	8. Relações horizontais.
9. Excesso de níveis hierárquicos devido, principalmente, à exigência de lei para extinguir cargos e do atrelamento da remuneração à estrutura e cargos.	9. Eliminação de níveis hierárquicos/ concentração das funções dirigentes.
10. Estruturas departamentais e permanentes.	10. Equipes multidisciplinares e fluídas.
11. Nenhuma política de R.H.	11. Desenvolvimento contínuo dos recursos humanos.
12. A estrutura pune quem ameaça inovar ou decidir; o cumprimento dos ritos e procedimento é privilegiado.	12. Valorização da criatividade.
13. Perfil especializado, cristalizado por este modelo de organização.	13. Perfil universal e de negociação.
14. Relação cliente-fornecedor estabelecida por processo licitatório, cujo critério geral é o menor preço.	14. Estabelecimento de relações de parceria com a cadeia produtiva e com o mercado.
15. A informação é instrumento de poder – não há investimento na organização e no acesso à informação.	15. Produção, disseminação e democratização do acesso à informação.
16. Controle exclusivo sobre procedimentos.	16. Avaliação de resultados.
17. Cultura de desresponsabilização.	17. Atribuição de responsabilidade por resultados.
18. Cumprimento obrigatório de normas e procedimentos estabelecidos e só modificações por atos legais.	18. Adoção de instrumental inovador na administração dos recursos, como <i>just in time</i> , qualidade total, etc.

FONTE: Betiol & Galvão (1997, p. 53)

Barreto (1999) observa que o projeto brasileiro de reforma do Estado tinha como meta básica a reconstrução deste mesmo Estado, procurando fazer frente à globalização da economia e pela própria crise do Estado. Assim como Bresser Pereira (1998, 1999), a tese de Barreto (1999) era a de que pela redefinição do papel do Estado, este deixaria de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, por meio da produção de bens e serviços, passando a exercer a função de promotor e regulador deste desenvolvimento. Como apontava Chauí (2000), existem muitos campos velados dentro do discurso neoliberal, mesmo quando da negação da índole do próprio discurso, afirmando-o como social democrata de cunho keynesiano, e negando-o efetivamente por meio da operacionalização de medidas neoliberais, nunca se faz menção a este conceito, mesmo para alguns economistas desavisados que acham que o governo e mercado têm uma lógica natural de desenvolvimento, neste sentido esta própria postura já se caracteriza o ponto nevrálgico do neoliberalismo.

Esta reportagem é muito oportuna quando consideramos o todo do programa de governo de FHC e sua proposição frente à reforma de Estado que, de forma geral, do princípio ao fim do governo, em nome do reparo histórico da economia brasileira, irá se orientar pela demanda da ordem capitalista mundial distanciando-se do que se entende como social democracia propriamente dita. Barreto (1999, p.112) destaca que a reforma ou reconstrução do Estado brasileiro conjugava quatro processos interdependentes:

- ***a redefinição das funções do Estado*** orientada para a redução de seu tamanho e, principalmente, de seu contingente de pessoal, mediante adoção de programas de *privatização, terceirização e “publicização”*;
- ***A redução do grau de interferência do Estado***, mediante adoção de *programas de desregulação e realização de reformas econômicas orientadas para o mercado*, visando sobretudo à promoção da capacidade de competição internacional do país;
- ***O aumento da governança do Estado*** – aqui entendida como a capacidade de tornar efetivas as decisões do governo, ou

seja, de implementar políticas públicas de forma eficiente e conjugada com, a sociedade - , envolvendo o *ajuste fiscal* – direcionado à recuperação da autonomia financeira do Estado -, e a implantação da *administração pública gerencial*;

- ***o aumento da governabilidade***, que consiste no fortalecimento da capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade de governar.

É oportuno destacar que o modelo de administração pública gerencial ou “nova administração pública” não se tratava de uma idéia inovadora do governo FHC ou mesmo de Bresser Pereira. Nos anos de 1980, este modelo havia sido implantado no Reino Unido (primeiro país, neste mesmo período, que se destacou como precursor da materialização dos pressupostos neoliberais), na Nova Zelândia e na Austrália e nos anos de 1990 nos Estados Unidos. O núcleo duro do novo modelo assentava-se em pelo menos oito pontos orientadores de sua gestão, como atesta Bresser Pereira (1997):

1. orientação da ação do Estado para o cidadão-usuário ou cidadão-cliente;
2. ênfase no controle dos resultados através dos contratos de gestão (ao invés do controle dos procedimentos);
3. fortalecimento e aumento da autonomia da burocracia estatal, organizada em carreiras ou ‘corpos’ de Estado, e valorização do seu trabalho técnico e político de participar, juntamente com os políticos e a sociedade, da formulação e gestão das políticas públicas;
4. separação entre as secretarias formuladoras de políticas públicas, de caráter centralizado, e as unidades descentralizadas, executoras dessas mesmas políticas;
5. distinção de dois tipos de unidades descentralizadas: as agências executivas, que realizam atividades exclusivas do Estado, por definições monopolistas, e os serviços sociais e científicos de caráter competitivo, em que o poder do Estado não está envolvido;

6. transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos competitivos;
7. adoção cumulativa, para controlar as unidades descentralizadas, dos mecanismos de controle social direto, do contrato de gestão (em que os indicadores de desempenho sejam claramente definidos e os resultados medidos) e da formação de quase-mercados em que ocorre a competição administrada;
8. terceirização das atividades auxiliares ou de apoio, que passam a ser competitivamente licitadas no mercado.

Vale destacar que, embora se sustente um discurso por um tempo sobre um conjunto de intenções ou mesmo de pressupostos, isto não é possível o tempo todo se houver outros entendimentos e interesses que não foram explicitados, que não foram objeto de uma política explícita e clara. Como se pode perceber os próprios pressupostos da reforma pretendida, além de apresentar uma característica velada não faziam parte de uma política propriamente brasileira, como é histórico, conduziu-se por uma adaptação de alguns pontos referenciais e a defesa em sua completude de pressupostos que, da primeira à última instância se caracterizavam por uma índole neoliberal.

Balizado neste conjunto de ações a reforma também previa a formação contínua de PPPs (Parcerias Público- Privadas), para maior agilidade do movimento econômico social por meio de entidades paraestatais de cooperação, contratualização (escolha dos parceiros mais adequados a prestação de serviços específicos) e concessão (processo em que o Estado, por meio de arranjos jurídico-institucionais específicos, procede a remuneração dos serviços sociais prestados por agentes privados integrados nas parcerias). Estas parcerias teriam as seguintes características, conforme quadro abaixo:

QUADRO 8
PARCERIAS COMO INSTRUMENTO DE
APROXIMAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO

TIPO	CARACTERÍSTICAS
Entidade Paraestatal	<ul style="list-style-type: none"> - Os parceiros organizam-se e representam-se na própria entidade. - Mantidas predominantemente com recursos públicos. - Recursos públicos ou mistos, administrados privadamente por meio de convênios e/ou contrato de gestão. - Prestam serviço tipicamente públicos de interesse coletivo. - Administradas por funcionários da unidade pública matriz e/ou grupos organizados da sociedade. - Natureza dos recursos humanos: servidores públicos e contratados via CLT. - Flexibilidade na gestão de materiais, compras e recursos humanos. - Inexistência de patrimônio próprio. - Vinculadas a órgãos ou entidades públicas. - Prestam contas ao ministério público e/ou ao tribunal de contas. - Possibilidade de arrecadar recursos financeiros através de convênios privados e particulares.
Contratualização	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de livre escolha do parceiro. - Relação contratual planejada: objetivos, controles, metas, garantias, parâmetros de qualidade, financiamento, vigência. - Diversidade de tipos de contratos: convênio, protocolo de intenções, termo de compromisso, contrato inominado, contrato típico etc. - Possibilidade da relação entre parceiros ser precedida por autorização legislativa e/ou ato de Poder Executivo, ou ainda ser estabelecida sem interferência desses poderes. - Natureza do parceiro: público e privado, com ou sem fins lucrativos
Concessão	<ul style="list-style-type: none"> - Parceiro definido mediante processo licitatório. - Natureza do parceiro: entidades privadas com ou sem fins lucrativos. - Contrato de adesão com cláusulas de garantias e penalidades. - Remuneração do serviço feita pelo poder público. - Poder público regulamenta e fiscaliza o serviço. - Parceiro não sujeito aos controles tipicamente público.

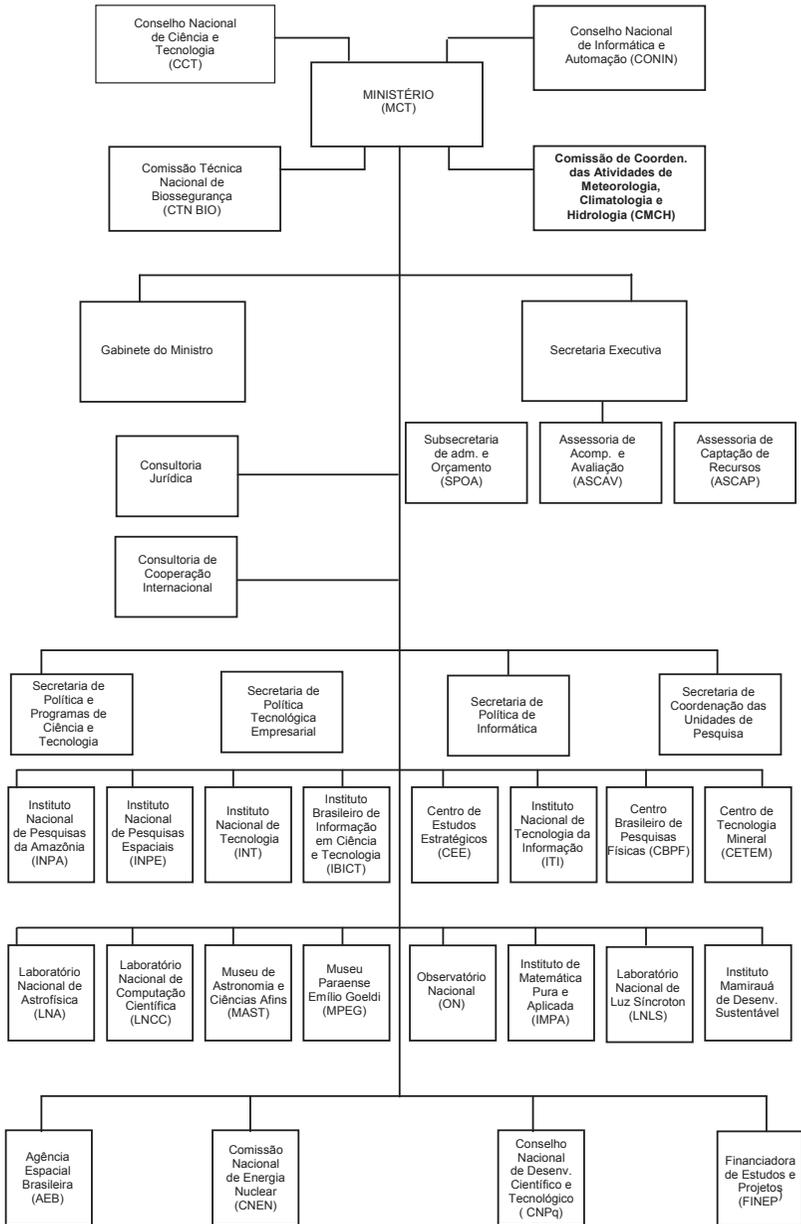
FONTE: Betiol & Galvão (1997, p.47)

De fato a reforma em termos legais foi aprovada pelo Congresso Nacional em 1998, final do primeiro mandato de FHC. Esperava-se, logicamente, que por ocasião de sua segunda gestão, tal reforma fosse implementada imediatamente segundo as categorias elencadas, incluindo-se aí o formato das organizações sociais, mas isto não aconteceu. O próprio MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado) foi extinto em janeiro de 1998, sendo que suas atribuições passaram a ser desenvolvidas pela Secretaria da Administração do Patrimônio, vinculada ao Ministério do Orçamento e Gestão.

Este impasse, notadamente deflagrado por falta de interesse político, inviabilizou a proposta do governo, que preferiu seguir com o modelo anterior a materializar a tão falada reforma. E o discurso de aplicação de uma diretriz sistemática e bem delimitada na administração pública o que incidiria também em projeção da C&T no Brasil ?

O que aconteceu de fato foi uma postergação de uma proposição do próprio governo e porque isto acarretaria também em contrapartidas. Este era um preço que o governo não estava disposto e nem preparado para pagar e que para o momento não era ‘o mais significativo’. Ora volta-se àquele distanciamento entre o dito e o feito, entre condições e imposições, entre o agora e o mais tarde, entre a competência da situação e a herança do governo sucessor, entre o verdadeiro e o não tão verdadeiro assim frente à Estrutura Organizacional do Ministério da Ciência e Tecnologia que solicitava medidas bem equilibradas e investimentos bem distribuídos conforme instâncias recorrentes levando-se em conta as prioridades dos projetos desenvolvidos, programas mantidos, qualificação profissional e outros. Tal estrutura caracterizava-se segundo a seguinte disposição:

FIGURA 1
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MCT



FONTE: Neves (2005, p.228)

Pela observação da figura acima se percebe a densidade e necessidade de medidas bem planejadas, políticas públicas e formas específicas de financiamento para o setor de C&T. Uma política explícita somente será operacionalizada quando lhe for conferido um elevado grau de priorização, mesmo que seja de investimento em longo prazo devendo, necessariamente, estar vinculada ao Plano Nacional de Desenvolvimento que, por sua vez, solicitará continuidade, desdobramento, avaliações contínuas e readequações quanto aos interesses do país neste setor.

A questão não reside apenas em fazer-se tão claro esta explicitação no PND, tais explicitações existem e estão desenhadas como pontos fundamentais, a grande questão é fazer-se de fato operacionalizar as diretrizes nucleares para o setor devendo haver uma articulação acentuada entre PCT's e investimentos. Há um descompasso entre planos, projeções e investimentos, perdurando a situação paliativa de avanços relativizados orientados por pautas partidárias e interesses externos que coíbem a materialidade necessária de um setor de C&T forte e norteado para a projeção e desenvolvimento brasileiro. Como se verá a seguir em suas duas gestões o governo FHC seguiu em conformidade com esta descrição, guiado pela vertente discursiva do crescimento econômico e controle inflacionário e pela orientação do mercado internacional com enfoque predominantemente neoliberal.

2.1.2. Políticas públicas para o setor de C&T

O Ministério da Ciência e Tecnologia criado em 1985 na gestão Sarney até o ano de 2002, final da segunda gestão do governo Fernando Henrique Cardoso, portanto, num período de 17 anos, foi ocupado por 11 ministros, a saber: Renato Archer, Luiz Henrique da Silveira, Ralph Biasi, Roberto Cardoso Alves, Décio Leal de Zagottis, José Goldemberg, Hélio Jaguaribe, Edson Machado de Souza, José Israel Vargas, Luiz Carlos Bresser Pereira e Ronaldo Sardenberg. Em média cada um passou no cargo menos de dois anos, salvo José Israel Vargas, que teve a gestão mais duradoura, por seis anos.

José Israel Vargas era Ministro da Pasta de C&T no governo Itamar Franco até 1994. Quando Fernando Henrique Cardoso assume a Presidência

cia da República do Brasil, ao invés de apontar novo nome para estruturar e fazer implantar políticas anunciadas na proposta de plano de governo, ele mantém José Israel Vargas neste Ministério, desta forma, observa-se que, houve pouca preocupação na reformulação do setor de C&T, nada de diferença do quadro que havia se constituído no governo antecessor e como consequência as transformações necessárias para o setor não aconteceram.

Entretanto, a partir de 1995 o governo Fernando Henrique Cardoso delineia um novo plano, balizado em sua proposta de governo, que se converteria no Plano Plurianual¹⁰ - PPA (1996-1999), documento norteador para o desenvolvimento dos diversos setores da estrutura e infra-estrutura governamental, incluindo logicamente o setor de C&T. (Lei Nº 9.276, de 9 de maio de 1996)

Dentre os objetivos e metas da ação governamental na esfera da infra-estrutura econômica do país, destacava-se que a reversão do processo de deterioração desta, deveria centrar seu foco na reestruturação das formas de gestão e financiamento dos setores estratégicos e reformas de caráter institucional que colaborassem para a sua recuperação, expansão e descentralização por meio de esferas governamentais articulado ao setor privado via convênios, parcerias, concessões oriundas destas, além é claro de privatizações, que deveria ser a moeda verdadeira para a recuperação econômica do país.

Neste sentido o caput dos Objetivos e Metas da Ação Governamental para Infra-Estrutura destacava que o direcionamento dos recursos da União teria como prioridade as regiões de bases econômicas mais frágeis, circunscritas as áreas de Saneamento Básico, Educação, C&T, Recursos Hídricos, Agricultura, Indústria e Comércio Exterior, Turismo e Desenvolvimento Social. Para todos estes setores a alocação de recursos estava preferencialmente definida, seguida das seguintes orientações:

¹⁰ A regulamentação do PPA prevista no art.165 da Constituição brasileira foi inicialmente contemplada pelo no artigo 3º da Lei de Responsabilidade . O artigo foi vetado , mas a sua elaboração continua obrigatória. Ele é peça fundamental da Gestão e a partir da vigência da LRF a criação de despesa que não esteja contemplada no PPA, será considerada não autorizada e lesiva ao patrimônio público (art. 15, combinado com os arts. 16, II e 17, § 4º). O PPA deverá ser elaborado no primeiro ano de governo e encaminhado até 31/08 , contemplando as ações governamentais , desdobradas em programas e metas .

- Nas áreas de saneamento básico, educação e ciência e tecnologia, a alocação dos recursos da União deve ser orientada preferencialmente para ações das quais resulte a redução dos desequilíbrios espaciais (Sublinhado do autor);
- Na área de recursos hídricos, a alocação dos recursos deve ser direcionada para regiões ou sub-regiões em que o déficit do balanço hídrico comprometa o abastecimento humano, ou seja, uma barreira estrutural para o desenvolvimento agropecuário;
- Na área da agricultura, a alocação dos recursos se fará prioritariamente para a pesquisa aplicada, reforma agrária, capacitação dos produtores rurais, apoio à gestão das formas associativas de produção e integração das cadeias agroindustriais;
- Nas áreas da indústria e do comércio exterior, os recursos serão destinados preferencialmente à desconcentração geográfica da produção industrial, com o apoio às micros e pequenas empresas e com a elevação da qualidade e da competitividade;
- Na área de turismo, a alocação dos recursos deve ser orientada preferencialmente para inversões em infra-estrutura turística e capacitação de recursos humanos;
- Na área de desenvolvimento social, os recursos devem ser aplicados em favor das regiões mais carentes do País, conforme diagnósticos contidos no trabalho “O Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de Uma Política de Segurança Alimentar-1994-IPEA” e no relatório da Comissão Mista do Congresso Nacional que tratou do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro.

O Plano Plurianual (1996-1999) desenhava a carta de intenções do governo perante a sociedade, expressando o seu compromisso com setores estratégicos, dentre os quais o de Ciência e Tecnologia. Especificamente para este setor o PPA delineou 19 pontos em que o governo Fernando Henrique Cardoso se comprometia a desdobrar, tendo em vista as “solicitações prioritárias” de políticas explícitas que fossem, de fato, operacionalizadas e uma outra cobrança era o fazer-se cumprir as metas estabelecidas para o setor, quando ele era candidato à Presidência da República. Os referidos pontos foram assim topicalizados:

1. aumento do dispêndio nacional em ciência e tecnologia, com uma participação maior dos investimentos privados e dos sistemas estaduais, diminuindo a participação relativa das fontes federais;
2. conclusão das reformas constitucionais e legais, para incluir as empresas de capital estrangeiro no esforço de capacitação tecnológica do País, beneficiando-as, inclusive, com incentivos fiscais e creditícios;
3. garantia de autonomia administrativa e de gestão financeira às universidades e instituições públicas de pesquisa;
4. aprovação das Leis sobre Propriedade Industrial, cultivares e topografia de circuitos integrados, harmonizando a legislação brasileira ao novo contexto de proteção industrial prevalente nos países desenvolvidos;
5. fortalecimento da capacidade tecnológica para atender aos problemas sociais mais graves nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, nutrição e alimentos, habitação popular e transportes
6. racionalização do uso dos recursos dos principais ecossistemas do País e redução dos efeitos deletérios decorrentes das atividades urbanas;
7. ampliação do número de cientistas e engenheiros, internalizando competências técnico-científicas provenientes do exterior, adequando-as às demandas do setor produtivo;
8. atualização e complementação da infra-estrutura científica e tecnológica, assegurando o suprimento de serviços e materiais indispensáveis ao seu funcionamento;
9. consolidação de centros de excelência em C&T;
10. fortalecimento das atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação, para melhor instruir os processos decisórios no âmbito do sistema C&T;
11. melhoria da qualificação dos trabalhadores mediante a ampliação das oportunidades no campo da educação tecnológica e da educação para o trabalho, viabilizando a incorporação do progresso técnico na produção de bens e serviços;
12. ampliação da capacitação tecnológica nos setores aeroespacial, nuclear e de informática e automação;

13. melhoria da capacitação tecnológica das empresas difusoras de progresso técnico, inserindo-as competitivamente no mercado internacional;
14. promoção da capacitação tecnológica do País em áreas conhecidas como portadoras de futuro (materiais especiais, optoeletrônica, nanotecnologia, supercondutividade, entre outras);
15. fortalecimento da base de ciência e tecnologia voltada para as áreas de infra-estrutura (transportes, energia, comunicações, armazenamento de produtos agrícolas, entre outras);
16. intensificação da contribuição das atividades de C&T na consolidação dos eixos nacionais de desenvolvimento.
17. apoio à pesquisa científica na Região Antártica, visando compreender os fenômenos ali ocorrentes e possibilitando a participação do País no aproveitamento dos recursos naturais da área;
18. agregação de conhecimento científico do mar adjacente à costa brasileira a fim de elevar a capacidade de previsão de fenômenos oceanográficos, a exploração sustentável dos recursos naturais e a proteção ambiental;
19. delimitação da Plataforma Continental Brasileira conforme a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, incorporando à soberania nacional importante território para exploração econômica futura.

Estes pontos prefiguravam o caminho que o governo deveria seguir, afinal de contas ele se propunha a fazê-lo de forma sistematizada, uma vez que, por exemplo sabia-se que a C&T em áreas específicas de aplicação geravam acesso aos bens culturais e distribuição de renda em distintos países. Um pouco mais a frente deste período, para ilustrar, um relatório da CEPAL (2000) apontava que o número de usuários da Internet estava na casa dos 304 milhões de pessoas (45% nos EUA e Canadá; 27% na Europa; 23% na Ásia Pacífico; 3,5% na América Latina e 1,5% entre países da África e Oriente Médio).

Por meio da operacionalização do PPA (1996-1999), tendo como carro-chefe a indicação da educação e o desenvolvimento científico e tecnológico como pontos transversais e inalienáveis em nível de priorização,

a lógica explícita do governo centrava-se na inserção do Brasil no cenário da economia mundial, fortificando e promovendo a competitividade da C&T do Brasil a partir da estabilidade econômica interna.

Tal plano refletia os condicionantes desta intencionalidade que foram se desvelando pela apologia que se fazia frente ao capital externo, tendo como justificativa o encaminhamento de formas de captar investimentos em áreas específicas como telecomunicações, energia, etc.; e também frente às solicitações das convergências político-partidárias que se orientavam pelo processo de privatização como saída para a estabilidade econômica, notadamente representada pelos segmentos do centro e da direita parlamentar. De maneira geral, em parte reformulado, o PPA para o setor de C&T estava convergente à proposta de governo de FHC, inscrita nos documentos “Mãos à obra”, a qual se colocou de forma sinóptica no quadro abaixo para constatação:

QUADRO 9

A PROPOSTA DE GOVERNO DE FHC E O PPA (1996-1999)

PROPOSTA DE GOVERNO	PPA (1996-1999)
<p>1. Implementar uma estratégia nacional de desenvolvimento científico e tecnológico condizente com a maior abertura e competitividade da economia articulada às estratégias de desenvolvimento do setor industrial, de serviços e de infra-estrutura, e harmonizada à política educacional do país.</p> <p>2. Estabelecer uma política de parcerias entre o governo federal, os governos estaduais (especialmente as fundações estaduais de amparo à pesquisa) e o setor produtivo público e privado, no apoio a programas específicos de pesquisa básica e tecnológica e projetos de formação de recursos humanos.</p> <p>3. Ampliar as fontes de financiamento para aplicação na geração e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, em especial com recursos provenientes privatização, da capacitação de recursos externos e do setor privado.</p> <p>4. Criar mecanismos que estimulem e facilitem o desenvolvimento de projetos de cooperação científica e tecnológica entre universidades, institutos governamentais e o setor privado.</p> <p>5. Fortalecer a presença e participação brasileira nos sistema científico internacional, mediante programas de intercâmbio e cooperação internacional e aprimoramento dos programas de bolsa de estudo no exterior e de professores visitantes.</p> <p>6. Investir na integração brasileira às redes eletrônicas internacionais de comunicação de intercâmbio científico, facilitando o acesso a banco de dados internacionais e o acompanhamento de projetos cooperativos em tempo real.</p> <p>7. Institucionalizar uma rede nacional de laboratórios e centros de pesquisa de alto nível, credenciados pelo CNPq por procedimentos competitivos, e que tenham recursos assegurados para fixar, consolidar e reproduzir a competência científica do país.</p> <p>8. Manter programas especiais de apoio à melhoria da capacidade de inovação tecnológica da indústria, estimulando consórcios para o desenvolvimento de tecnologias pré-competitivas e criando mecanismos de apoio de projetos de capacitação industrial.</p> <p>9. Apoiar a tecnologia competitiva através de incentivos, financiamentos, participação no capital de risco, fundos de risco compartilhado, fundos de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos especializados, e financiamentos especiais para a construção e implantação de centros empresariais de pesquisa e desenvolvimento.</p> <p>10. Fortalecer as instituições voltadas para a difusão, incorporação e certificação de padrões de qualidade no sistema produtivo.</p> <p>11. Dar condições para a proteção da propriedade intelectual e para difusão e comercialização de novas tecnologias, através de legislação adequada. (sic)</p> <p>12. Melhorar a eficiência e qualidade de desempenho das agências governamentais de ciência e tecnologia, pelo uso intensivo de informatização, simplificação dos procedimentos burocráticos e recurso sistemático aos mecanismos de avaliação por cientistas da área.</p> <p>13. Dotar os institutos e centros de pesquisa governamentais, universitários ou não, de estruturas organizacionais compatíveis com suas funções, baseadas no estímulo à competência, na flexibilidade de contratação e promoção por critério de mérito, em procedimentos de avaliação por pares, e autonomia gerencial e administrativa baseada em produtos e resultados identificados.</p> <p>14. Estimular o envolvimento dos centros de pesquisa em programas de desenvolvimento de materiais pedagógicos e formação de professores para o ensino técnico e médio na preparação de livros didáticos, programas computadorizados de treinamento, materiais para o ensino técnico e experimental, e envolvimento direto com o ensino de graduação.</p>	<p>1. Aumento do dispêndio nacional em ciência e tecnologia, com uma participação maior dos investimentos privados e dos sistemas estaduais, diminuindo a participação relativa das fontes federais;</p> <p>2. Conclusão das reformas constitucionais e legais, para incluir as empresas de capital estrangeiro no esforço de capacitação tecnológica do País, beneficiando-as, inclusive, com incentivos fiscais e creditícios;</p> <p>3. Garantia de autonomia administrativa e de gestão financeira às universidades e instituições públicas de pesquisa;</p> <p>4. Aprovação das Leis sobre Propriedade Industrial, cultuwares e topografia de circuitos integrados, harmonizando a legislação brasileira ao novo contexto de proteção industrial prevalecente nos países desenvolvidos;</p> <p>5. Fortalecimento da capacidade tecnológica para atender aos problemas sociais mais graves nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, nutrição e alimentos, habitação popular e transportes;</p> <p>6. Racionalização do uso dos recursos dos principais ecossistemas do País e redução dos efeitos deletérios decorrentes das atividades urbanas;</p> <p>7. Ampliação do número de cientistas e engenheiros, internalizando competências técnico-científicas provenientes do exterior, adequando-as às demandas do setor produtivo;</p> <p>8. Atualização e complementação da infra-estrutura científica e tecnológica, assegurando o suprimento de serviços e materiais indispensáveis ao seu funcionamento;</p> <p>9. Consolidação de centros de excelência em C&T;</p> <p>10. Fortalecimento das atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação, para melhor instruir os processos decisórios no âmbito do sistema C&T;</p> <p>11. Melhoria da qualificação dos trabalhadores mediante a ampliação das oportunidades no campo da educação tecnológica e da educação para o trabalho, viabilizando a incorporação do progresso técnico na produção de bens e serviços;</p> <p>12. Ampliação da capacitação tecnológica nos setores aeroespacial, nuclear e de informática e automação;</p> <p>13. Melhoria da capacitação tecnológica das empresas difusoras de progresso técnico, inserindo-as competitivamente no mercado internacional;</p> <p>14. Promoção da capacitação tecnológica do País em áreas conhecidas como portadoras de futuro (materiais especiais, optoeletrônica, nanotecnologia, supercondutividade, entre outras);</p> <p>15. Fortalecimento da base de ciência e tecnologia voltada para as áreas de infra-estrutura (transportes, energia, comunicações, armazenamento de produtos agrícolas, entre outras);</p> <p>16. Intensificação da contribuição das atividades de C&T na consolidação dos eixos nacionais de desenvolvimento.</p> <p>17. Apoio à pesquisa científica na Região Antártica, visando compreender os fenômenos ali ocorrentes e possibilitando a participação do País no aproveitamento dos recursos naturais da área;</p> <p>18. Agregação de conhecimento científico do mar adjacente à costa brasileira a fim de elevar a capacidade de previsão de fenômenos oceanográficos, a exploração sustentável dos recursos naturais e a proteção ambiental;</p> <p>19. Delimitação da Plataforma Continental Brasileira conforme a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, incorporando à soberania nacional importante território para exploração econômica futura.</p>

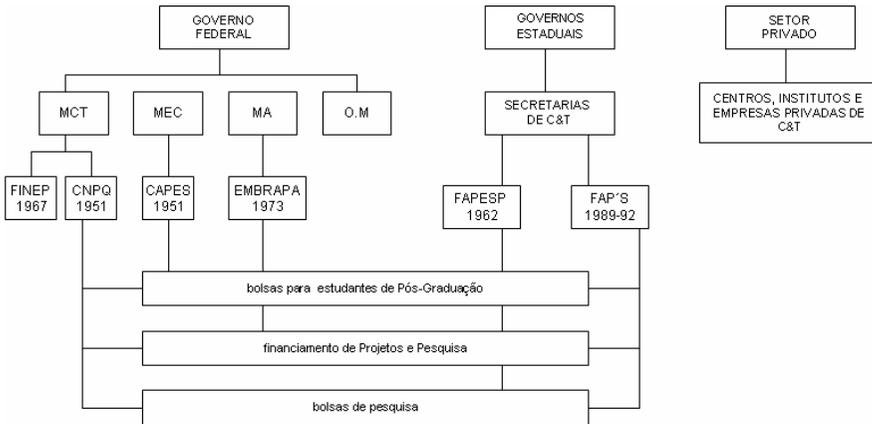
O PPA (1996-1999) concluído pela equipe ministerial e aprovado pelo Congresso Nacional estava pronto para ser implementado. A política explícita para o desenvolvimento da infra-estrutura uma vez consolidada, necessitava de uma projeção de investimentos e a constituição de fontes de financiamentos bem definidas considerando a lógica política e os sujeitos econômicos. Acentua-se que, se a proposta era a inovação, se era realmente a busca de um caminho para superar o quadro que a C&T estava enfrentando, a operacionalização estava negando tudo isto. Neste primeiro momento, vale ressaltar a incongruência explícita entre o dito e operacionalizado, a começar pelo corpo diretivo do MCT e investimentos decrescentes para o setor. Obviamente o PPA, neste sentido estava orientado para fazer-se cumprir o ideário neoliberal, mesmo em face da negação expressa deste postulado, que é real e consolidado por uma lógica de minimização do Estado, processo de privatização, abertura do mercado interna ao capital estrangeiro, dentre outras, não que isto em si encerre as características deste ideário, mas estas eram as que se mostravam de forma mais explícita possível e que aos poucos estava sendo consolidada. Nisto houve uma coerência acentuada até mesmo nos investimentos e gastos para o setor de C&T na primeira gestão do governo FHC, patenteando entre o dito e o feito uma ideologia em sentido restrito.

2.1.3. Fontes de financiamentos e gastos para C&T na primeira gestão FHC

A organização do setor de C&T no Brasil pode ser entendida didaticamente por meio de três dimensões e estas abrangendo diferentes organismos governamentais ou não: 1) em nível federal apresenta-se o MCT com duas principais agências de fomento vinculadas (FINEP e CNPq); ladeado pelo MEC, cuja agência de fomento vinculada para formação de pessoal do Ensino Superior é a CAPES; pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento vinculado a EMBRAPA e Outros ministérios que desenvolvem atividades no setor de C&T e que estão vinculados diretamente ao MCT. Este complexo envolve também os 2) governos estaduais com suas respectivas secretarias de C&T, que por meio de suas FAP'S (Fundações de Amparo à Pesquisa) promovem o

financiamento neste nível do poder público e finalmente 3) o setor privado por meio do financiamento de atividades de P&D. A figura 2 poderá apresentar de forma esquematizada o complexo descrito:

FIGURA 2
ORGANOGRAMA DO COMPLEXO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA



MCT: Ministério da Ciência e da Tecnologia

MEC: Ministério da Educação

MA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

O.M: Outros ministérios que desenvolvem atividades de Ciência e Tecnologia: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Meio Ambiente, Saúde e outros.

FAPESP: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FAP'S: Fundações de Amparo à Pesquisa existentes em 15 estados brasileiros

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FONTE: Neves (2005, p. 224)

Da figura acima tomar-se-á as ações empreendidas pelo MCT, como principal agente coordenador do complexo de C&T, pois é este ministério que caracteriza-se como principal veículo de investimentos que absorve a maior parte dos recursos do governo federal destinados para esta área. Necessariamente vinculado as ações do MCT está o fomento à pesquisa e formação de recursos humanos por meio das agências CNPq e FINEP (MCT) e da CAPES (MEC).

O quadro de investimentos de recursos para C&T no primeiro ano da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995) estava centrado em quatro fontes principais, cuja distribuição era a seguinte: 47% de investimentos do governo federal, 22% de governos estaduais, 22% de empresas privadas e 9% de empresas Estatais, portanto 78% dos investimentos circunscrevia-se ao setor público estatal.

A meta proposta pelo PPA (1996-1999) era a de reverter o quadro acima e aumentar para 40% a participação do setor privado numa projeção total de investimentos da ordem de R\$ 14,4 bilhões, duplicando a percentagem do PIB para o setor que de 0,7% passaria para 1,5% e mudando o quadro que Itamar Franco havia deixado como herança. Mas, por paradoxal que possa parecer algumas medidas do governo contribuíam para um movimento contrário a este.

Dizia-se, por meio do Plano que era necessário expandir os investimentos em C&T pelas regiões do Estado Brasileiro como um todo, eliminando-se as desigualdades regionais e, portanto, a descentração dos centros de excelência em regiões tradicionalmente desenvolvidas, mas o que de fato continuou a ocorrer foi a concentração de investimentos no pólo centro sul, com pouquíssimos investimentos nas regiões norte, nordeste e centro-oeste. Previa-se o aumento da participação do setor privado nos investimentos em P&D aproximando as universidades das empresas, mas simultaneamente priorizava-se um processo de desregulamentação e desestatização governamental, tornando a proposta inoperante e sem ênfase apropriada.

O resultado entre o planejado e o executado, mesmo em nível de investimentos estava muito longe de uma perspectiva, pelo menos balanceada, para o setor e não era necessariamente a ausência de recursos o nó górdio desta situação, eles até existiam e por melindrada que possa ser esta afirmativa, até sobravam frente a um planejamento equivocado ou nem mesmo entendido no desenvolvimento da primeira gestão do governo FHC. Entre o orçamento autorizado para os programas de C&T (mesmo seguindo as diretrizes do PPA para o período), e este vinculado ao suporte creditício do governo federal e o orçamento operacionalizado ou realizado, haviam lacunas consideráveis, não empregando a verba autorizada, como se o ministério não soubesse o que fazer com os recursos. Desta forma,

verificar-se-á um minguamento de montante destinado ao setor no decorrer do período de 1995-1998, como é apresentado nos quadros abaixo:

QUADRO 10

DESPESA POR PROGRAMA - EXERCÍCIO DE 1995 a 1998

	PROGRAMA	LEI	LEI+CREDITO	REALIZADO
1995	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.883.093.051	2.063.004.543	1.496.878.542
1996	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.882.824.525	2.170.203.213	1.796.340.152
1997	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.284.727.455	1.410.200.739	1.044.395.920
1998	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.171.836.962	1.179.306.126	852.819.546

Fonte: Brasil/Ministério do Planejamento (2005)

Frente à manutenção do ministro José Israel Vargas no governo e os desajustes estruturais no processo de escolha de prioridades e investimentos, a despesa destinada ao MCT também decresceu, conseqüentemente, tanto o MCT e os programas por ele mantidos foram alvejados pela instabilidade quanto à direção dos projetos para C&T e queda na entrada de recursos que promoveriam o desenvolvimento do setor, articulado à iniciativa privada, conforme se analisa no quadro a seguir:

QUADRO 11

DESPESA POR ÓRGÃO - EXERCÍCIO DE 1995 a 1998

	ÓRGÃO	LEI	LEI+CREDITO	REALIZADO
1995	MCT	1.135.300.775	1.322.050.992	1.027.907.668
1996	MCT	1.158.501.181	1.205.695.674	1.047.604.287
1997	MCT	1.264.161.784	1.312.606.341	1.082.880.791
1998	MCT	1.264.262.204	1.258.721.004	969.504.263

Fonte: Brasil/Ministério do Planejamento (2005)

Para o governo FHC estes dados correspondiam a contenção de despesas para o setor de C&T, motivo pelo qual se advogava a orientação planejada de ações para um melhor aproveitamento dos recursos advindos da União. Isto pode ser observado pelo Encarte 01 que foi selecionado para reforçar a informação do planejamento equivocado ou a improbidade no uso da verba destinada para o setor:

ENCARTE 01

**NOTA DO MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA A RESPEITO DA
PORTARIA DO CNPQ SOBRE “CONTENÇÃO DE DESPESAS”**

A Assessoria de Comunicação Social do Ministério de C&T distribuiu ontem a seguinte nota: “Face às orientações para que se contivessem os gastos do Governo federal em busca do equilíbrio orçamentário ainda em 1998, o Ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, determinou às agências CNPq e FINEP, aos seus institutos e à Administração Central do Ministério que limitassem as despesas, reduzindo viagens e participação em eventos, bem como gastos internos, ao estritamente necessário para o cumprimento da missão do MCT. Determinou ainda o Ministro que não se causasse solução de continuidade aos principais programas do Ministério e, ao CNPq, nesse esforço de contenção de gastos, que não se afetassem as bolsas de estudo e pesquisa já comprometidas. A aplicação de qualquer das medidas expostas na Portaria 328/98, do CNPq, será objeto de autorização e acompanhamento pelo Gabinete do Ministro da Ciência e Tecnologia. Quanto ao exercício de 1999, os ajustes só poderão ser estudados a partir da aprovação do Orçamento pelo Congresso Nacional e de novas diretrizes governamentais. Ressalte-se, contudo, que em momentos de dificuldade tanto o Congresso quanto a Presidência da República tem dado tratamento favorável à Ciência e Tecnologia.”

22 de outubro/98 - No. 1126c - Notícias de C&T - Serviço da SBPC
Jornal da Ciência (JC E-Mail) - Edição Extra

O tratamento favorável a que se refere o então Ministro José Israel Vargas estava muito descontextualizado com o que já estava acontecendo conforme se observou nos dados anteriormente, uma vez que a evolução dos investimentos durante toda a primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) para o setor de C&T caracterizava-se por um declínio considerável.

Muito embora houvesse “certo” reconhecimento do quadro e acompanhamento desta descendência no número de bolsas e fomento à pesquisa, o enfoque se orientava cada vez mais acentuadamente para uma projeção minimizada dos recursos, como se vê no quadro a seguir, chegando-se a uma fórmula muito interessante, uma vez que miraculosamente do orçamento autorizado para o período, sempre sobravam recursos e por outro lado o setor de C&T estava comprometido, beirando a falência, como anunciou o Jornal da Ciência em 06/11/1998. Observe os dados abaixo:

QUADRO 12
LEI ORÇAMENTÁRIA MAIS CRÉDITOS E
EXECUÇÃO EM 1998 E EXECUTADO EM 1997

Órgãos Programas	1997		1998				1999			
	Executado	%	Lei +crédito	%	Executado	%	1ª Proposta	%	2ª Proposta	%
MCT	1.082.790	100,0	1.275.218	100,0	700.165	100,0	1.197.739	100,0	1.089.772	100,0
Administração	172.030	15,9	179.747	14,1	137.705	19,7	176.164	14,7	188.203	17,3
Ciência e Tecnologia	611.708	56,5	668.995	52,5	285.988	40,8	617.169	51,5	457.177	42,0
Ensino Superior	249.901	23,1	269.185	21,1	168.525	24,1	239.992	20,0	238.492	21,9
Outros Programas	49.151	4,5	157.291	12,3	107.947	15,4	164.414	13,7	205.900	18,9

FONTE: Brasil/Câmara dos Deputados (2005)

Mas isto não seria tudo, pois o andamento das principais agências de fomento para o setor de C&T neste período, necessita ser apreciado com um olhar recorrente tendo em vista o seu enfoque no financiamento de pesquisas e formação de mão-de-obra qualificada, a saber: CNPq, FINEP e CAPES. Frente aos dados elencados anteriormente pode-se projetar que o desdobramento destas agências sofreria os impactos da PCT e medidas intensificadas do governo Fernando Henrique Cardoso e, de fato foi o que ocorreu. Por meio das Séries Históricas do CNPq, vale observar o investimento em nível de bolsas e fomento à pesquisa em relação ao PIB no período de 1995-1998:

QUADRO 13
CNPq - INVESTIMENTOS REALIZADOS EM
BOLSAS E FOMENTO À PESQUISA EM RELAÇÃO
AO PIB (1) SEGUNDO REGIÃO -1995-1998

REGIÃO	INVESTIMENTO / PIB (%)			
	1995	1996	1997	1998
UF (2)				
NORTE	0,034	0,037	0,039	0,037
NORDESTE	0,057	0,051	0,051	0,045
SUDESTE	0,078	0,066	0,054	0,043
SUL	0,068	0,059	0,050	0,042
CENTRO-OESTE	0,070	0,082	0,073	0,058
TOTAL	0,077	0,066	0,056	0,045

Fonte: CNPq/SUP/COAV (dados primários obtidos do SIGEF) (D\FOMENTO\1998\9598PIB)

(1) Os PIB's Nacionais foram obtidos do Boletim do Banco Central do Brasil (1998 preliminar). Os PIB's Nacionais foram distribuídos entre as Unidades da Federação proporcionalmente aos PIB's Estaduais de 1994, obtidos da Fundação Getúlio Vargas - FGV.

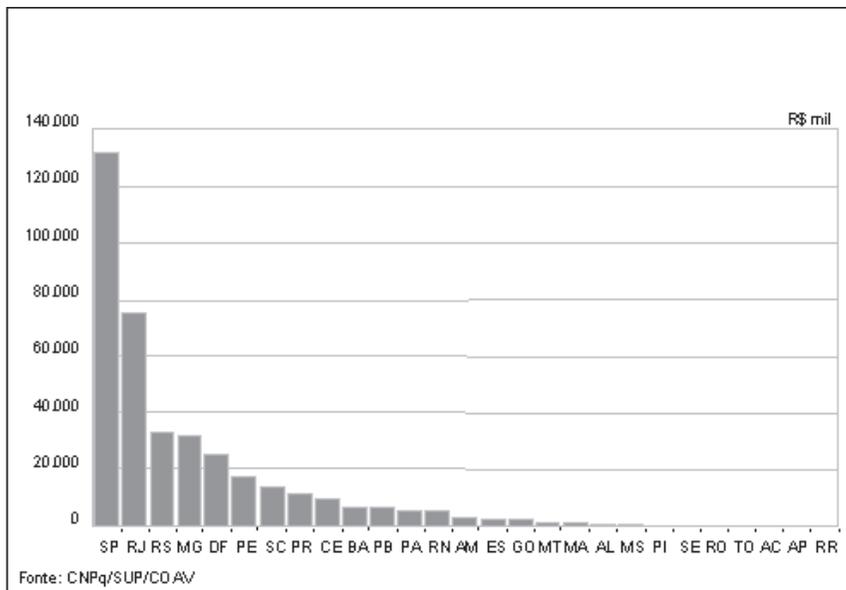
(2) Bolsas no país e fomento à pesquisa: UF de destino (exceto em 1995 no fomento à pesquisa, onde foi considerada a UF de origem). Bolsas no exterior: UF da instituição de origem e/ou vínculo no Brasil.

(3) Foram somados os investimentos do CNPq nos estados de Goiás e Tocantins, tendo em vista que o PIB destes dois estados foi informado conjuntamente.

Obs: Para efeito deste trabalho o pesquisador excetuou dados particulares das U.F, listando o conjunto, segundo regiões para constatação mais direta da evolução dos investimentos em nível de bolsas e fomento à pesquisa, orientados pelo CNPq.

Em nível de distribuição de bolsas e fomento à pesquisa por Unidade Federativa o gráfico abaixo ilustra a desigualdade entre regiões, conseqüentemente como já foi apontado, a concentração dos recursos fica na região sudeste.

GRÁFICO 5
CNPq - INVESTIMENTOS REALIZADOS EM BOLSAS
E FOMENTO À PESQUISA – DISTRIBUIÇÃO
POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO 1998



Em relação específica à porcentagem do PIB aplicada para o fomento de bolsas de estudo e pesquisa segundo unidade federativa, percebe-se um considerável decréscimo de investimentos. Isto também se repetirá quanto ao número de bolsas do CNPq e investimentos conforme modalidade de aplicação para o período, como se segue: bolsas no país, no exterior, fomento à pesquisa conforme as séries históricas do CNPq 1995-1998 disponível em www.cnpq.br/sup/fomento/tabela8.html

QUADRO 14

GRANDE ÁREA/PROGRAMA	BOLSAS NO PAÍS			
	1995	1996	1997	1998
APOIO AO AVANÇO DO CONHECIMENTO	373.632	373.254	349.335	297.930
CIÊNCIAS EXATAS, DA TERRA E ENGENHARIAS	119.898	118.665	108.359	93.030
CIÊNCIAS DA VIDA	124.295	124.167	116.398	98.275
CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS, LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	92.314	88.061	80.771	65.053
MULTIDISCIPLINAR	37.126	42.361	43.807	41.572
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	1.617	2.107	2.425	2.568
PROGRAMAS ESPECIAIS	38.532	46.935	42.262	40.173

SÉRIES HISTÓRICAS CNPq - BOLSAS DE ESTUDO E DE PESQUISA E FOMENTO À PESQUISA INVESTIMENTOS REALIZADOS SEGUNDO GRANDE ÁREA E PROGRAMA - 1995-98

GRANDE ÁREA/PROGRAMA	BOLSAS NO EXTERIOR			
	1995	1996	1997	1998
APOIO AO AVANÇO DO CONHECIMENTO	45.280	38.879	27.867	25.387
CIÊNCIAS EXATAS, DA TERRA E ENGENHARIAS	19.115	17.406	12.658	12.293
CIÊNCIAS DA VIDA	11.193	10.489	7.059	6.217
CIÊNCIAS DA SAUDE	3.221	2.914	1.883	1.451
CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS, LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	11.558	10.984	7.890	6.264
MULTIDISCIPLINAR	3.413		261	613
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	686	881	688	481
PROGRAMAS ESPECIAIS	3.268	2.185	1.248	842

GRANDE ÁREA/PROGRAMA	FOMENTO À PESQUISA			
	1995	1996	1997	1998
APOIO AO AVANÇO DO CONHECIMENTO	27.059	34.915	30.366	17.089
CIÊNCIAS EXATAS, DA TERRA E ENGENHARIAS	10.576	13.602	10.826	4.708
CIÊNCIAS DA VIDA	10.452	13.296	10.054	5.820
CIÊNCIAS DA SAUDE	2.099	3.108	2.451	1.534
CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS, LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	3.727	4.979	3.045	2.814
MULTIDISCIPLINAR	2.304	3.039	6.441	3.747
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	1.916	1.558	3.043	1.496
PROGRAMAS ESPECIAIS	8.316	13.540	19.516	12.507

A somatória das bolsas no país, no exterior e de fomento à pesquisa promovida pelo governo quanto às verbas para o CNPq, não poderia apresentar, pelo que foi registrado, outro resultado, a não ser uma queda considerável, o que denunciaria um decréscimo generalizado para o período, conforme os investimentos efetuados:

GRANDE ÁREA/PROGRAMA	FOMENTO À PESQUISA			
	1995	1996	1997	1998
APOIO AO AVANÇO DO CONHECIMENTO	445.971	447.630	415.011	340.406
CIÊNCIAS EXATAS, DA TERRA E ENGENHARIAS	149.589	149.672	131.843	110.031
CIÊNCIAS DA VIDA	145.940	147.952	133.511	110.313
CIÊNCIAS DA SAÚDE	39.176	39.283	34.705	28.527
CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS, LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	107.599	104.024	91.706	74.130
MULTIDISCIPLINAR	42.843	45.399	50.508	45.932
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	4.220	4.546	6.156	4.545
PROGRAMAS ESPECIAIS	50.115	62.659	63.026	53.522

Pinheiro (2005) aponta que os motivos para a redução dos investimentos e queda na oferta do número de bolsas, podem estar relacionados a muitos fatores, dentre eles a restrição de verbas, as exigências de não vinculação empregatícia no caso das bolsas de mestrado e doutorado ou em último caso, até mesmo o declínio da demanda. A leitura linear, não raras vezes, dificulta o conhecimento do fenômeno como um todo, porque reduz o complexo a explicações descritivas e comumente superficiais considerando, tão somente, todas as relações como objeto de mensuração e o fato social como objeto dado pelas circunstâncias e contingenciado por medidas efetuadas. Mas a análise recorrente solicita do objeto uma leitura mais afinada e em espiral, recorrendo não somente aos fatos ou dados em si, mas estes situados num contexto e este numa trajetória do homem que mobiliza a história e mobiliza-se com a história.

Nisto reside o redirecionamento da leitura que está sendo desenvolvida, não por aportes casuais ou lineares, mas condicionados e condicionando-se pela lógica do materialismo histórico-dialético, que não admite o reducionismo histórico-social. Isto significa que as causas apresentadas para o desenvolvimento desfavorável para o setor de C&T

não estão somente reunidas pelo fato inflacionário, mas substancialmente pelas medidas de uma PCT desarticulada com os distintos setores sociais e, indo além, descompassado em relação às metas da comunidade científica, da própria governança e de uma política nacional de desenvolvimento realmente compromissada com o crescimento do país.

Esta construção frasal não se centra no juízo isolado do pesquisador, muito pelo contrário, como pôde se observar até aqui, há um comprometimento sim, entretanto, ele se explicita na defesa do ideário neoliberal que cumpre fidedignamente os requisitos de privatização e abertura ao mercado internacional, com a intenção declarada de crescimento e a elevação do Brasil aos patamares das nações desenvolvidas.

Ora, isto não é absolutamente novo. Subjacente a esta orientação está na história social, a importação de modelos externos para promoção do crescimento nacional, mas o que na realidade se presenciou, nada mais, nada menos foi o cumprimento da instalação de uma rede de interesses escusos ao interesse verdadeiramente nacional. Para um governo que se apresentava como o grande arauto da deflação e como um governo projetivo em nível de investimentos em setores estratégicos e envolvido com os interesses básicos da nação, o governo FHC estava tendo um desdobramento sofrível para o Brasil como um todo e em particular para o setor de C&T, deflagrando a instabilidade e insustentabilidade, mesmo por meio de outras duas grandes agências de fomento, cujos dados serão discutidos mais adiante.

É oportuno destacar que, a comunidade científica e a sociedade civil se mobilizaram em defesa do desenvolvimento da C&T nacional, denunciando o desmazelo e abandono de investimentos para o setor. Dentre as muitas manifestações, optou-se por apresentar uma que tivesse respaldo de todos os segmentos nacionais, como se constata no Encarte 02:

ENCARTE 02

A CRISE POR QUE PASSAM AS AGENCIAS DE FOMENTO A PESQUISA NO BRASIL

Comunidade científica decide denunciar à nação e aos cientistas do mundo inteiro o desmonte da ciência hoje em curso no Brasil .O ato público em defesa da ciência no país, promovido pela SBPC, sua secretaria regional do RJ e por uma serie de sociedades científicas, reuniu esta tarde mais de 300 pessoas no auditório do antigo prédio do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), em Botafogo, no Rio de Janeiro.

Os trabalhos foram conduzidos por uma mesa composta pelo presidente da SBPC, Sérgio Ferreira, pelo secretario regional da SBPC/RJ, Adauto Araujo, pelo vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências, Ricardo Gatass, e pelo fisico Mário Novelo, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. O encontro, que começou às 15,20h e terminou às 17,30h, aprovou a elaboração de dois documentos: um Manifesto à Nação e um Manifesto aos Cientistas do mundo inteiro, relatando o processo de desmantelamento das atividades científicas brasileiras que se assiste hoje, em consequência da política econômica e financeira do governo federal.

O objetivo é revelar a amplos setores da sociedade civil brasileira, e seus representantes nos mais variados níveis, os perversos efeitos do cancelamento de programas e instituições essenciais para o desenvolvimento econômico, social e cultural de toda a população de um país atrasado e carente como o nosso. A denuncia do atual quadro brasileiro na área de C&T aos cientistas do mundo inteiro seria destinada a mostrar a outra face do presidente FHC, ex-membro da comunidade científica e acadêmica do país, cujo governo está, na opinião dos pesquisadores, destruindo as bases da ciência no Brasil. Proposta neste sentido, apresentada pelo físico José Leite Lopes, foi aprovada com aplausos prolongados. Para Leite Lopes, mais do que nunca é preciso revelar a opinião pública mundial a desintegração das Universidades e Institutos de Pesquisa efetuada por um governante que já foi pesquisador e professor universitário.

A elaboração dos documentos, aprovados em principio pelo encontro, ficou a cargo do fórum de sociedades científicas, coordenado pela SBPC. O fórum deve trabalhar com base nos vários manifestos e pronunciamentos já conhecidos e os a conhecer, visto que outras reuniões e assembléias em outras partes do país estão sendo realizadas. Os documentos devem contar os pontos em torno dos quais se verifique claro consenso. A secretaria regional da SBPC/RJ, por sua vez, continuará promovendo reuniões e encontros, tendo em vista manter mobilização permanente da comunidade científica no Rio diante das ameaças extremamente graves que pendem sobre as instituições federais de pesquisa existentes no estado.

22 de outubro/98 - No. 1126c - Noticias de C&T - Serviço da SBPC

Jornal da Ciência (JC E-Mail) - Edição Extra

O desfeto generalizado quanto à minimização e cerceamento dos recursos para C&T, não se centrava somente a partir do CNPq, pois mesmo a CAPES, cujo projeto desde sua fundação em 1951, era o de fomentar o preparo de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento da ciência e tecnologia nacionais, formando cientistas e profissionais para as áreas acadêmicas e tecnológicas e vinculando-se ao processo de consolidação do sistema de P&D, estava com o seu orçamento muito aquém do necessário. O resultado foi a diminuição de bolsas em sentido geral, como se pode observar no quadro a seguir, a partir do número total do período em nível de mestrado:

QUADRO 15
CONCESSÃO DE BOLSAS NO PAÍS, SEGUNDO GRANDE
ÁREA DO CONHECIMENTO/CAPES1995-1998 (MESTRADO)

Grande Área	1995	1996	1997	1998
Ciências Exatas e da Terra	1134	1311	1420	1288,5
Ciências Biológicas	1000	1100,5	1176	1074
Engenharias	1866	1977	2094	1943,5
Ciências da Saúde	1918	1913	2091,5	1751
Ciências Agrárias	1377	1498,5	1649,5	1581
Ciências Sociais Aplicadas	1451,5	1451,5	1498	1337,5
Ciências Humanas	2164	2237	2328	2098,5
Letras e Arte	821	842,5	887	781
Multidisciplinar	73	109	156	164
Outros	0	0	0	0
Total	11805	12440	13300	12019

FONTE: CAPES/MEC

Também a concessão de bolsas para o doutorado decresceu no período, oscilando para menos quando se aproxima do fechamento do mandato do Presidente da República, salvo em três grandes áreas, como ilustra o quadro abaixo.

QUADRO 16
CONCESSÃO DE BOLSAS NO PAÍS, SEGUNDO GRANDE ÁREA
DO CONHECIMENTO/CAPES1995-1998 (DOUTORADO)

Grande Área	1995	1996	1997	1998
Ciências Exatas e da Terra	936,5	986	989,5	918
Ciências Biológicas	826	884	930,5	931
Engenharias	1152	1154	1162	1147,5
Ciências da Saúde	945,5	1073,5	1228,5	1127
Ciências Agrárias	685,5	728,5	809	792
Ciências Sociais Aplicadas	484	547,5	583	574,5
Ciências Humanas	1106,5	1224	1350	1388,5
Letras e Arte	338	361	409	388
Multidisciplinar	21	40	47,5	56,5
Outros	0	0	0	0
Total	6495	6998,5	7509	7323

FONTE: CAPES/MEC

Tanto a CAPES quanto o CNPQ foram orientados por uma PCT que mais se preocupava em mostrar para organismos internacionais (Banco Mundial, FMI) que estava ocorrendo de fato uma contenção, do que propriamente em resolver ou em última instância minorizar a quase quebra dos investimentos em C&T. Vale lembrar que em manifestação expressa, a Associação de Pós-Graduandos da PUC do Rio fez duras críticas e denúncias, conforme se vê no Encarte 03, levantando que embora não bastasse a diminuição dos recursos para a formação de mão-de-obra qualificada por parte das agências de fomento, havia um acentuado cerceamento quanto a proibição de vínculos empregatícios de pós-graduandos. Isto também tem sido um outro ponto que ainda precisa ser melhor encaminhado e discutido em nível de academia e governo.

ENCARTE 03

POLÍTICA DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS CAPES E CNPQ

A CAPES e o CNPq vêm tomando absolutamente asfixiante a condição de ausência de vínculo empregatício para a concessão de bolsas. A regra é ela mesma discutível. Ela toma como óbvias e necessárias duas premissas:

- o valor das bolsas é suficiente para que alguém possa cursar, de dois a seis anos de sua vida, uma Pós com pleno aproveitamento e, obviamente, sobreviva com uma mínima estrutura material; sendo as disposições em contrário de responsabilidade do próprio aspirante ao curso de pós-graduação;
- se a pessoa trabalha e quer aperfeiçoar-se numa Pós-Graduação, é a ela unicamente que cabe analisar a viabilidade de fazê-lo sem aumentar sua fonte de renda, independente do valor desta renda e da função exercida.

Dada a desigualdade social do país, é claro que os valores das bolsas de estudo parecem ser mais do que razoáveis. Porém, não se pode analisar o valor das bolsas sem levar em conta o seu poder aquisitivo: não é a bolsa que é alta, a média de renda da maioria da população brasileira é que um escândalo. Fechar os olhos para esta questão só fará elitizar ainda mais a Pós-Graduação: pois apenas terão condições de cursar uma Pós-Graduação aqueles que têm prévia condição financeira para tanto.

Neste sentido, o decreto 2.370 do governo FHC, de 10 de novembro de 1997, que desvinculou o valor das bolsas de mestrado e doutorado do valor dos salários dos docentes em início de carreira, é uma aberração - contra a qual todos os pós-graduandos do país estão começando a se mobilizar.

Encaremos a questão do seguinte ponto de vista: ao absolutizar a regra que impede o vínculo empregatício, o governo simplesmente torna a Pós-Graduação, em especial o mestrado, praticamente inviável para muitas pessoas com filhos e casa para sustentar. E isto parece ser levado em consideração pelo governo, mas de cabeça para baixo.

Assim, um técnico da CAPES, em visita a um Programa, ao analisar as informações sobre os bolsistas deste Programa, teria dito: “mas este aqui está muito velho para fazer mestrado”. Diante do olhar estarecido do coordenador (o pós-graduando em questão tinha 28 anos), o técnico explicou: “mestrado é coisa para quem acabou a faculdade e ainda mora na casa dos pais”.

Esta fala esconde a total alienação com relação às trajetórias escolares do sistema de ensino no país e a necessidade (retoricamente admitida pelo próprio governo) de qualificar cada vez mais os trabalhadores de seu país.

O CNPq, em especial, não cansa de trazer novidades: ele agora praticamente responsabiliza os coordenadores dos Programas pelas informações que os pós-graduandos prestam sobre ausência ou não de vínculo empregatício. É um absurdo exigir que os Programas investiguem a veracidade das informações prestadas pelos pós-graduandos. O governo ele mesmo deveria ser competente no cruzamento dos dados a respeito daqueles que “ele” supostamente “beneficia” com uma bolsa. Ninguém nega a existência de distorções no ensino superior, incluindo a eventual atribuição de uma bolsa para quem absolutamente dela não precisaria. Ninguém é, em sã consciência, contra medidas que ajudem a evitar essas distorções. O que não se pode é, em nome da conquista a qualquer preço dos bons índices educacionais exigidos pelo Banco Mundial (sem uma melhora efetiva do sistema educacional) e do insano ajuste fiscal dos alienadores endiabrados da nação, decretar, de cima para baixo, mecanismos pretensamente moralizadores que nada mais são do que o aprofundamento da natureza excludente do sistema educacional brasileiro.

APG do Rio, Disponível em

<http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/apg/bolsas.html>. Acessado em 22/04/2005

Ainda um outro dado importante, acompanhando a redução do número de bolsas no país (em nível de mestrado e doutorado) está também acontecendo um fenômeno interessante: a redução do número de bolsistas em várias modalidades para bolsas no exterior, desde a instauração do 1º PPA de Fernando Henrique Cardoso (1996-1999) até um ano antes do término do seu segundo governo (2001), portanto, nos limites do 2º PPA:

QUADRO 17
BOLSAS NO EXTERIOR – EVOLUÇÃO DO
NÚMERO DE BOLSISTAS: 1996-2001

Ano	Total	Doutorado Pleno	Doutorado Sanduíche	Especialização	Graduação Sanduíche	Mestrado	Pós-Doutorado
1996	1.279	943	154	19	-	48	115
1997	1.456	955	235	52	-	37	177
1998	1.501	945	252	73	79	18	134
1999	1.553	848	275	71	223	8	128
2000	1.518	761	309	46	262	11	129
2001	1.503	708	356	28	195	19	197

FONTE: CAPES/MEC

Por paradoxal que possa parecer, a despeito da diminuição de bolsas e financiamento para a pesquisa dos principais órgãos de fomento, a evolução do número de cursos de pós-graduação no país, que já vinha acontecendo de forma comedida, acentuou-se consideravelmente, motivada principalmente pela política de expansão educacional promovida pelo Ministério da Educação, cujo ministro nos dois mandatos de Fernando Henrique era o economista Paulo Renato de Souza. Faz-se oportuno acentuar que este foi o período em que as instituições privadas foram muito beneficiadas com as facilidades legais para aberturas de novos estabelecimentos, novos cursos graduação e credenciamento de inúmeros programas de pós-graduação. A seguir os quadros abaixo apresentam dados que confirmam explicitamente as afirmações efetuadas:

QUADRO 18
PORCENTAGEM DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR NO PAÍS DE 1994-2003

IES	1994	1998	2002	2003
PÚBLICAS	25,6	21,5	11,9	11,1
PRIVADAS	74,4	78,5	88,5	88,9

FONTE: INEP (2005)

Por outro lado, especificamente o número de oferta de cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, deu-se com maior ênfase na dimensão governamental reunindo as esferas Estadual, Federal e em menor número a Municipal, mas proporcionalmente a iniciativa privada não estava aquém do crescimento, pelo contrário, como se constatará na evolução dos cursos de pós-graduação por dependência administrativa no quadro mais adiante.

O que contribuiu expressivamente para este aumento do número de cursos de pós-graduação longe, como se contactou, dos investimentos que não estavam sendo efetuados pelo governo, foi justamente a abertura para o crescimento (ainda maior) do setor privado, justaposto à exigência do número mínimo de mestres no quadro do magistério superior, isto gerou a solicitação de abertura de novos cursos, principalmente da parte governamental, uma vez que detinha o maior número de instituições para este fim. Consolidou-se, portanto, um crescimento muito mais com concentração na relação consequência-implicação do que propriamente numa ação planejada e em conformidade com o desdobramento das verbas específicas para o setor, observe:

QUADRO 19
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

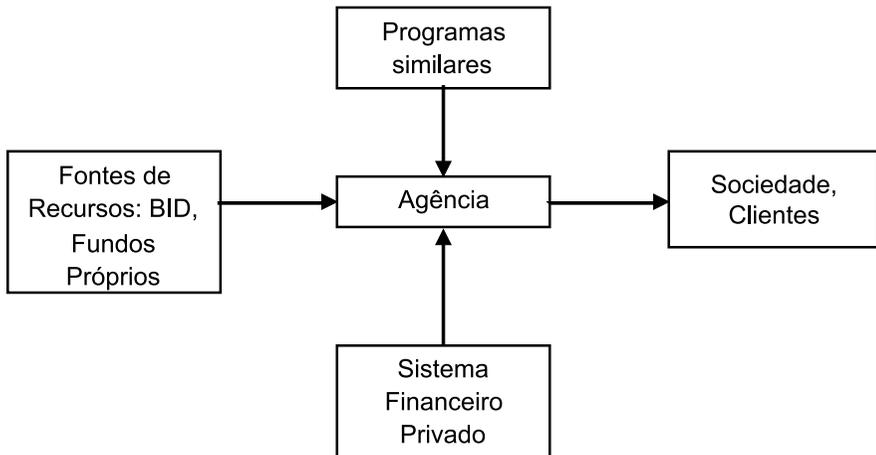
Ano	Particular		Estadual		Federal		Municipal		Total
	M	D	M	D	M	D	M	D	
1987	79	33	279	193	503	159	0	0	1246
1988	83	37	290	202	562	163	0	0	1337
1989	89	42	302	215	545	173	0	0	1366
1990	94	44	310	221	547	184	0	0	1400
1991	95	45	323	228	563	199	0	0	1453
1992	90	46	333	234	595	222	0	0	1520
1993	97	47	338	246	604	231	0	0	1563
1994	110	54	364	267	645	273	0	0	1713
1995	112	54	364	274	682	288	0	0	1775
1996	102	52	382	283	702	294	0	0	1815
1997	115	55	396	287	738	316	0	0	1907
1998	121	60	400	293	770	342	0	0	1986
1999	148	65	426	309	811	377	3	1	2140
2000	174	69	441	323	835	428	3	1	2274

FONTE: CAPES (2005)

A terceira importante agência de fomento que foi citada é a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). Esta agência tem como principal meta proporcionar crédito à pesquisa e ao desenvolvimento de projetos tecnológicos, quer de pesquisa básica e/ou aplicada, junto às empresas públicas e/ou privadas, portanto o seu papel é o de financiar o setor de P&D nacional, proporcionando além das novas descobertas e inovações, maior competitividade e projeção da empresa nacional.

Para atendimento da demanda por financiamento esta agência utiliza recursos próprios, de organizações financeiras externas (aqui se incluem as internacionais) e do governo federal, centrando seu posicionamento e missão no atendimento à sociedade e clientes conforme figura elaborada por Souza (2002, p.42).

FIGURA 3
O POSICIONAMENTO E A MISSÃO DA FINEP



Por meio de projetos patrocinados pela FINEP, dentre as outras agências, pretendia-se que a vinculação universidade-empresa se desse de maneira mais acentuada, aumentando a participação da iniciativa privada nos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, mesmo porque grande parte dos financiamentos que a FINEP patrocinava eram sem retorno.

O retorno representava quase 30% de sua receita total, portanto, o restante estava comprometido com a distribuição ao fomento dos projetos, onerando muito a máquina administrativa, mesmo porque até então o sistema de avaliação dos investimentos não tinha uma sistematização bem pontuada para evitar distorções.

QUADRO 20
EXECUÇÃO FINANCEIRA ANUAL POR FONTE E
APLICAÇÃO DE RECURSOS 1995-1997

Execução Financeira por Fonte de Recursos 1995-1997

Em R\$ 1.000, 00 médios de 1997

FONTES	1995	1996	1997
1. Tesouro - Dotação	24.397	59.036	97.730
2. Tesouro – Destaques	0	0	6.708
3. Empréstimos/Financiamentos	127.036	87.703	241.211
3.1. Internas	126.836	35.940	184.020
3.2. Externas (3)	200	51.763	57.191
4. Outras	136.958	169.020	210.149
4.1. Direta/Arrecadada	9.458	0	194.059
4.2. Retornos de Financiamentos	103.016	163.887	0
4.3. Diversas (4)	24.484	5.133	16.090
TOTAL	288.391	315.759	555.798

B) Execução Financeira por Aplicação de Recursos 1995-1997

Em R\$ 1.000, 00 médios de 1997

DISPÊNDIOS	1995	1996	1997
5. Pessoal e Encargos	33.533	32.938	34.454
6. Outros Custeios de Capital	234.003	262.106	475.863
7. Bolsas	0	0	0
8. Serviço da Dívida	20.855	20.715	45.481
TOTAL	288.391	315.759	555.798

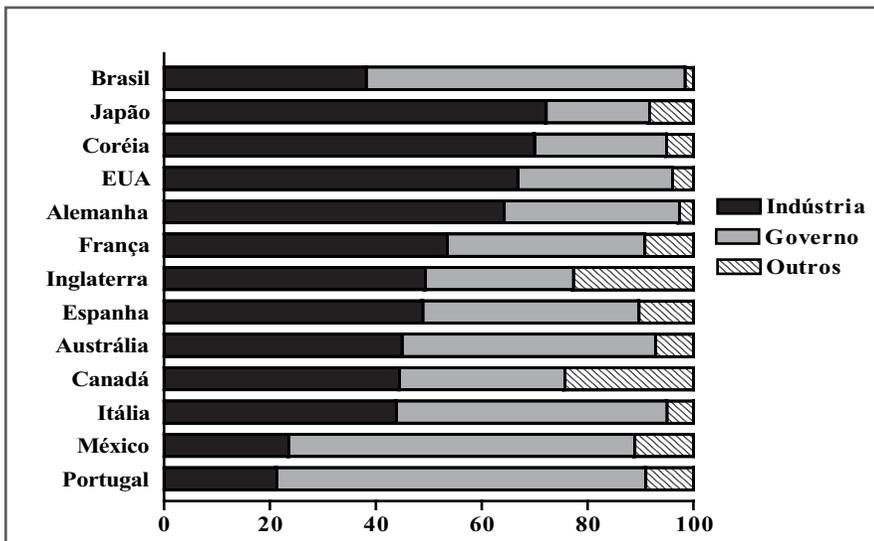
FONTE: MCT (2005)

Um dos principais recursos federais para a FINEP estava centrado no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) que, por ocasião da política de contenção e prioridades do governo Fernando Henrique Cardoso, tem também suas verbas reduzidas.

O curioso é que, embora houvesse toda uma articulação por levar a iniciativa privada a participar substancialmente dos financiamentos para P&D, a verdade era que o governo era o promotor central do setor, com participação reduzida de outros segmentos, ainda que por um lado, desenvolvia o papel de banco de desenvolvimento, quando direcionava verbas

para instituições sem fins lucrativos e isto a fundo perdido, isto é, não reembolsáveis, e por outro, como agência de fomento que estabelecia que houvesse retorno dos financiamentos. A busca efetiva por mecanismos que fizessem esta agência em específico por buscar mecanismos de auto-sustentação aconteceu em pequena escala, resultando no seguinte cenário:

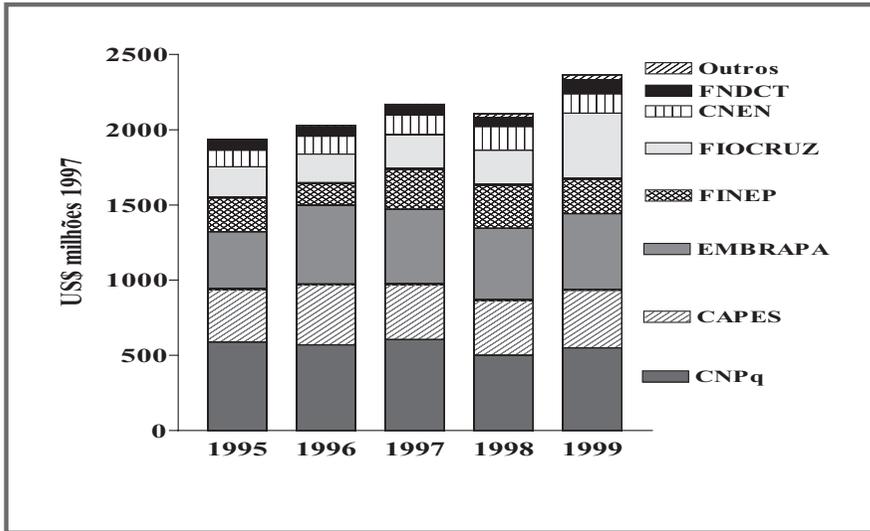
GRÁFICO 6
INVESTIMENTOS EM P&D PARA UMA SELEÇÃO
DE PAÍSES (1999) E BRASIL (2000)



FONTE: Machado (2005)

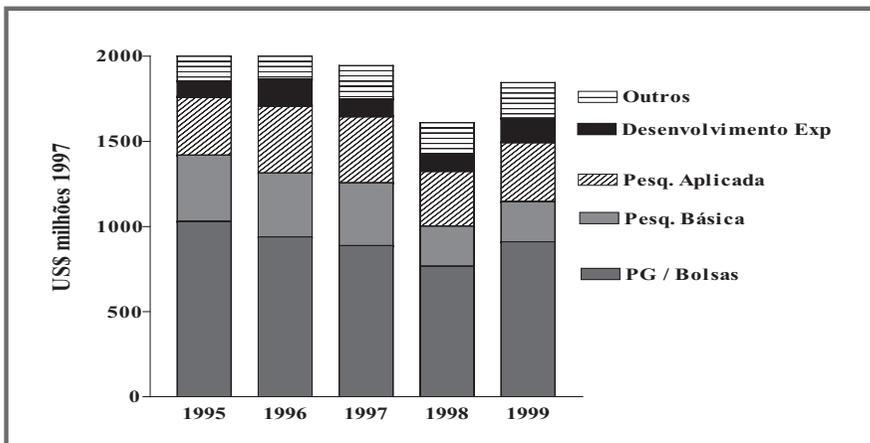
É oportuno ressaltar que o gráfico acima aponta a projeção do país em nível de P&D já na segunda gestão do governo Fernando Henrique, ainda assim o grau de participação das indústrias se mostrava à margem do que o governo se propunha desde sua primeira gestão. Tudo isso será reflexo da ausência de operacionalização da própria proposta governamental de articulação e inversões das empresas para este setor. Desta forma, os investimentos federais para P&D entre 1995 e 1999, considerando as unidades orçamentárias e os subprogramas estavam dispostos nos seguintes gráficos:

GRÁFICO 7
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS



FONTE: Orçamento Geral da União (2005)

GRÁFICO 8
SUBPROGRAMAS



FONTE: Orçamento Geral da União (2005)

Mediante o projeto de estabilização da economia Sallum Jr. (2004) caracteriza o governo de Fernando Henrique Cardoso como *liberal-desenvolvimentista*, uma vez que, à medida que se discursava sobre a retomada do crescimento nacional, os pressupostos neoliberais eram operacionalizados a partir das seguintes medidas:

- a) manutenção do câmbio sobrevalorizado frente ao dólar e outras moedas, de forma a estabilizar os preços internos e pressioná-los para baixo pelo estímulo à concorrência derivada do barateamento das importações;
- b) preservação, esse possível, ampliação da “abertura comercial” para reforçar o papel do câmbio apreciado na redução dos preços das importações;
- c) o barateamento das divisas e a abertura comercial permitiriam a renovação rápida do parque industrial instalado e maior competitividade nas exportações;
- d) política de juros altos, tanto para atrair capital estrangeiro, que mantivesse um bom nível de reservas cambiais e financiasse o déficit na transação do Brasil com o exterior, como para reduzir o nível da atividade econômica interna, evitando assim que o crescimento das importações provocasse maior desequilíbrio nas contas externas;
- e) realização de um ajuste fiscal progressivo, de médio prazo, baseado na recuperação da carga tributária, no controle progressivo de gastos públicos e em reformas estruturais (previdência, administrativa e tributária) que equilibrassem “em definitivo” as contas públicas;
- f) não oferecer estímulos diretos às atividades econômicas específicas, o que significa condenar as políticas industriais setoriais e, quando muito, permitir estímulos horizontais à atividade econômica – exportações, pequenas empresas etc., devendo o Estado concentrar-se na preservação da concorrência, através da regulação e fiscalização das atividades produtivas, principalmente dos serviços públicos (mas não estatais).

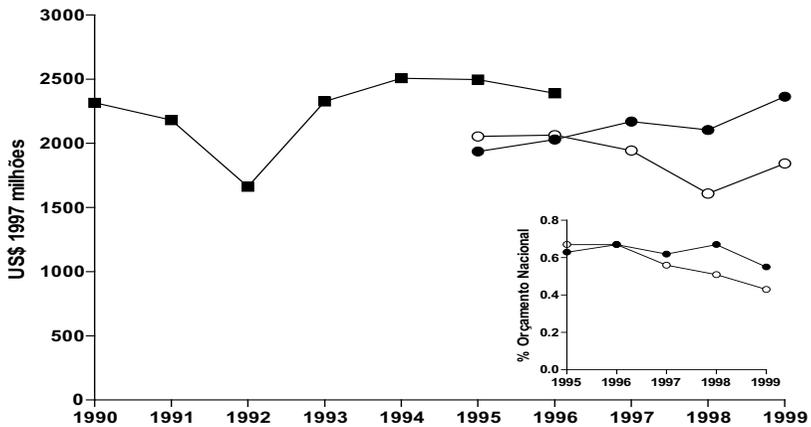
Neste sentido a orientação do governo FHC, de forma muito pontual na sua primeira gestão favoreceu muito mais o desenvolvimento do capital estrangeiro do que propriamente colocar a empresa privada nacional como foco privilegiado, motivo pelo qual esta não aderiu às solicitações governamentais por maior participação nos investimentos em P&D, observando-se que:

O governo FHC fez, no entanto, mais do que “equalizar” as condições entre empresas estrangeiras e nacionais. A política de estabilização (juros altos/câmbio apreciado) por si só desvalorizou as empresas locais porque contribuiu para descapitalizá-las e favoreceu as empresas multinacionais, na medida em que dispõem de alternativas de financiamento fora do Brasil, além de outras vantagens que o tamanho e presença em vários mercados lhes dá. Além disso, o Estado (nos níveis federal e estadual) procurou atrair sistematicamente empresas multinacionais para dois setores-chaves da indústria, o automotivo e o de telecomunicações, não só modulando a legislação tributária e o sistema de financiamento mas também através de “convites” e outras iniciativas destinadas a “vender” o Brasil como destino prioritário de investimentos para o capital estrangeiro. Este conjunto de incentivos implícitos e explícitos certamente contribuiu para o substancial aumento verificado na participação nos principais mercados das empresas de capital estrangeiro *vis-à-vis* às de capital nacional. (Sallum Jr., 2004)

Convém lembrar que tal priorização vai refletir na instabilidade dos índices de investimentos federais para o setor de Pesquisa e Desenvolvimento e de forma geral, uma vez que isto não se prendia a uma única agência de fomento, conforme se constata no gráfico abaixo:

GRÁFICO 9

INVESTIMENTO FEDERAL EM P&D: A DÉCADA DE 90

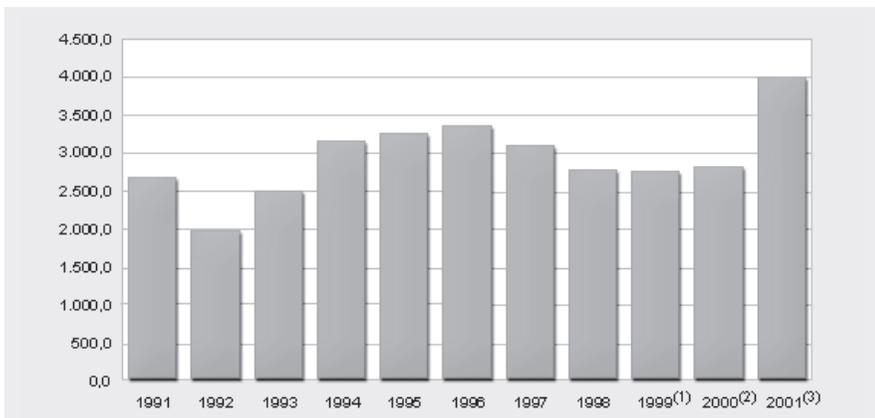


FONTE: P&D segundo CNPq (■); Unidades Orçamentárias (●) e Subprogramas (○) segundo o Orçamento Geral da União. In Machado (2005)

O próprio MCT descreve a queda de investimento para o período, conforme o gráfico abaixo, atentando-se para o intervalo ente 1995-1998 e apontando para o seu crescimento a partir da segunda gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso:

GRÁFICO 10

RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL APLICADOS EM C&T



FONTE: MCT (2005)

Frente ao observado no período, ainda cabe ressaltar que a instabilidade do discurso de Fernando Henrique Cardoso ao longo do tempo vai tomando proporções diferenciadas à medida que vai ocupando mandatos e cargos públicos, havendo de sua parte, um maior comprometimento com agentes financeiros internacionais, em especial no alargamento dos laços com os EUA e demais países que se orientavam pela lógica neoliberal. No que tange ao setor de C&T em específico, vale revisitar um de suas falas num Seminário na Unicamp no ano de 1977, que consta em Severo & Gomes (1978):

Não acredito que, no caso de países subdesenvolvidos como o nosso, o encaminhamento adequado das questões de capacitação científica possam ser pensados em termos restritivos que levem a imaginar que a criação de “centros de excelência” resolva a questão tecnológica.

O interessante é que logo na primeira gestão, no mesmo ano que o seu primeiro PPA estava sendo desenvolvido, foi criado o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), tendo como meta apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico por meio do fomento à pesquisa nas grandes áreas do conhecimento e depois em 1998 fora criado o Programa “Institutos do Milênio”, criado pelo MCT em convênio com o CNPq e gerenciado pelo Grupo Consultivo de Ciência e Tecnologia do PADCT III. Este programa tinha como objetivo principal aumentar a competência da científica brasileira em áreas relevantes de C&T por meio de apoio e capacitação de Centros de Pesquisa e laboratórios de alta qualidade científica e/ou atuantes em áreas estratégicas reunidos em dois grupos: 1) Institutos com excepcional nível científico e tecnológico e, 2) Institutos que atuam em áreas estratégicas (Ciências do Mar, Ciências do Amazonas, Ciências do Semi-Árido).

Alem disso, era previsto a desconcentração dos pólos científicos para benefício das regiões brasileiras com menor desenvolvimento científico. É claro que, numa perspectiva dinâmica do movimento histórico o homem está sujeito a mudar. Entretanto, quando se parte do pressuposto de que determinado grupo ou pessoa se autodenomina como defensores de um ideário comum, como no caso de FHC que se dizia social-democrata, a lógica aponta para manutenção dos valores que eles tornaram sua plataforma.

Em se tratando especificamente do governo FHC, além de reorientar seus dizeres e implementar programas que inicialmente dizia que não iriam resolver a questão tecnológica no país e que ele mesmo dizia “não acreditar”, os investimentos para estes programas ficaram comprometidos, ao ponto de se denunciar que por exemplo, o Pronex era um programa esquecido pelo governo, uma vez que as verbas para o desdobramento, além de rareadas estavam quase ausentes. Logo no início da segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso como Presidente do Brasil, o então empossado Ministro da Ciência e Tecnologia Luis Carlos Bresser Pereira se antecipou afirmando que as verbas destinadas para o Pronex seriam reativadas. Apesar do explicitado reconhecimento do esforço do Ministro Bresser, Dilson Cardoso à época fazia a denúncia constante do Encarte 05:

ENCARTE 05

PRONEX É EXEMPLO DE PROJETO ESQUECIDO PELO MCT, DIZ DILSON CARDOSO

Certamente os colegas estão acompanhando os esforços que o ministro de C&T está fazendo para que as Agências das diversas áreas, além do Petróleo (CetPetro), possam entrar em funcionamento o mais breve possível. Esse esforço tem sido bastante elogiado por boa parte da comunidade científica brasileira. No entanto, alguns pesquisadores estão se considerando órfãos perante esta situação, pois o MCT tem vários compromissos bem mais antigos com a comunidade que ainda estão pendentes, mas dos quais não se fala mais nada: é o caso dos projetos do Pronex (Programa Nacional dos Núcleos de Excelência). Na época em que o Pronex foi lançado, em 95, foram feitos tantos esforços e tanta propaganda na imprensa como estão sendo feitos agora com as novas Agências. O presidente da República declarou na época que os recursos para o Pronex já estavam assegurados, pois viriam de parte das privatizações. A comunidade científica brasileira, como ocorreu recentemente com os projetos da Agência de Petróleo, debruçou-se arduamente na confecção de seus projetos, e as agências de fomento realizaram seriamente um longo processo de análise dos mesmos. Qual é a situação atual do Pronex? Os projetos que foram contratados em 96 e 97 (Pronex 1 e 2) ainda não receberam parte dos recursos previstos para liberação no ano retrasado (depois postergados para o ano passado) e, obviamente, nenhum recurso previsto para ano 2000. Os 46 projetos aprovados em 98 (Pronex 3) estão em situação pior ainda: o desembolso deveria ter começado em janeiro de 99, foi postergado para o ano 2000 e até agora, passado mais de 1 ano e meio de suas aprovações, os contratos sequer foram assinados pelo MCT.

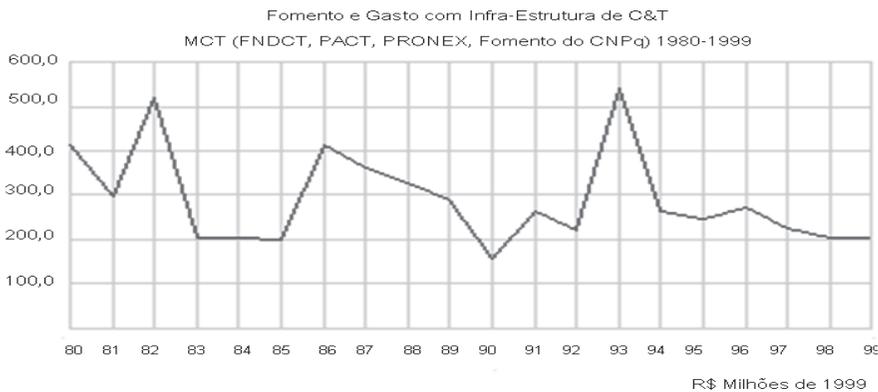
Boletim Eletrônico da SBQ N° 181

Disponível em <http://www.iocd.sbq.org.br/publicacoes/boletim2/bienio2/boletim181.htm#9>

Indubitavelmente a palavra que mais se adequa quanto ao financiamento para o setor de Ciência e Tecnologia na primeira gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso é instabilidade: no número de bolsas, no fomento à pesquisa, no apoio à programas como Pronex e Institutos do Milênio e minimização de verbas para as principais agências de fomento do Brasil. Ao término deste primeiro momento de governo a evolução dos investimentos era esta:

GRÁFICO 11

A INSTABILIDADE DE FOMENTO À PESQUISA



FONTE: Brandão (2005)

2.1.4. Para compreender o quadro da C&T na primeira gestão FHC

O quadro de investimentos decrescentes em C&T no período de 1995-1998 era somente uma das facetas da totalidade deficitária da política econômica de FHC, que vinha se pautando por uma política econômica de abertura ao capital estrangeiro, valorizando-se a moeda (real) até quase R\$ 0,80 por dólar, aumentando a renda das classes menos favorecidas inicialmente e promovendo o controle inflacionário (desde o lançamento do Plano Real até março de 1995).

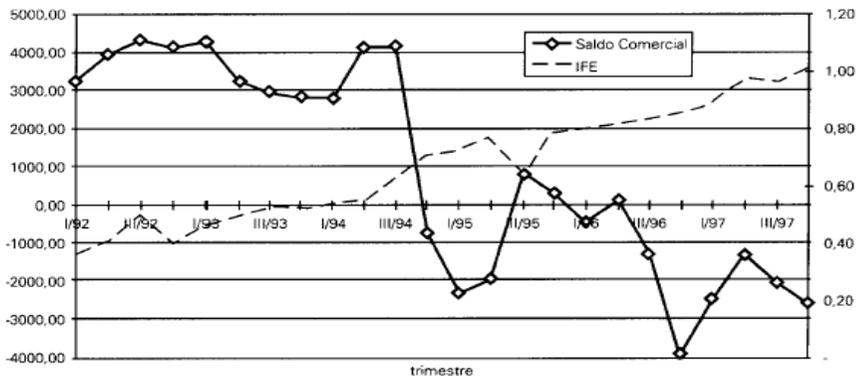
Uma vez empossado o grande desafio para Fernando Henrique Cardoso era controlar a projeção inflacionária que se manifestava materialmente desde o final do governo Itamar, e isto em face da sinalização dos riscos de uma política econômica neoliberal apontada pela crise mexi-

cana de 1994. No caso brasileiro, as importações (mesmo de tecnologias) se mostravam mais vantajosas que a sua produção no setor industrial, dada a necessidade de importação de matéria-prima, equipamentos e produtos no exterior.

O caminho tomando pelo governo FHC foi o encaminhamento de medidas compensatórias que pudessem reverter a situação que se apontava como bola de neve, dentre elas estavam: a desvalorização nominal e real do câmbio, políticas de empréstimos via BNDES, programas de estímulo à produção e exportação de produtos, isenção de impostos para produtos agrícolas, etc.

A despeito das medidas tomadas, em nível internacional também havia uma instauração de crises econômicas, como a já citada Mexicana em 1994, a crise asiática de 1997, a moratória Russa de 1998. O governo Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, encampado pelas premissas neoliberais não estará isento dos frutos gerados pela política de privatização e abertura escancarada ao mercado externo com a elevação das taxas de juros e a manutenção da estabilidade da moeda, o que de fato era contraditório, frente a uma realidade abstrata que, de fato, aumentava o Índice de Fragilidade Financeira Externa e diminuindo o Saldo da Balança Comercial, como se observa no gráfico a seguir:

GRAFICO 12
FRAGILIDADE FINANCEIRA EXTERNA E SALDO
DA BALANÇA COMERCIAL 1992-1997



FONTE: De Paula & Alves Jr. (1999, p.81)

O grau de fragilidade financeira externa, aqui entendido como a dimensão de vulnerabilidade de uma economia em relação às mudanças nas condições de financiamento ao desenvolvimento da economia nacional, via alterações nas taxas de juros externas ou ainda nas taxas de câmbio. De Paula & Alves Jr. (1999, p.85) observaram que:

(...) a evolução do índice de fragilidade externa, durante os três anos e meio do Plano Real, sugere que não tem havido mudanças significativas nas tendências das variáveis relativas às contas externas de forma a inverter o crescimento do índice.

O grau de vulnerabilidade financeira externa atrelado à condução da política econômica neoliberal de FHC cerceou consideravelmente os investimentos em áreas consideradas como prioritárias por este próprio governo e explicitadas no seu PPA (1996-1999), dentre as quais se achava o setor de C&T, que a despeito desta instabilidade generalizada e por conta da projeção de acadêmicos e cientistas sobreviveu à duras penas, alcançando um grau de produção considerável frente ao descaso e quase deserção de investimentos e perspectivas para o setor.

É certo que a utilização de termos específicos para caracterizar períodos, governos, pessoas ou ideários como afiliados ou não dos mesmos, solicita o cuidado da leitura que se faz do objeto em relação à dimensão concreta em que tais pressupostos conceituais se operacionalizam.

Neste sentido, a utilização do termo neoliberal para o governo Fernando Henrique Cardoso não é desenhada sobre uma projeção sem critério, de forma desdenhosa e como fruto do modismo acadêmico; muito pelo contrário, à medida que ocorre o desenvolvimento de seu governo, embora o discurso de FHC se paute por uma autodenominação social-democrata, percebe-se efetivamente que as planificações, os projetos aplicados, as políticas estabelecidas, as orientações que o governo assume como plataforma basilar circunscrevem-se na dimensão neoliberal.

Portanto, o direcionamento e aplicação conceitual que exprimirá o desenvolvimento do governo FHC em suas duas gestões (1995-2002), indubitavelmente será o neoliberalismo. Veja-se por exemplo os pontos

debatidos no Consenso de Washington¹¹ em 1989, onde um grupo de economistas apontava os “melhores caminhos” para o equilíbrio e desenvolvimento econômico dos países da América Latina (pontos estes defendidos e aplicados pelo governo FHC a um custo muito alto para a população brasileira), que foram reunidos em número de dez pontos:

1. ajuste fiscal;
2. redução do tamanho do Estado (redefinição do seu papel; menor intervenção na economia);
3. privatização;
4. abertura comercial;
5. fim das restrições ao capital externo;
6. abertura financeira;
7. desregulamentação (redução das regras governamentais para o funcionamento da economia);
8. reestruturação do sistema previdenciário;
9. investimentos em infra-estrutura básica;
10. fiscalização dos gastos públicos e fim das obras faraônicas

É claro que ao se observar a delimitação destes pontos e ao se revistar as propostas de desenvolvimento para o país na primeira gestão do governo Fernando Henrique Cardoso, constatar-se-á que há uma incisiva contemplação dos mesmos em nível de formulação de políticas. É claro que nem todos operacionalizados, uma vez que, a lógica do capitalismo global e a realidade histórica da economia brasileira com seu acentuado grau de vulnerabilidade não se associavam como previsto pelo governo. É sabido que os pressupostos que orientaram tal Consenso, de forma escancarada, seguiram regulamentações e norteamientos de Agências Financeiras Internacionais pautadas pelo interesse neoliberal do capitalismo

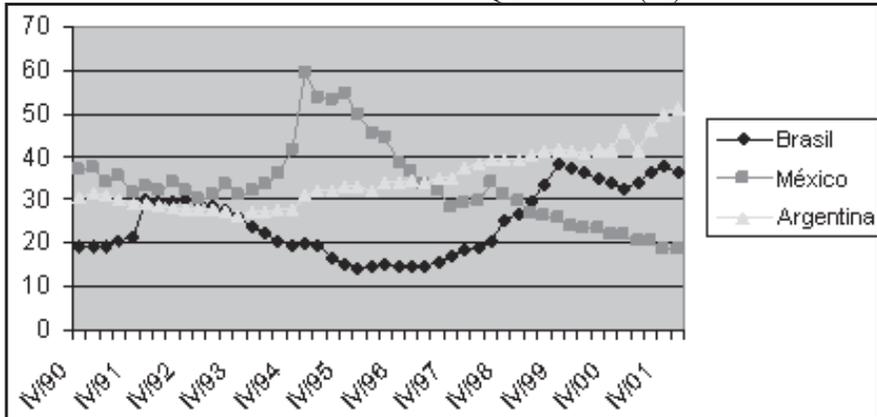
11 O Consenso de Washington aconteceu em 1989, ano em que mudanças econômicas e políticas estavam acontecendo no mundo, dentre elas a queda do muro de Berlim e a abertura ao capitalismo das repúblicas soviéticas. Neste ano, reuniram-se integrantes do Instituto de Economia Internacional de Washington, do Banco Mundial, do Banco Internacional de Desenvolvimento e do Fundo Monetário Internacional e também representantes dos EUA, países da América Latina, Central e Caribe para discutir encaminhamentos quanto à perspectiva de desenvolvimento econômico dos países periféricos, tomando-se como referencial os da América Latina.

globalizado. Ora, tanto no governo de Fernando Collor de Melo, quanto no governo de Fernando Henrique Cardoso, em menor ou maior grau estas premissas serão a pedra angular das orientações e implementações políticas. Acerca disto Antunes (2004, p.38-40) enfatiza que o governo FHC logrou maiores resultados dado o seu posicionamento deliberado quanto à adesão do referido ideário, desta forma:

(...) quanto mais se desestruturava e se fragilizava internamente o país, mais ele se tornava dependente do cassino financeiro internacional. FHC foi *servil* para os de fora e truculento para os *de baixo*, aqui *de dentro*... Mas os quatro primeiros anos se passaram. Período em que para a insuspeita revista inglesa *The Economist*, é comparável à Era Thatcher. Aqui, ainda segundo a publicação, FHC realizou em quatro anos quase o mesmo que a *dama de ferro* levou doze para fazer.

O Consenso de Washington promovia e apoiava também planos de reestruturação da dívida externa desde que comprometidos com a liberdade para o comércio e , ampla e a aceitação de políticas neoliberais. Esse caminho o Brasil no governo FHC não terá qualquer problema para se enquadrar. Obviamente os frutos deste posicionamento seriam sentidos na economia brasileira como um todo, contribuindo para a ascensão da dívida externa líquida do país, com pode ser observado no gráfico abaixo:

GRÁFICO 13
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB (%)



FONTE: Boletim do BACEN do Brasil, Estúdio Econômico da CEPAL e Financial Statistics do FMI (2005)

O postulado neoliberal de que a causa do fracasso dos países periféricos, em relação ao desenvolvimento econômico, está centrada na resistência e não integração ao mercado internacional é, no mínimo equivocada, principalmente quando se analisa o caso da economia argentina que se pautou pelas orientações do Consenso de Washington e nem por isso deixou de sofrer a mais acentuada crise no governo de Carlos Menem, na crise do México ou mesmo no caso brasileiro nas gestões de FHC que defendeu em sua plenitude e materializou algumas de suas premissas. Há no mundo capitalista uma defesa ideológica propagada pelo ideário neoliberal patamarizada no movimento da globalização, cuja tônica principal é a abertura de mercados para maiores projeções e alcance do capital.

Tal defesa, é sabido, tem um caráter velado, guiado unicamente pela orientação do capitalismo selvagem mas, que se exterioriza por meio de subterfúgios que garantam ou possam abrir caminhos à aquisição do espaço necessário para o arraigamento de suas bases materiais.

Entre o dito e o não dito no processo de globalização capitalista existe uma dualidade que se operacionaliza, por um lado, na dimensão explícita, amplamente veiculada através dos meios de comunicação, centrando a melhoria das condições de vida da humanidade como objeto

primordial da emancipação do homem como sujeito no mundo e como sujeito que cuida adequadamente deste mundo por meio de ações que transponham barreiras individualistas das nações, encampando nesta direção os interesses da cidadania humana.

Por outro lado, há uma intencionalidade na ratificação da dimensão implícita da globalização que estende seus propósitos de forma transversal aos países em desenvolvimento por meio de empréstimos e projetos de assessoria, que em última instância impõe contrapartidas delineadas para o crescimento econômico do país que solicita o empréstimo e/ou financiamento de projetos.

Exemplo bem oportuno sobre este enfoque, aconteceu na inauguração do governo Fernando Henrique Cardoso na I Conferência Anual do Banco Mundial sobre Desenvolvimento da América Latina e Caribe entre 12 e 13 de junho de 1995, onde o posicionamento do BM se orientava por investimentos em áreas sociais dos países em desenvolvimento, na projeção de parcerias com Organizações Não-Governamentais (ONGs) e demais instituições sociais direcionadas para o mesmo propósito. As questões: a) que tipo de homem se quer formar ? b) para quê sociedade ? tipicamente objeto do projeto de desenvolvimento nacional de um país, assumem uma acentuada relevância para organismos internacionais que são guiados pela lógica do ideário neoliberal, como por exemplo o Banco Mundial, que trabalham pela promoção de uma educação de um homem novo, um homem emancipado, um homem livre, um homem que adere aos preceitos da lógica do mercado e que entenda o mundo como espaço natural de igualdade e de oportunidades.

É óbvio que o receituário outorgado ratifica a preparação deste homem, por meio das interferências nas políticas educacionais dos países em desenvolvimento, como denuncia Marcos Arruda (2000, p.58) sobre a referida Conferência:

A Conferência teve dois focos. Um foi a prioridade da educação básica e o outro foi a crise do México. O Banco apresentou a educação básica como um motor do desenvolvimento. Ao mesmo tempo criticou “a excessiva rigidez dos mercados de trabalho” do México e sugeriu que a educação, sobretudo a educação básica,

é a chave para o desenvolvimento sustentável das taxas de crescimento econômico, para a superação das desigualdades e para a obtenção de um ambiente político estável. Uma parte da Conferência foi dedicada a examinar as correlações entre os baixos índices de escolarização e a pobreza, a desigualdade e o baixo índice de democracia. E a conclusão do Banco foi a de que as “insuficiências do capital humano” são o mais importante fator destes males e que o “choque educativo” que propõe seria “o principal superador dos desequilíbrios dinâmicos e acelerador do crescimento econômico com igualdade e democracia”.

Há que se ressaltar que a passagem acima é desveladora do propósito deste organismo, dentre outros, o de preparar o mercado para a aceitação do domínio cada vez mais massivo do capital em detrimento da necessária e verdadeira emancipação do homem. É interessante que estas, como outras medidas propostas pelo empresariado e organismos internacionais, foram fielmente incorporadas na gestão de Fernando Henrique Cardoso, agudizando a crise econômica e social do país e escancarando o mercado interno para a especulação e exploração externas, ao custo das contrapartidas e compromissos internacionais.

Sem dúvida alguma a C&T nacional não ficaria isenta deste quadro crítico de não-priorização. Sem dúvida alguma o itinerário decrescente dos investimentos, ano após ano na primeira gestão do governo FHC, afetaria um melhor desempenho para o setor, inclusive do aumento de participação da iniciativa privada para P&D, uma vez que embora se destacasse um discurso que fosse além do desenvolvimentismo varguista e que o superasse, o que se constatou foi um discurso populista atrelado aos interesses econômicos neoliberais delineados por organismos de financiamentos internacionais.

Até aqui se percebe que o discurso de priorização e promoção do setor de C&T e sua respectiva operacionalização na primeira gestão do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) não foram, de fato, convergentes com a solicitação da necessidade do país.

Então não existem neste período, elementos que se materializem em dados comprobatórios de que o crescimento da produção científica

brasileira e mesmo a formação numerosa de mestres e doutores, tenham se dado mediante a ênfase governamental para o setor. Isto é no mínimo ingênuo, como foi comprovado “*pari passu*” por meio do desdobramento e estudo de dados econômicos nacionais neste trabalho. O que de fato se notou foi um dismantelamento de um novelo, sob a projeção de um novo arranjo do mesmo; mas que concretamente não passou da materialização do ideário amplamente neoliberal.

Considerações Finais

“À medida que o homem descobre-se como homem historicamente situado que lança mão de sua autoprodução para entender o próprio homem e das relações estabelecidas por várias vias, consensualizadas ou não, vai descobrindo também e concomitantemente o seu mundo: questionando-o, relacionando-o e problematizando-o. Desta forma, mobiliza a história e mobiliza-se com a história inferindo diretamente no processo conceitual e material das descobertas que elabora e operacionaliza, conseqüentemente, há uma dinamicidade constante na construção do conceito científico na dimensão têmico-espacial.” (LIMA, 2009, p.159)

Os dados explicitados pelo MEC/CAPES referentes ao desenvolvimento da C&T no Brasil no governo de Fernando Henrique Cardoso, relatam que entre 1994 e 2000 o número de alunos titulados com mestrado e doutorado cresceu de 9,6 mil para 24 mil, um aumento de 150% no período e o volume da produção científica registrou a marca de 1,4 do volume total da produção internacional. Neste mesmo sentido foi apontado que para os dispêndios com P&D também houve maior empenho da iniciativa privada e investimentos significativos na esfera governamental, registrando-se 23% pelos Governos Estaduais, 39% pelo Governo Federal e 38% pelo Setor Empresarial.

De forma linear e não contextualizada o governo do período justificou o crescimento na gestão de C&T e também de P&D por causa da criação dos 14 Fundos Setoriais de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, reunindo fontes estáveis de financiamento e um novo modelo de gerenciamento que compreendia quatro pontos principais: a) gestão compartilhada e transparente, b) estabilidade das fontes de financiamento, c) incentivo a inovação tecnológica e d) desconcentração regional.

Paralelamente a isso, por paradoxal que possa parecer, pois este sucesso deveria estar encampado pelo geração de empregos diretos e indiretos na iniciativa pública e privada, o índice da taxa de desemprego aberto alcançou picos consideráveis na primeira gestão e na segunda não houve como baixá-lo consideravelmente.

Observa-se que quando a C&T é enfocada no contexto do desenvolvimento de um país presume-se que, logicamente, os inputs e outputs sejam revertidos para o crescimento do mesmo. Como entender então o que dizem linearmente os dados, por um lado vistos de um determinado estado do poder e de outro lado um contexto que solicita a avaliação dos setores da vida social e política do país e que pelo próprio movimento histórico não pode e nem deve ser explicado de maneira linear, mas de maneira contextualizada e recorrente ?

Certamente que a evolução ou estagnação do pensamento de um homem ou de um coletivo social segue um conjunto de interesses ou a falta deles de maneira a representar todo um conjunto ou um grupo em específico, levando-se em conta de onde se fala, para quem se fala e o que se defende.

Neste sentido, a evolução do pensamento de FHC segue um itinerário bem diferenciado se se tomar suas principais defesas e arguições, por exemplo na década de 1960, 1970 e 1980 e o desdobramento das diretrizes políticas e econômicas no desenvolvimento de suas duas gestões como Presidente da República do Brasil (1995-2002). Na década de 1970, por exemplo ele defendia que a “democracia necessária” deveria envolver a consciência da marginalização das classes desfavorecidas e as ações para reverter esta situação.

No contexto da C&T, afirmava que na elaboração de uma C&T não se considerava a questão “para quem” na confecção de políticas explícitas e isto porque, defendia ele, o para quem já era dado e fazia parte da ordem do dia: os interesses das empresas multinacionais e eventualmente as estatais. Para unir e promover o social dever-se-ia aumentar o grau de cultura do povo, fazê-lo participar das tomadas de decisão e inverter todos os benefícios da ciência e tecnologia para o seu bem-estar, mas de forma totalmente oposta ao discurso anteriormente referido Zaverucha (2000, p.206) aponta que no início do governo FHC (1995-1996) os gastos militares com defesa foram superiores aos gastos com educação e saúde. De fato as palavras explicam, os exemplos atraem.

Outro dado importante que se observou no início de sua primeira gestão foi o crescimento vertiginoso da importação de tecnologias. Este fato, é digno de nota, pois em todo o período de oposição em que se encontrava, havia uma condenação intensiva sobre este quesito e um dos pontos que, enquanto estudioso e senador, FHC defendia é que a importação de tecnologia se constituía como uma das interfaces do atraso histórico de C&T no Brasil.

Em 1994, ainda como candidato, afirmava que o cerne de seu mandato seria a garantia de condições dignas de vida para o mais humilde cidadão e que promoveria o desenvolvimento do país com justiça social, crescimento com melhores salários, progresso com carteira assinada, saúde e crianças na escola (Cardoso, 1994), e isto atrelado a interface da C&T, como se vê defendido de forma transversal no “Programa Mão à obra, Brasil”. E neste esforço colocava como prioridade dar estabilidade e condições de bom funcionamento aos principais centros de excelência do país, tornar os mestrados mais eficientes e voltados para o mercado

de trabalho e a diminuição do tempo e melhoria da qualidade dos doutores brasileiros. É interessante que o seu programa trazia a proposta da privatização como elemento saneador da falta de recursos e propunha encaminhamentos para esta área por meio de empréstimos e entradas externas, o que de fato viria a acontecer no Brasil, a um preço também nunca visto antes.

Embora se apropriando de um discurso dito social-democrata, a primeira gestão do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) foi orientada predominantemente por pressupostos neoliberais que tendiam, de forma crescente, à conversão das garantias dos direitos sociais em serviços privados regulados pelo mercado, somados a altas taxas de juros, altos índices de desemprego, privatização desenfreada das empresas estatais e um programa acirrado de cortes de gastos sociais.

Neste sentido, contrariando a própria lógica discursiva de sua governança, constatou-se que os investimentos em setores de infra-estrutura sofreram as implicações, efeitos e conseqüências da operacionalização de tais pressupostos, ficando desassistidos e/ou assistidos precariamente inúmeros projetos estratégicos dos ministérios, dentre os quais se enfatiza o MCT.

Neste ministério em específico, as agências de fomento (CNPq, CAPES e FINEP) registram queda, ano após ano da primeira gestão de FHC, do número de bolsas de estudo, de fomento à pesquisa e mesmo no processo de participação do setor privado em nível de Pesquisa e Desenvolvimento.

Portanto, muito distante das projeções registradas no PPA (1996-1999) e por paradoxal que possa parecer, apesar das despesas aprovadas pela União determinarem uma verba específica entre a lei orçamentária com acréscimo de crédito para o setor, o especificamente executado ficava muito abaixo da proposição autorizada, desvelando uma das políticas de contenção de gastos do governo e como conseqüência registrou-se um acentuado decréscimo nas verbas orçamentárias destinadas para C&T no período de 1995 a 1998.

De fato não aconteceram mudanças estruturais para o setor de C&T na primeira gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso, salvo em pequena escala a iniciativa legal da regulação de algumas atividade de

C&T, a saber, Lei de Propriedade Industrial, Lei de Cultivares, Lei do Software e Lei de Biossegurança, sem contribuir efetivamente ao fomento e financiamento da C&T. Outra iniciativa importante foi a criação da CTPetro, o embrião dos fundos setoriais em 1997, mas que passará a funcionar efetivamente em 1999. Nas demais ênfases o governo não avançara significativamente. Até mesmo o Ministro José Israel Vargas, que ocupara a mesma pasta no governo Itamar Franco, continuava à frente do MCT, corroborando para a efetivação da plataforma de governo neoliberal que aprofundava suas raízes. Percebe-se ao longo desta gestão, que o neoliberalismo não se trata apenas de uma instância teórica e destituída de aplicação, muito pelo contrário a adesão explícita a este ideário se faz sentir pelos compromissos assumidos com os organismos internacionais (BM, FMI) e a operacionalização dos mesmos, sentidos concretamente pela população brasileira, que ainda ao somido da promessa de contenção da inflação e ganho real do salário, iria contribuir para a inauguração de sua segunda gestão.

O desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica no período não se deve a preocupação governamental para isto, o que de fato não aconteceu de forma sistematizada e intencional, tendo em vista o descaso aberto de sua falta de investimento e priorização para o setor.

A ascendência na produção científica deve-se em larga escala a solicitação social de mão-de-obra qualificada e pesquisas em profundidade para demandas concretas, exercendo uma pressão que resultou na abertura de novos cursos de pós-graduação, mesmo com recursos aquém do mínimo necessário.

A despeito deste inegável quadro de índole neoliberal, desenvolvido na primeira gestão FHC, os pesquisadores, professores universitários e alguns segmentos da iniciativa privada do Brasil demonstraram que existem possibilidades promissoras neste setor como veículo de contribuição para o desenvolvimento também da economia nacional.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

ARRUDA, Marcos. ONGs e o Banco Mundial: é possível colaborar criticamente ? In DE TOMMASI, L. & WARDE, M. J. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2000.

BARRETO, Maria Inês. As organizações sociais na reforma do Estado. In BRESSER PEREIRA, Luis Carlos & GRAU, N.C. (Orgs.) **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BETIOL, L. F. & GALVÃO, M.C.C.P. **Novas formas de gestão dos serviços públicos: a relação público-privada**. São Paulo: Fundap, 1997.

BRANDÃO, G. E. **A política nacional de C&T: agenda e desafios**. Disp. em www.abmes.org.br/Seminários_051200_Institucionalizacao/Guilherme_MCT.ppt. Acessado em 22/04/2005.

BRASIL, **Câmara dos Deputados**. Consultoria de Orçamento, Execução e Controle. Nota Técnica Conjunta N° 05/98. Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/orcament>. Acessado em 22.04.2005.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Disponível em <http://www.mct.gov.br>. Acessado em 07/04/2004.

BRASIL, Ministério do Planejamento. **Estatísticas orçamentárias: quadros comparativos: 1995-2000**. Disponível em www.planejamento.gov.br/orcamento/conteudo/estatistica/quadros/estatistica_1995_2001/dados_serie_historica/despesas_programa/exercicio_1995a2000.htm. Acessado em 20.04.2005

BRESSER integrará Ministério da Ciência e Tecnologia e CNPq. Disponível em www.iocd.sbq.org.br/publicacoes/beletronico/bienio1/boletim53.htm. Acessado em 03.06.2005.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos & GRAU, N.C. (Orgs.) **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos & SPINK, P. K. (Orgs.) **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismo de controle**. Brasília, Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997. (Cadernos MARE da Reforma do Estado, 1.)

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, Ano 47, Volume 120, Nº 1, 1996.

CARDOSO, F. H. C. & FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARDOSO, F. H. C. **A democracia necessária**. Campinas/SP: Papirus, 1985.

CARDOSO, F.H.C. **Avança Brasil: proposta de governo**. Brasília: s.ed., 1998. Disponível em <http://www.psdb.org.br/biblioteca/outraspublicacoes.asp>. Acessado em 20.05.2005.

CARDOSO, F.H.C. **Mãos à obra: proposta de governo**. Brasília: s.ed., 1994. 300p.

CHAGAS, H. Relações executivo-legislativo. In LAMOUNIER, B. & FIGUEIREDO, R. **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

CHAUÍ, M. Neoliberalismo e universidade. In OLIVEIRA, F. & PAOLI, M. C. (Orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. 2.ed. Petrópolis, R.J: Vozes: NEDIC, 2000.

CRUZ, Carlos H. de Brito. **Política para C&T no Brasil: a universidade, a empresa e a pesquisa**. Disponível em <http://www.ifi.unicamp.br/~brito>. Acessado em 20.06.2004

DE PAULA, L. F. R. & ALVES JUNIOR, A. J. Fragilidade financeira externa e os limites da política cambial no real. In **Revista de Política Econômica**, vol 19, n. 1 (73), jan-março/1999.

GOERTZEL, Ted G. **Fernando Henrique Cardoso e a reconstrução da democracia no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2002.

GOMES, S. F. & LEITE, R. C. (Orgs.). **Ciência, tecnologia e independência**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.

JC E-MAIL 1126c, de 22 de outubro de 1998. Notícias de C&T - Serviço da SBPC

JC e-mail 2417, de 28 de Novembro de 2003. Nota da Secretaria Regional da SBPC/RJ sobre o desemprego dos jovens doutores.

JC E-MAIL 2492, de 26 de Março de 2004. Pesquisadores repudiam lei do sigilo de FHC.

LETA, J. & CRUZ, C. H. B. da. A produção científica brasileira. In VIOTTI, E. B. & MACEDO, M. de M. (Orgs.). **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação no Brasil**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Paulo Gomes et al. Caminhos da universidade rumo ao século XXI: pontos e estratégias para sua orientação na visão de educadores brasileiros. In **Paidéia**, FFCLRP-USP, Rib. Preto, jan/julho/2000, p.8-27.

LIMA, Paulo Gomes. **Política Científica & Tecnológica: países desenvolvidos, América Latina e Brasil**. Dourados/MS: Editora da UFGD, 2009.

LIMA, Paulo Gomes. **Tendências paradigmáticas na pesquisa educacional**. Artur Nogueira,SP: Amilpress , 2003. 196p.

LIMA, Paulo Gomes. Texto, contexto e intertexto da autonomia universitária no Brasil: dos discurso legal à realidade necessária. In **Acta Científica – Ciências Humanas**. Vol. 1, Nº 02 –2º semestre de 2002, p.20-32.

LIMA, Paulo Gomes. **Unha de gato em novelo de lâ ou do financiamento da pesquisa científica & tecnológica no Brasil no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): o dito e o feito no “plano real”**. Tese [Doutorado]. Araraquara/SP: Universidade Estadual de São Paulo Julio de Mesquita Filho (UNESP), 2005.

MACHADO, Rita Pinheiro. **Os indicadores de sucesso dos investimentos em C&T no Brasil: Positivo ou negativo?** Disponível em [www. desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1196789697.ppt](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1196789697.ppt) Acessado em 20/06/2005.

MCT - **Memória da Reunião do Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira com Conselheiros do CCT para apresentar as Bases do Plano Plurianual em 26 de maio de 1999**. Disponível em http://www.mct.gov.br/cct/260599_memoria.htm. Acessado em 03.06.2005

NEVES, Maria Aparecida Stallivieri. Novo modelo de gestão dos Fundos Setoriais FINEP. In **5o Encontro Nacional sobre Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento Florianópolis/SC**, 2005.

NORONHA, Olida Maria. A militarização da sociedade. In XAVIER, M. E. S. P. et al. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

OECD. **The measurement of scientific and technological activities: proposed standard practice for surveys of research and experimental development – Frascati Manual**. Paris: OECD, 1993.

PAULA, C. de. Política Urbana. In LAMOUNIER, B. & FIGUEIREDO, R. **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Infra-estrutura da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação** - v.1 n.6 dez/00. Disponível em www.datagramazero.org.br/dez00/Art_02.htm, acessado em 22.04.2005

SALLES FILHO, Sérgio. Política de ciência e tecnologia no I PND (1972/74) e no I PBDCT (1973/74). In **Revista Brasileira de Inovação**, Vol. 01, Nº 2 Julho/Dezembro 2002, p. 397-419.

SCHWARTZMAN, Simon. Ciência e Tecnologia na década perdida: o que aprendemos? In Sola, Loudes and Paulani, Leda M. (editors). **Lições da década de 80**. São Paulo: EDUSP – UNRISD, 1995, 241-266.

SECCO, Alexandre. O efeito da popularidade. **Veja**, 2 de maio de 2001, p. 52.

SILVA, Cylon Gonçalves da & MELO, Lúcia Carvalho Pinto de. (Coords.) **Ciência, tecnologia e inovação: desafio para a sociedade brasileira** – livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia /Academia Brasileira de Ciências. 2001.

VIANA, F. Indústria, tecnologia e energia. In LAMOUNIER, B. & FIGUEIREDO, R. **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

WEBER, MAX. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

ZAVERUCHA, J. **Frágil democracia**: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Posfácio

Pontuações sobre políticas de C&T no governo FHC

Prof. Ms Elicio Gomes Lima¹²

“(…) a ciência é incapaz de definir, ela mesma, sua própria significação; pode então estar mal orientada e se tornar estéril; será, particularmente o caso, se lhe atribuírem um papel utilitário, dando ênfase somente aos resultados imediatos; ou se, ao contrário, fizermos da ciência um fim em si, insistindo, unicamente, sobre os aspectos formais da descoberta”. (DRÈZE & DEBELLE, 1983, p.50).¹³

12 Docente do PPGEduc-UNASP Engenheiro Coelho-SP. Prof. da Rede Oficial de Ensino do Município e Estado de São Paulo.

13 DRÈZE, J. & DEBELLE, J. **Concepções da universidade**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1983.

As sociedades humanas no percurso histórico desenvolveram diferentes formas de produzir conhecimentos práticos, teóricos e empíricos, não só para a compreensão do mundo, mas para organizar e sistematizar o pensamento e as representações, enquanto processo de questionamento e de procura de explicações para o funcionamento e procedimentos de produtos e serviços que contribuíram e contribuem para um melhor entendimento do meio em que o homem vive e do próprio homem, enquanto sujeito em construção. Portanto, essas diversas formas de produzir conhecimentos são as bases para o desenvolvimento da própria ciência e tecnologia.

Assim, podemos dizer que todas as sociedades humanas desenvolveram tecnologias para fazer face às suas necessidades, mas nem todas elas produziram ciência. No entanto, existe uma correlação forte entre a produção científica, tecnológica e as políticas públicas de cada país. Essa correlação deve-se não só aos recursos e investimentos destinados à área, mas também à idéia e planejamento das políticas para a ciência e tecnologia de um país.

O Estado como impulsionador e indutor de políticas para a ciência e tecnologia não pode se furtar a esta dimensão sob o risco de ratificação ao atraso e enfraquecimento econômico. Paralelamente, não se justifica em nome do desenvolvimento e projeção de um país a utilização de caminhos que servem aos interesses do capital, naturalizando-os como via de mão única. Sob um olhar crítico sobre as políticas de C&T, Paulo Lima levanta argumentos que seguramente ampliam a compreensão desta área na primeira gestão FHC.

Paulo Gomes Lima apresenta e problematiza o número de investimentos e as produções científicas do período (1995-1998), enfatizando de maneira dialética, uma leitura crítica e aprofundada do contexto como relevante no processo sócio-histórico e econômico no Brasil, transversalizado pelo relevante papel que a universidade poderia e pode desenvolver neste país.

O autor apresenta um quadro para compreender a C&T no plano de governo FHC observando a dimensão de descontinuidade das políticas para a ciência e tecnologias no Brasil que, a partir da década de 1990 afilia-se aos pressupostos do neoliberalismo e mais precisamente o perí-

do de 1995-1998 como indutor e promotor dos mesmos. Para sustentar a afirmação anterior Paulo Gomes Lima apresentou um conjunto de dados via MEC e CAPES, problematizando o contexto ideológico do citado período.

Portanto, como o próprio autor destaca a preocupação deste livro “[...] não é a de refutar dados (mesmo reconhecendo que o tratamento dos mesmos pode sofrer inclinações diversas), mas de tão somente situar a apologia que se faz dos resultados, que desconsidera ou ignora propositalmente [...]”, ao que parece, os conflitos processuais por meio do que o desenvolvimento histórico do país se deflagra, situando a ação isolada de um sujeito e sua equipe ministerial como responsáveis pelo “milagre brasileiro em C&T”.

Enfim, a leitura pode ser caracterizada como uma significativa contribuição para aqueles que pretendem desenvolver estudos de aprofundamento em Políticas de Ciência e Tecnologia e, acrescentaria, articulados ao contexto da universidade brasileira. A leitura didática e problematização crítica da obra referenciam a sua recomendação. Com certeza esta obra contribuirá para a emersão de outras discussões sobre a temática.

Docente do PPGEduc-UNASP Engenheiro Coelho-SP
Prof. da Rede Oficial de Ensino do Município e Estado de São Paulo.
Verão de 2011.



TRIUNFAL
GRÁFICA & EDITORA

Diagramação, Impressão e Acabamento

Triunfal Gráfica e Editora

Rua José Vieira da Cunha e Silva, 920/930/940 - Assis/SP
CEP 19800-141 - Fone: (18) 3322-5775 - Fone/Fax: (18) 3324-3614
CNPJ 03.002.566/0001-40